

MILENE LOUISE GELENSKI

**VALE DO RIBEIRA PARANAENSE: UMA ANÁLISE REGIONAL E
ALTERNATIVAS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO**

**Monografia apresentada como requisito parcial
à obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas, Departamento de Economia, Setor
de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade
Federal do Paraná.**

Orientador: Profº Dr. Mariano de Matos Macedo.

**CURITIBA
2007**

TERMO DE APROVAÇÃO

MILENE LOUISE GELENSKI

VALE DO RIBEIRA PARANAENSE: UMA ANÁLISE REGIONAL E ALTERNATIVAS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof° Dr. Mariano de Matos Macedo
Departamento de Economia, UFPR



Prof° Dr. Luiz Vamberto de Santana
Departamento de Economia, UFPR



Prof° Dr. Paulo Mello Garcias
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 29 de novembro de 2007.

Dedico este trabalho àqueles que, de alguma maneira, empenham-se em despertar a consciência, a mobilização e o agir da sociedade brasileira, para os temas que envolvem a resolução da marginalização econômica, social e cultural de muitos de nossos compatriotas.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof^o Dr. Mariano de Matos Macedo, pelos valiosos ensinamentos, paciência e críticas construtivas.

Aos meus pais, tias, irmãs e irmãos, que me incentivaram e colaboraram para que este trabalho fosse concluído.

Aos meus amigos e amigas, pela amizade e compreensão que tiveram para comigo, em especial à amiga Claudia Lacerda Martins, pelas conversas pertinentes ao tema do trabalho.

Também deixo meus sinceros agradecimentos pela compreensão do alagoano José Osman Oliveira Silva, bem como à de todos os colegas de trabalho.

E como também não poderia deixar de fazer, agradeço à Deus pela vida e pela oportunidade de desenvolver o meu intelecto e minha socialização.

“Eu não sou gato de Ipanema, sou bicho do Paraná”.

João Lopes

RESUMO

O Vale do Ribeira Paranaense é composto por sete municípios e faz parte da RMC, tendo sua localização muito próximo à capital paranaense, cidade que apresenta o melhor IDH-M do Estado. Entretanto, o IDH-M dos municípios ribeirinhos são os piores do Paraná, fato que demonstra a heterogeneidade da RMC. Para entender o motivo da diferenciação regional, este trabalho dedicou-se à compreensão da formação histórico-econômica paranaense, destacando o processo de formação histórica do Vale do Ribeira. Em seguida, foi buscado o entendimento da dinâmica sócio-econômica da RMC e o papel desempenhado por seus municípios em relação ao pólo, separando-os em níveis de integração. Assim, foi possível detectar a baixa integração existente entre os municípios ribeirinhos e a capital. Também são tratadas especificamente, as características sócio-econômicas do Vale do Ribeira Paranaense, onde aspectos econômicos, sociais e naturais relevantes são estudados, com o intuito de propor alternativas de desenvolvimento para a região, sendo que estas alternativas consideram a integração do espaço polarizado da RMC. Destaca-se a atuação de alguns atores locais ou regionais, como Cooperativas, Sindicatos, Agência de Desenvolvimento e a própria Universidade Federal do Paraná, que cumprem funções fundamentais e objetivam diminuir as diferenças regionais. Porém, conclui-se que muito ainda necessita ser feito, tanto por parte dos agentes da sociedade civil, como pelo poder público. A educação, a saúde, a inovação, a tecnologia e os programas que visam o aumento do emprego e renda da população local, precisam conjunta e urgentemente, de ampliação e intensificação para que os ribeirinhos possam usufruir de uma qualidade de vida digna, respeitando e preservando os recursos naturais ainda conservados no nordeste paranaense.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, espaço polarizado, dinâmica econômico-espacial, inclusão social.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1 - NÍVEL DE INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA..... | 42 |
| QUADRO 2 - MUNICÍPIOS DA RMC E CLASSIFICAÇÃO DO ANEL CONCÊNTRICO EM RELAÇÃO AO PÓLO..... | 43 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO GRAU DE URBANIZAÇÃO – PARANÁ E RMC 1970 A 2000..... | 45 |
| GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO NO TOTAL DE ATIVIDADES DE SERVIÇOS – RMC – 2000..... | 57 |
| GRÁFICO 3 - PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO NO TOTAL DE ATIVIDADES DO COMÉRCIO – RMC – 2000..... | 57 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|-----|
| MAPA 1 - CAMINHOS DE TROPAS SÉCULOS XVIII E XIX..... | 18 |
| MAPA 2 - AS CINCO ESPACIALIDADES PARANAENSES..... | 36 |
| MAPA 3 - EXTENSÃO DA RMC EM RELAÇÃO AO PARANÁ..... | 41 |
| MAPA 4 - RMC E ANÉIS CONCÊNTRICOS EM RELAÇÃO AO PÓLO..... | 44 |
| MAPA 5 - RODOVIAS DE ACESSO AO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE A PARTIR DE CURITIBA - BR-476 e PR-092 – 2001..... | 84 |
| MAPA 6 - LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DAS LAURÁCEAS..... | 100 |
| MAPA 7 - PARQUE ESTADUAL DE CAMPINHOS..... | 101 |
| MAPA 8 - VALE DO RIBEIRA PARANAENSE E PAULISTA..... | 112 |
| MAPA 9 - OCUPAÇÃO ENTORNO DE CURITIBA – 2000..... | 118 |
| MAPA 10 - LOCALIZAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS PROJETADAS NO LEITO DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE..... | 119 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O GRAU DE URBANIZAÇÃO – PARANÁ E RMC – 1970 /2000..... | 46 |
| TABELA 2 - GRAU DE URBANIZAÇÃO-MESORREGIÃO DE CURITIBA, MUNICÍPIOS – 2000..... | 47 |
| TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO DO CONJUNTO DE MUNICÍPIOS , SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO, NO VALOR ADICIONADO FISCAL TOTAL DO ESTADO DO PARANÁ – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 2003..... | 48 |
| TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO DO CONJUNTO DE MUNICIPIOS, SEGUNDO NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO, NO PIB TOTAL DO ESTADO DO PARANÁ – RMC 2003..... | 49 |
| TABELA 5 - COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL DA INDÚSTRIA – SEGUNDO GÊNEROS INDUSTRIAIS – RMC 1990/2001..... | 52 |
| TABELA 6 - PROGRAMAÇÃO DAS INTENÇÕES DE INVESTIMENTO SEGUNDO MUNICÍPIOS DA RMC – 1995-2000..... | 52 |
| TABELA 7 - POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – PARANÁ – 1970/2000..... | 53 |
| TABELA 8 - SUB-REGIÕES NATURAIS E USO POTENCIAL DO SOLO DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – PARANÁ..... | 54 |
| TABELA 9 - PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS NA RMC E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO PARANAENSE – 2001..... | 54 |
| TABELA 10 - EFETIVO DOS REBANHOS NA RMC E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO PARANAENSE – 2001..... | 55 |
| TABELA 11 - PARTICIPAÇÃO NO VAF TOTAL DO PARANÁ –RMC DE 1975-2000..... | 58 |
| TABELA 12 - PARTICIPAÇÃO DO CONJUNTO DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO, NO PIB TOTAL DO ESTADO DO PARANÁ – RMC – 2003..... | 59 |
| TABELA 13 - TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DA RMC – POR DÉCADAS À PARTIR DE 1970 À 2000..... | 62 |

| | |
|--|----|
| TABELA 14 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA – 1992 - 2005..... | 63 |
| TABELA 15 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO VALE DO RIBEIRA – 2000..... | 63 |
| TABELA 16 - POPULAÇÃO RESIDENTE 15 ANOS E MAIS DE IDADE QUE TRABALHA OU ESTUDA E PESSOAS QUE REALIZAM MOVIMENTO PENDULAR, SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO – RMC – 2000.... | 64 |
| TABELA 17 - FAMÍLIAS POR CLASSE DE RENDIMENTO FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO – RMC – 2000..... | 66 |
| TABELA 18 - INDICADORES DE LONGEVIDADE E MORTALIDADE – CURITIBA, RMC, PARANÁ E BRASIL – 1991/2000..... | 67 |
| TABELA 19 - PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS QUE NÃO SABEM LER, E SEM INSTRUÇÃO OU ATÉ 3 ANOS DE ESTUDO, TAXA DE ANALFABETISMO, E PESSOAS DE 18 ANOS E MAIS COM 11 E MAIS ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO – RMC – 2000..... | 68 |
| TABELA 20 - PANORAMA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO- MUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 2000..... | 70 |
| TABELA 21 - PRODUTO INTERNO BRUTO (A PREÇO DE MERCADO, DISTRIBUIÇÃO SETORIAL E PARTICIPAÇÃO NO ESTADO- MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ 1999..... | 71 |
| TABELA 22 - PERFIL E QUANTIDADE DE PRODUTORES RURAIS NO VALE DO RIBEIRA-2002..... | 72 |
| TABELA 23 - PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS PRODUZIDAS NO VALE DO RIBEIRA, EM TONELADAS..... | 74 |
| TABELA 24 - PRODUÇÃO DE GADO, LEITE E MEL NO VALE DO RIBEIRA..... | 74 |
| TABELA 25 - QUANTIDADE DE TANGERINA MONTEGRINA EM TONELADAS PRODUZIDA NO VALE DO RIBEIRA..... | 76 |
| TABELA 26 - QUANTIDADE DE TANGERINA MURCOTE EM TONELADAS PRODUZIDA NO VALE DO RIBEIRA..... | 76 |
| TABELA 27 - QUANTIDADE DE TANGERINA PONKAN EM TONELADAS PRODUZIDA NO VALE DO RIBEIRA FONTE: SEAB, DERAL, 2005... | 76 |

| | |
|---|----|
| TABELA 28 - EXTRAÇÃO DE MADEIRA DESTINADA À LENHA NO VALE DO RIBEIRA..... | 78 |
| TABELA 29 - QUANTIDADE PRODUZIDA DE PÍNUS NO VALE DO RIBEIRA, PRODUÇÃO EM M³ (EM TORAS) E DESTINADAS À SERRARIAS-ÚLTIMOS ANOS..... | 80 |
| TABELA 30 - QUANTIDADE PRODUZIDA DE EUCALIPTO NO VALE DO RIBEIRA.. PRODUÇÃO EM M³ (EM TORAS) E DESTINADAS À SERRARIAS-ÚLTIMOS ANOS..... | 80 |
| TABELA 31 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR REDE GERAL, ESGOTAMENTO SANITÁRIO POR REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL E LIXO..... | 85 |
| TABELA 32 - TABELA 32:ESTABELECIMENTOS COM EMPREGO FORMAL, DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO E TOTAL DE EMPREGOS EM EMPREGADOS – ESTABELECIMENTOS COM 500 OU MAIS..... | 86 |
| TABELA 33 - ESTABELECIMENTOS COM EMPREGO FORMAL, DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO E TOTAL DE EMPREGOS EM ESTABELECIMENTOS COM 500 OU MAIS EMPREGADOS – MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ 2000..... | 87 |
| TABELA 34 - IDH-M E COMPONENTES DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA..... | 88 |
| TABELA 35 - EVOLUÇÃO DO DESEMBOLSO MÉDIO (EM REAIS) DO PRONAF NO VALE DO RIBEIRA-PR – POR MODALIDADE DE CRÉDITO (CUSTEIO E INVESTIMENTO 2000-.2005)..... | 90 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------|--|
| ADR | - Agência de Desenvolvimento Regional |
| CBA | - Companhia Brasileira de Alumínio |
| COMEC | - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba |
| EMATER-PR | - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná |
| IDH-M | - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| IPARDES | - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social |
| PIB | - Produto Interno Bruto |
| RMC | - Região Metropolitana de Curitiba |
| VAF | - Valor Adicionado Fiscal |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 2 ECONOMIA ESPACIAL: REFERÊNCIA PARA ANÁLISE DO VALE DO RIBEIRA..... | 3 |
| 2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... | 3 |
| 2.2 ESPAÇO ECONÔMICO POLARIZADO..... | 5 |
| 2.2.1 A Nova Dinâmica Espacial..... | 6 |
| 2.2.2 Políticas Públicas, Sociedade e os Espaços Polarizados | 7 |
| 2.2.3 A Nova Ordem Imposta pela Globalização..... | 8 |
| 2.3 LIÇÕES PARA O VALE DO RIBEIRA PARANAENSE..... | 10 |
| 3 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O PARANÁ E O VALE DO RIBEIRA PARANAENSE..... | 12 |
| 3.1 POVOAMENTO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL..... | 12 |
| 3.1.1 Ciclo do Ouro..... | 13 |
| 3.1.1.1 O Ciclo do Ouro e o Vale da Ribeira..... | 14 |
| 3.1.2 Ciclo do Tropeirismo | 15 |
| 3.1.2.1 Ciclo do Tropeirismo e o Vale do Ribeira..... | 16 |
| 3.1.3 Ciclo da Erva-Mate..... | 19 |
| 3.1.3.1 Ciclo da Erva-Mate e o Vale do Ribeira..... | 21 |
| 3.1.4 Ciclo da Madeira..... | 22 |
| 3.1.4.1 Ciclo da Madeira e o Vale do Ribeira..... | 23 |
| 3.1.5 Ciclo do Café..... | 24 |
| 3.1.5.1 Ciclo do Café e o Vale do Ribeira..... | 25 |
| 3.1.6 Ciclo do Agronegócio..... | 25 |
| 3.1.6.1 Ciclo do Agronegócio e o Vale do Ribeira..... | 28 |
| 3.2 FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO VALE DO RIBEIRA..... | 30 |
| 3.2.1 Cooperativa Agrícola Mista de Cerro Azul..... | 32 |
| 3.2.2 Extração Mineral em Adrianópolis..... | 33 |
| 4 VÁRIOS “PARANÁS” DENTRO DE UM MESMO PARANÁ..... | 35 |
| 4.1 IDENTIFICAÇÃO DAS VÁRIAS ESPACIALIDADES PARANAENSES..... | 35 |
| 4.1.1 As Espacialidades e a Expressão no Território Paranaense..... | 35 |
| 4.1.1.1 Espacialidades Socialmente Críticas e o Vale do Ribeira..... | 39 |
| 5 INSERÇÃO DO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA..... | 40 |
| 5.1 REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA: COMPOSIÇÃO E INTEGRAÇÃO..... | 40 |
| 5.1.2 Rede de Cidades e Urbanização..... | 45 |
| 5.2 PRINCIPAIS ASPECTOS ECONÔMICOS DA RMC..... | 48 |
| 5.2.1 Indústria..... | 50 |
| 5.2.2 Agropecuária..... | 53 |
| 5.2.3 Comércio e Serviços..... | 55 |
| 5.2.4 Valor Adicionado Fiscal..... | 58 |
| 5.3 PRINCIPAIS ASPECTOS SOCIAIS DA RMC..... | 61 |
| 5.3.1 Crescimento Populacional e Ocupação..... | 61 |
| 5.3.2 Movimento Pendular..... | 64 |
| 5.3.3 Renda Familiar..... | 65 |

| | |
|--|------------|
| 5.3.4 Saúde..... | 66 |
| 5.3.5 Educação..... | 68 |
| 5.3.6 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal..... | 68 |
| 6 VALE DO RIBEIRA PARANAENSE..... | 71 |
| 6.1 ASPECTOS ECONÔMICOS..... | 71 |
| 6.1.1 Estrutura Fundiária e Agricultura Familiar..... | 72 |
| 6.1.2 Principais Culturas Produzidas no Vale do Ribeira..... | 73 |
| 6.1.3 Citricultura..... | 74 |
| 6.1.4 Exploração Florestal..... | 77 |
| 6.1.5 Infra-Estrutura..... | 81 |
| 6.2 ASPECTOS SOCIAIS..... | 85 |
| 6.2.1 Educação..... | 85 |
| 6.2.2 Saneamento..... | 86 |
| 6.2.3 IDH-M e Componentes..... | 87 |
| 6.3 INSTITUIÇÕES RELEVANTES DA REGIÃO..... | 89 |
| 6.3.1 Cooperativa de Crédito..... | 89 |
| 6.3.2 Cooperativa de Comercialização..... | 91 |
| 6.3.3 Sindicato de Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar..... | 91 |
| 6.3.4 Agência de Desenvolvimento Vale do Ribeira/Guaraqueçaba | 91 |
| 6.3.5 Ações Locais do Sistema “S” | 92 |
| 6.3.6 UFPR no Vale do Ribeira..... | 93 |
| 6.3.7 Instituto Agrônomo do Paraná e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural..... | 95 |
| 6.4 ASPECTOS NATURAIS E AMBIENTAIS..... | 97 |
| 6.4.1 Degradação Ambiental..... | 97 |
| 6.4.2 Parques Estaduais e Potencial Turístico..... | 98 |
| 6.4.3 Turismo Rural e Turismo de Aventura..... | 101 |
| 6.4.4 Potencial Hidroelétrico..... | 102 |
| 7 ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA | 105 |
| 7.1 PROCESSOS DE DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DA RMC..... | 105 |
| 7.1.1 Especialização das Atividades Produtivas no Vaie do Ribeira e Conseqüências..... | 106 |
| 7.1.2 Inclusão Social da População e Permanência Local..... | 108 |
| 7.1.3 Sustentabilidade dos Recursos Naturais..... | 108 |
| 7.1.4 Melhoria da Infra-Estrutura..... | 109 |
| 7.1.5 Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Turismo Rural..... | 110 |
| 7.1.6 Integração com o Vale do Ribeira Paulista..... | 111 |
| 8 CONCLUSÃO..... | 113 |
| 9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 114 |
| ANEXOS..... | 118 |

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende estudar a dinâmica sócio-econômica do Vale do Ribeira paranaense, uma das regiões mais pobres do Paraná, com índice de desenvolvimento humano municipal abaixo da média do Estado. Estes baixos índices, assustam ainda mais, quando percebe-se a proximidade do Vale do Ribeira em relação à Curitiba, um dos centros urbanos brasileiros que mais produz riqueza no sul do país.

A região em estudo, é composta por 7 municípios, sendo eles: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Dr. Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná; sendo suas economias baseadas na agricultura de subsistência, com exceção de Itaperuçu e Rio Branco do Sul que funcionam como cidades-dormitórios, e por isso têm características distintas.

A produção de algumas culturas, como tangerina, pínus, leite e mel, vêm ganhando destaque na economia local, sendo o excedente geralmente escoado para grandes centros consumidores, como Curitiba. Porém, o êxito no escoamento da produção da região, só tem sido possível há cerca de dois anos, quando o governo estadual inaugurou a pavimentação de duas importantes rodovias que dão acesso aos municípios ribeirinhos, rompendo com um isolamento de décadas. Também através da pavimentação das rodovias da região, o turismo promete ser a nova oportunidade de desenvolvimento sustentável para o Vale do Ribeira, dada a riqueza das paisagens e a preservação de áreas remanescentes da Mata Atlântica.

A estruturação do trabalho foi pensada da seguinte forma: no capítulo 2 são apresentadas as conceituações de alguns autores sobre a economia espacial, salientando principalmente o espaço polarizado e sua aplicação no Vale do Ribeira Paranaense. As conseqüências da globalização no espaço polarizado e no espaço de planejamento, também são comentadas.

Para compreender os motivos que fizeram com que a região se tornasse isolada, alheia aos processos evolutivos do desenvolvimento econômico do Paraná, no capítulo 3 é traçado um paralelo entre a formação econômica do Estado, composta pelos ciclos do ouro, tropeirismo, erva-mate, madeira, café e agronegócio, e sua eventual repercussão sobre a economia ribeirinha.

Após a formação-econômica do Paraná, no capítulo 4, são discutidas as cinco espacialidades que compõem o Paraná contemporâneo à partir das suas

heterogeneidades, sendo estas, melhor conhecidas, como “Os vários Paranás” dentro de um mesmo Paraná. Com a identificação dos espaços que se assemelham sócio-economicamente no Estado, o Vale do Ribeira é caracterizado como integrante de uma espacialidade socialmente crítica, sendo esta a classificação menos privilegiada para uma região dentro do Paraná.

No capítulo 5, tendo o Vale do Ribeira como pertencente à RMC, conforme legislação, é realizada uma análise sócio-econômica com ênfase na RMC, porém sempre lembrando a região foco. São considerados os níveis de integração e interdependência dos municípios metropolitanos em relação ao pólo, sendo que o grau de inserção dos municípios ribeirinhos à economia curitibana é considerado muito baixo.

Com maior acuidade, o capítulo 6 trata especificamente da dinâmica sócio-econômica do Vale do Ribeira, explorando informações sobre as principais culturas produzidas, qualidade de vida da população, nível educacional, potencial turístico local, etc.

Por fim, no capítulo 7 são propostas algumas alternativas pontuais para o desenvolvimento dos municípios ribeirinhos, tendo como lógica ações que comungam com propostas macrorregionais e microrregionais, embasadas na desconcentração sócio-econômica da RMC e conseqüente busca pela integração. Através das ações sugeridas, bem como do cenário precário em que encontra-se o nordeste do Estado, faz-se presente um sentimento de urgência à resolução dos problemas do Vale do Ribeira Paranaense.

2 ECONOMIA ESPACIAL: REFERÊNCIA PARA ANÁLISE DO VALE DO RIBEIRA

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Conforme LIMA (2003), em economia, o espaço também necessita ser considerado no objeto de análise de estudo, já que é nele em que encontram-se os fatores de produção, sendo estes divididos em recursos naturais, capital e trabalho.

A Ciência Econômica, inicialmente, através da teoria econômica de tradição neoclássica, dedicou-se a estudar a exploração e a utilização de riquezas à partir da utilidade dos fatores de produção sem considerar o espaço; ou melhor, considerava o espaço como algo sempre único. Porém, com a evolução do pensamento econômico, o espaço passou a tornar-se uma variável importante nos estudos do desenvolvimento econômico e no equilíbrio da firma, isso a partir dos trabalhos de Alfred Marshall. Logo, a análise econômica espacial foi responsável por introduzir a noção de que o espaço é um elemento ativo na dinâmica do sistema produtivo (LIMA, 2003).

Para LIMA (2003), como as transações, as residências, as distâncias e as posições dos indivíduos não são as mesmas o tempo todo, os seres humanos habitam e exploram diferentes lugares onde produzem relações sociais de produção, onde a natureza econômica do espaço é a causa de todo um conjunto de decisões que exerce influência sobre a dinâmica do sistema de produção. Portanto, para compreender a relação direta entre espaço e economia, o economista francês Boudeville, em 1972, formulou uma classificação que se tornou clássica para a economia regional envolvendo os espaços econômicos, sendo estes:

- (i) **O Espaço Homogêneo:** Caracterizado por zonas, territórios ou regiões com as mesmas características físicas, econômicas e sociais. Como suas características são visíveis em todas as regiões, formam um espaço único mesmo em conjunto, pois existe uma continuidade no que refere-se à estrutura produtiva, ao nível de renda, entre outras;
- (ii) **O Espaço Polarizado:** Esta concepção foi desenvolvida e aperfeiçoada por Perroux, entre 1977 e 1982. A noção de pólo é atrelada à noção de

dependência, de concentração e da existência de um centro, com uma periferia composta de vários espaços que gravitam nos campos de influências econômicas e políticas do centro. Assim, o espaço polarizado é heterogêneo já que os espaços satélites não possuem as mesmas características de desenvolvimento central e são dependentes do mesmo. Mesmo assim, todas as cidades em análise possuem papéis específicos no espaço, tanto na divisão social do trabalho, quanto na produção de bens e serviços;

- (iii) O Espaço de Planejamento: Os diversos territórios ou regiões que o compõem estão ligados às mesmas decisões. Os territórios são orientados por um mesmo plano de desenvolvimento econômico, de tal forma que há ação de instrumentos regulatórios sobre o espaço. As atividades de planejamento têm como delimitador o espaço geográfico e a forma como este interage com o meio em que está inserido, tanto produtivo como improdutivo.

Das três concepções, o Espaço Polarizado foi o mais relevante para as análises de desenvolvimento econômico (LIMA, 2003), e portanto, será melhor explorado na próxima subseção.

O conceito de região, amplamente discutido por economistas e geógrafos, para o presente estudo, será baseado em Boudeville (1972), citado em LIMA (2003). Assim, região é considerada a composição de elementos geográficos necessariamente contínuos, de elementos espaciais que apresentam fronteiras comuns. Logo, na região estarão presentes as relações entre um pólo dominante, sua periferia e os pólos de outras regiões, porém tais relações são distintas daquelas encontradas na conceituação de espaço econômico, já que a região aborda um conteúdo essencialmente geográfico.

2.2 ESPAÇO ECONÔMICO POLARIZADO

Segundo LIMA(2003), a questão principal na análise espacial, bem como na política territorial deve estar pautada na busca do policentrismo das atividades econômicas. Isto porque, uma das características do desenvolvimento capitalista é a exclusão social dos espaços e das culturas que não se adaptam à sua lógica de produção, o que torna o processo de polarização um elemento de conflito, o qual reforça as desigualdades regionais e o caráter excludente do sistema produtivo.

Uma das causas da polarização de um espaço, pode ser explicada pela formação social, considerando a constituição histórica de uma comunidade e os recortes do território explorado, sendo que estas características são próprias e distintas de outros espaços. Estas diferenças “ (...) são dadas por razões etno-históricas ou de outra natureza, mas cuja gênese e evolução estão condicionadas por modalidades particulares de reprodução social que se manifestam na desigualdade de seu desenvolvimento” (SORMANI, 1977, p.11).

No Brasil, conforme cita SANTOS (1998), o processo de ocupação do território, proporcionou uma configuração espacial e urbanística, de forma que as cidades cumpriram o elo entre estruturas produtivas locais e os seus principais mercados, o que intensificou o processo de urbanização da população e logo, o aumento do número e tamanho das cidades.

Os pólos exercem um efeito de dominação sobre outros espaços, através de uma unidade motriz. A unidade motriz pode ser simples ou complexa, composta por indústrias e/ou empresas que exercem um efeito de atração sobre as demais unidades a ela relacionada, sendo sua atuação no espaço sócio-econômico, geradora de efeitos positivos, pois gera economias externas com grande volume de transações com o pólo, dada a interdependência técnica, conhecida como *linkagens*, subdivididos em *linkagens* para trás, como fornecimento de insumos e *linkagens* para frente, através de fornecimento de produtos (LIMA, 2003).

A utilização de tecnologias por empresas motrizes, permitiu a ocorrência de economias em escala, as quais estimulavam a monopolização e a concentração da estrutura produtiva no pólo, fato que contribui ainda mais para que a polarização fosse reconhecida como resultado da própria dinâmica econômica, capaz de diferenciar as cidades em níveis hierárquicos (SANTOS, 1998). Como a tecnologia possui um papel importante no acesso à exploração dos recursos e dos meios mais

eficientes de transformá-los (LIMA, 2003), ela também é capaz de alterar inclusive as relações sociais.

“ (...) No topo da pirâmide hierárquica, está situada a cidade que oferece os bens e serviços mais especializados, cujo mercado corresponde ao conjunto do território de todas as demais cidades” (SANTOS, 1998, p.12).

A hierarquização do espaço, também conhecida como rede urbana hierarquizada, foi estabelecida e acentuada pela divisão social e espacial do trabalho, sendo que esta divisão possibilitou a conceituação de funções dentro da rede urbana, a partir da especialização de atividades consideradas tanto urbanas quanto rurais, em um espaço polarizado (SANTOS, 1998).

Conforme cita BRANDÃO (2004), o movimento constante da divisão social do trabalho modifica, refuncionaliza, impõe lógicas externas, adapta, distingue e revela estruturas e dinâmicas na economia regional e urbana, sendo uma bússola fundamental nos assuntos que abordam o tema.

2.2.1 A Nova Dinâmica Espacial

Segundo SANTOS (1998), os novos investimentos das firmas adotam um novo padrão locacional da indústria, sendo estes relacionados aos custos da aglomeração metropolitana. Os empresários buscam cidades menores onde o custo do trabalho é menor, há menor possibilidade de greves, não há custos de congestionamento e violência urbana, ou, quando existem, são muito menores aos vigentes nas grandes metrópoles.

A localização de investimentos nas cidades de nível hierárquico menor, configura um processo de expansão dos investimentos nas infra-estruturas físicas que confirmam as cidades de porte intermediário como localizações mais atrativas para os próximos investimentos produtivos. Logo, tais cidades atraem também uma classe de trabalhadores mais especializados, porém não qualificados para trabalhar no pólo, já que o acesso às melhores condições de vida e qualificação, é incompatível com o rendimento alcançado por estes cidadãos quando vivem na metrópole. Tal fenômeno, caracteriza a recriação de espaços mediante a nova regionalização (SANTOS, 1998).

2.2.2 Políticas Públicas, Sociedade e os Espaços Polarizados

Segundo LIMA (2003), além do Estado-nação, cabe também à sociedade civil e aos agentes econômicos a tomada de decisões para a preservação e gerenciamento das atividades produtivas, de modo que à partir da análise econômica, sejam buscadas formas alternativas de correção e regulação para as formas de produção sobre os espaços, principalmente no que tange aos espaços excluídos pelo própria lógica de produção capitalista.

Para SANTOS (1998), não é possível deixar de considerar o papel do poder público que, por investimentos em infra-estrutura e até mesmo produtivos, contribui para a redefinição da rede de cidades. Principalmente a partir do desenvolvimento industrial, as articulações entre economia urbana e seu entorno territorial, teriam de ser reconsideradas, principalmente em casos como o Brasil, onde o Estado constituiu-se num agente fundamental no processo de transformação da economia de base rural e agrícola em uma outra de base urbano-industrial.

BRANDÃO (2004), cita que os problemas econômico-sociais, possuem uma escala espacial específica, sendo preciso enfrentá-los a partir da articulação dos níveis de governo e das esferas de poder pertinentes àquela problemática específica, não só de maneira intra-regional, como também pensar de forma inter-regional. Explicitar os conflitos de interesse em cada escala e construir coletivamente a contratualização das políticas públicas, são medidas importantes para politizar as relações e impedir a ação das forças políticas que querem a perenização do subdesenvolvimento.

As políticas de desenvolvimento, para serem eficazes, devem agir sobre a totalidade do tecido sócio-produtivo, de modo que o conjunto territorial seja pensado como um todo sistêmico. As ações promovidas devem ser concertadas no espaço geográfico, na busca da redução das disparidades inter-regionais, no combate ao fosso entre as regiões e na ampliação da autodeterminação daquela comunidade (BRANDÃO, 2004).

Principalmente no que tange aos espaços excluídos pela produção capitalista, os quais passam por estagnação ou retardo, o combate ao desemprego e precarização do trabalho, a busca pela geração de renda e riquezas novas, são os principais objetivos do crescimento e robustecimento da endogenia regional e local. Porém, é decisivo e desafiador que haja consciência social cidadã e legitimação

política para a implementação permanente de transferência de renda e riqueza intra e inter-regionais. Ou seja, é preciso, por um lado, explorar de forma mais criativa suas externalidades positivas e vantagens distintas e, por outro, promover ações compensatórias, horizontais ou pontuais. Essas políticas compensatórias, em todo o mundo, têm ganhado crescente roupagem territorial. Não apenas de âmbito estritamente local, mas também políticas de desenvolvimento em escala (micro, meso e macro) regional, sendo que países desiguais como o Brasil, não se podem dar ao luxo de pôr em prática idéias que não conjugam estratégias para todas suas partes diferenciadas e não coesionam o enorme território (BRANDÃO, 2004).

2.2.3 A Nova Ordem Imposta pela Globalização

A globalização é um processo de mundialização atual do capitalismo, sendo multifacetado e compreendendo transformações nas esferas (i) financeira, (ii) comercial, (iii) produtiva e (iv) institucional. Todas as faces constituem etapas da competição entre um número cada vez menor de grandes empresas transnacionais, as quais constituem o mercado que, tem tentado se impor frente ao Estado na estruturação da ordem econômica mundial (SANTOS, 1998).

Conforme CORAGGIO (2000), a globalização pode deixar de ser considerada complexa, quando pressupõe-se que a concentração do poder está em poucos grupos econômicos, os quais não homogeneizam o sistema como um todo. A distribuição do capital ocorre de forma desigual, onde a diferenciação de mercados, de hábitos e custos de vida entre regiões, são utilizados para que os trabalhadores de zonas com salários mais elevados compitam com os salários de indigência, de modo a reduzir a força de sindicatos estruturados.

Outra importante face da globalização, segundo SANTOS (1998), refere-se à tendência à uniformização das agendas explícitas de governo, envolvendo uma mesma regulamentação nos distintos âmbitos das atividades econômicas, mesmo que sejam observadas distintas estratégias nacionais. Esta tendência está relacionada com a necessidade de harmonização das políticas que afetam o desempenho econômico, já que a unidade de análise relevante deixa de ser os Estados Nacionais e passa a ser constituída pelo planeta.

Para BRANDÃO (2004), o movimento unidirecional de globalização é irreversível e marcado pela unicidade de seus processos. Sendo assim, a natureza das hierarquias urbanas, impostas em várias escalas, deve superar entraves,

identificando e removendo gargalos e bloqueios para que exista a geração e apropriação de riqueza e adoção de instrumentos de políticas específicos, os quais sejam capazes, principalmente, de compensar os entraves da menor escala, conhecido como “local”.

Também CORAGGIO (2000), em seus estudos, constata que a globalização, analisada sob a ênfase da promoção do desenvolvimento local, é propulsora da exclusão de determinados territórios, muito além do que a própria exclusão social em seu interior. Isso porque os investimentos existentes, são importados (ou até mesmo artificiais) e por isso, dualizam ao invés de integrar a região. Porém, dado que a globalização é um processo consumado, para minimizar os efeitos da mesma nos espaços críticos, é preciso buscar uma integração com o mercado global, capaz de iniciar um desenvolvimento que envolva a sociedade e as comunidades. Desta forma, a questão relação “externa” entre espaços isolados (também chamados de diferenciados) e espaços uniformizados (também conhecidos por mercado global) pode ser resolvida coerentemente (CORAGGIO, 2000).

Assim sendo, a globalização e o desenvolvimento regional, inclusive de espaços estagnados economicamente, precisa ser encarada como uma promessa abstrata de novas oportunidades, com a possibilidade de empreendimento de um desenvolvimento que até então não havia sido permitido pelas circunstâncias. Conforme CORAGGIO (2000), a condição para que haja dinamização e conexão entre as zonas tradicionalmente deprimidas e o cotidiano do mundo global, é o conhecimento dos atores coletivos locais sobre suas próprias condições, e sobre os processos do mercado global. Só assim, as ações dos agentes locais serão estimuladas a se antecipar às possibilidades e estarão orientadas em suas ações, rumo a um desenvolvimento regional.

2.3 LIÇÕES PARA O VALE DO RIBEIRA PARANAENSE

A partir dos referenciais teóricos explanados, é possível analisar o Vale do Ribeira a partir da classificação dos três espaços econômicos, já citados anteriormente. O Vale do Ribeira paranaense, é considerado um Espaço Homogêneo devido a existência das características semelhantes dos 7 municípios que o integram, principalmente no que tange aos aspectos naturais, econômicos e sociais. Estas características semelhantes, ultrapassam até mesmo o território paranaense, e “invadem” o Estado de São Paulo. O relevo acidentado da região, garante aos municípios ribeirinhos, uma paisagem montanhosa com exploração econômica semelhante, fato que também reflete-se em questões sociais, como é possível observar nos baixos índices de IDH-M das tabelas 20 e 34, por exemplo.

Quanto à aplicação da conceituação de Espaço Polarizado, é notável a pequena integração do Vale do Ribeira Paranaense em relação à Curitiba, cidade pólo que determina influências econômicas e políticas para os espaços satélites, sendo estes componentes da RMC. A disposição dos espaços satélites em torno do pólo, ocorre em anéis de integração, sendo que estes variam em função da intensidade da integração econômica existente entre a metrópole e os municípios metropolitanos. É comum que municípios metropolitanos com localização geográfica mais próxima ao pólo, tenham uma integração econômica mais forte, o que garante a especialização da mão-de-obra local. Logo, os municípios são capazes de traçar perfis de desenvolvimento, à partir da demarcação da divisão social do trabalho no espaço polarizado. O papel do Vale do Ribeira paranaense no pólo de Curitiba, tem se realizado no sentido da produção de cítricos e extração da madeira em escala industrial, mais recentemente. Porém tal interação pode ser aperfeiçoada, bem como outros segmentos podem ser explorados para a diminuição das desigualdades regionais.

Para tanto, como o modo de produção capitalista por si só não impulsiona a alavancagem de um aquecimento para a economia de regiões estagnadas como o Vale do Ribeira, é necessário pensar o espaço polarizado também como um espaço de planejamento. Assim, a atuação de políticas públicas eficientes, adicionadas aos esforços de atores locais, bem como das instituições públicas e privadas, podem contribuir para formação e fortalecimento de uma unidade motriz local, a qual

permitirá a ocorrência de economias em escala em segmentos específicos, propulsores de melhores condições de vida para a população. A ausência de uma unidade motriz fortalecida no Vale do Ribeira, pode, dentre outros fatores, ser explicada pelas características geográficas da região, as quais não propiciaram o crescimento agrícola eficiente, o que motivou que sua formação histórico-econômica fosse excluída dos ciclos econômicos do Paraná.

Atualmente, face ao mundo globalizado, as políticas públicas que objetivam diminuir as diferenças de um espaço polarizado, devem estar atentas para a preferência dos investidores por municípios metropolitanos, os quais têm apresentado menores custos de produção em relação ao pólo, e também uma melhora nas condições infra-estruturais, como por exemplo os municípios de Araucária e São José dos Pinhais, mais recentemente. Assim, o Vale do Ribeira pode beneficiar-se também do desenvolvimento econômico desta recriação de espaços, já que estas mudanças podem representar novas oportunidades e especializações, realocando papéis dentro da própria RMC.

Em um cenário de economia globalizada, a função específica e hierarquizada de cada município da RMC, é essencial para a participação em um mundo cada vez mais competitivo, o qual exige padrões internacionais de qualidade e tecnologia. Estas exigências, por sua vez, para serem cumpridas, necessitam de um respaldo social muito bem definido, onde questões de educação e saúde tornam-se fundamentais.

3 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O PARANÁ E O VALE DO RIBEIRA PARANAENSE

Este capítulo tem por objetivo, apresentar a formação econômica do Paraná, composta por seus ciclos econômicos, sendo estes: (i) o Ciclo do Ouro, (ii) o Ciclo do Tropeirismo, (iii) o Ciclo da Erva-Mate, (iv) o Ciclo da Madeira, (v) o Ciclo do Café e (vi) o Ciclo do Agronegócio, para que possa ser traçado um paralelo com a história econômica do Vale do **Ribeira**.

São poucos os trabalhos sobre esta região, resumindo-se a alguns relatos de viagens ou de expedições científicas, o que dificulta a compreensão da estrutura ribeirinha atual através de sua formação histórica. No final do século XIX, o inglês Thomas Bigg-Wither relatou sua viagem entre os anos de 1872 e 1875 pelo território paranaense, em um livro intitulado “Novo Caminho no **Brasil Meridional: a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos**”, onde encontram-se registros sobre a geografia e organização sócio-econômica do Vale do **Ribeira**. O livro foi traduzido por Temísclotes Linhares, em 1974, e será usado neste capítulo, assim como outros autores relevantes.

3.1 POVOAMENTO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL

Conforme afirma PADIS (2006, p.71), “De um modo geral, toda penetração populacional, com a finalidade de ocupar território, é movida fundamentalmente pela atividade econômica, ou seja, a fixação de núcleos populacionais em determinadas áreas é possível e subsiste, se houver uma atividade econômica que a sustente e se estabeleça em caráter permanente”. E mais, “a ocupação do território que constitui o Estado do Paraná se deu por um processo inicialmente muito lento e bastante descontínuo” (PADIS, 2006, p.47).

A região do **Ribeira**, pode ser apontada sob uma condição de marginalização e estagnação, uma vez que os ciclos de desenvolvimento do Paraná Tradicional (Ciclos do Ouro, do Tropeirismo, da Erva-Mate e da Madeira), e do Paraná Pioneiro (Ciclos do Café e do Agronegócio), formaram estruturas econômicas e sociais complexas no conjunto paranaense, o mesmo não ocorrendo no **Ribeira**. Esta região em nenhum momento se destacou, seja em termos de produção agrícola ou

industrial. Pode-se perceber um contorno, ou seja, as características de cada momento histórico foram exercidas de forma muito reduzida no Ribeira, de forma que as atividades econômicas existentes ali sempre foram consideradas complementares. A predominância de terras mais aptas ao cultivo nas regiões vizinhas ao Ribeira, aliada à dificuldade de acesso que a região apresentava pela característica de seu relevo muito acidentado, explicam em parte o isolamento do Vale do Ribeira Paranaense (IPARDES, 1980).

3.1.1 Ciclo do Ouro

O povoamento efetivo¹ do Estado Paranaense, deu-se ao redor de 1649 pela intensa procura de metal precioso, que mais tarde, aliado à outros fatores, promoveram a fixação do homem à terra (SANTOS, 2001).

A descoberta de ouro na Capitania de São Vicente (São Paulo) pelos bandeirantes (os quais além do ouro, estavam em busca da captura de índios para utilização de mão-de-obra escrava), provocou movimentos constantes também na Capitania de Santo Amaro, sobretudo no litoral de Paranaguá e ainda nos campos de Curitiba. Como essas regiões ficavam afastadas de São Paulo, os faiscadores de ouro fixaram residência em terras paranaenses. Assim, mesmo antes da fundação das vilas, esses lugares contavam com algumas pequenas povoações, sem entretanto nenhuma organização ou representação política (SANTOS, 2001).

Por algum tempo, as minas de Paranaguá forneceram ouro à Coroa Portuguesa, a qual, em 1649, instalou uma fundição destinada ao controle da produção e cobrança do quinto. No mesmo ano, foi instalada a Vila de Paranaguá, a primeira estabelecida no Paraná. Quanto à Curitiba, quando a produção aurífera em Paranaguá entrou em decadência, o planalto foi examinado, em busca do metal. Entretanto, exigia-se enormes sacrifícios para obtenção de uma recompensa mínima, a qual pudesse interessar aos exploradores. O estabelecimento de habitantes nos campos de Curitiba fundou o povoado de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, que em 1693, foi transformada em Vila de Curitiba (SANTOS, 2001).

¹ Os espanhóis em 1554, por intermédio do governo paraguaio, chegaram a ocupar o oeste do território paranaense com vilas, na região onde hoje, encontra-se Guaíra. Entretanto, estas ocupações foram destruídas entre os anos de 1628 e 1632 por bandeirantes paulistas, que estavam em busca de ouro e indígenas para escravização. Como os índios encontravam-se reunidos e catequizados pelos jesuítas nas "vilas de Guaíra", foram alvo fácil de destruição e da desagregação ocupacional que ali se formara.

Pelo exposto, verifica-se que, de um movimento expansionista paulista, formou-se em Paranaguá, em meados do século XVII, um agrupamento humano que aí se estabeleceu e se organizou, tendo como atividade básica a mineração. E, conseqüentemente, o povoamento dos campos de Curitiba resultou do descobrimento de parte da população de Paranaguá, que se dirigia ao Planalto também à procura de riquezas (SANTOS, 2001, p.23).

A descoberta de ouro em outras regiões do Brasil, levou ao abandono do Paraná pelos paulistas. Os habitantes da Vila de Paranaguá e Curitiba passaram a viver de pequenas plantações para subsistência e permutas. Em Curitiba, além das atividades ligadas à lavoura de subsistência, havia também a exploração pecuária, que pouco a pouco contribuiu para a fixação de pequenos núcleos habitacionais em torno de pousos e currais de gado.

Logo, "... no início do século XVIII, a expansão progressiva da pecuária no planalto, que se tornou uma atividade cada vez mais lucrativa, integrará, mais diretamente, a comunidade paranaense à estrutura econômica brasileira" (SANTOS, 2001, p.25).

3.1.1.1 O Ciclo do Ouro e o Vale do Ribeira

Conforme estudos do IPARDES (1980), alguns garimpeiros oriundos do litoral paulista, ao saber da descoberta de aluviões auríferos localizados nas margens da baía de Paranaguá e nos córregos e rios que descem a Serra do Mar, formaram os primeiros arraiais paranaenses. Um destes arraiais localizava-se no Vale do Rio Ribeira até seu afluente Açungui. Logo, Paranaguá e Açungui (atual município de Cerro Azul) foram os dois primeiros núcleos de povoamento do Paraná, sem no entanto haver comunicação entre eles em função da Serra do Mar.

"Encontra-se nos Arraiais de mineração dessa fase histórica a origem de Bocaiúva do Sul e Campina Grande do Sul ..." (GIACOMITTI, 1987, pg.48).

Com o esgotamento do ouro, parte da população que dedicava-se a uma pequena agricultura de subsistência, a qual abastecia às vilas, continuou habitando no local, organizando-se em grandes propriedades isoladas ao redor das vilas, na região do Planalto, permanecendo desta forma por quase meio século, até o surgimento do novo ciclo. Outros, entretanto, deixaram o Vale em busca da exploração de veias auríferas em novas regiões, ou na busca de regiões mais adequadas para o cultivo agrícola (IPARDES, 1980).

3.1.2 Ciclo do Tropeirismo

Ao longo do século XVIII, além de Curitiba, a economia paranaense baseado no gado bovino e muar (de baixa produtividade) se expande e provoca a ocupação de novas terras; como nas localidades dos Campos Gerais e dos Campos de Guarapuava (MAGALHÃES FILHO, 2006).

O início da atividade, baseada no comércio inter-regional de animais, ficou conhecido como tropeirismo, ocorrendo a partir do desenvolvimento da economia de mineração, centrada em Minas Gerais, abrangendo ainda Goiás e Mato Grosso. Os animais eram utilizados para suprir as necessidades de trabalho dos exploradores de ouro na atividade laboral, bem como para a realização de atividades domésticas. As regiões mais acessíveis para obtenção dos animais de carga, localizavam-se nos pampas entre as margens dos Rios Uruguai e Prata. Assim, por volta de 1730, consolida-se o Caminho do Viamão, iniciando nesta localidade (RS) e terminando em Sorocaba (SP), aonde encontrava-se uma feira que comercializava animais do extremo sul trazidos pelos tropeiros, para serem comprados pelos exploradores de minas da região (MAGALHÃES FILHO, 2006).

“(...) Esse caminho e a integração da economia paranaense ao tropeirismo possibilitaram de vez que Curitiba se independizasse do seu tributo ao litoral” (NADALIN, 2001, p.49).

De modo que as regiões meridionais, que nos interessam em especial, estruturam-se no sentido de fornecer aos mineiros o que necessitavam: cavalos, sobretudo mulas, e carne. Nos campos de Curitiba, o gado existia, mas não em quantidade suficiente. Além dos campos de Lages, no extremo sul da Comarca de Curitiba e Paranaguá, ficavam as “vacarias”, onde havia quantidades significativas de cabeças de gado *vacum selvagem*. E os habitantes do continente de São Pedro² eram também especialistas na criação de muares (NADALIN, 2001, p.49).

O Caminho do Viamão, também conhecido no Paraná como “Caminhos Históricos”, foi fundamental para a ocupação do território paranaense, sendo responsável pela fundação de várias cidades do Paraná Velho. Estas cidades surgiram inicialmente para ligar os centros criadores no extremo sul do Brasil até Sorocaba. Assim apareceram os povoados de Itararé, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, Lapa, Palmeira, Campo Largo, entre outras. Originariamente

² Atualmente Estado do Rio Grande do Sul.

eram apenas locais para pouso, currais de descanso ou invernadas de gado, estando distantes uma da outra apenas pela distância que compreende a um dia de viagem do tropeiro (PADIS, 2006).

O ator social dominante nesta economia era o tropeiro que, proprietário de terras ou não, agia como comerciante.(...) Nem todo tropeiro era proprietário de terras na região, muitos sequer em qualquer outra; e nem todos os proprietários da região dedicaram-se ao tropeirismo. Muitos, com propriedades próximas às rotas seguidas pelas tropas, alugavam as terras para a invernada de tropas alheias, o que lhes propiciava mais renda do que as atividades criatórias tradicionais (MAGALHÃES FILHO, 2006, p.117).

O apogeu do tropeirismo se deu na década de 1770, seguido de uma fase de declínio e estagnação até a década de 1820, com a redução de mais de 90% da movimentação da feira de Sorocaba. Com o início da expansão do café no Vale do Paraíba, a necessidade da tropas reapareceu, atingindo seu pico em 1860, onde o número de animais negociados dobrou em relação ao apogeu anterior. Entretanto, o início das operações das ferrovias na região cafeeira reduziu consideravelmente a demanda por animais de carga, culminando com seu extermínio em 1908, ano da inauguração da estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul (MAGALHÃES FILHO, 2006).

O tropeirismo teve conseqüências no campo político, pois o prévio fortalecimento da classes proprietárias locais culminou em 1853, na criação da Província do Paraná, sediada em Curitiba, devido a emancipação da 5ª Comarca de São Paulo (MAGALHÃES FILHO, 2006).

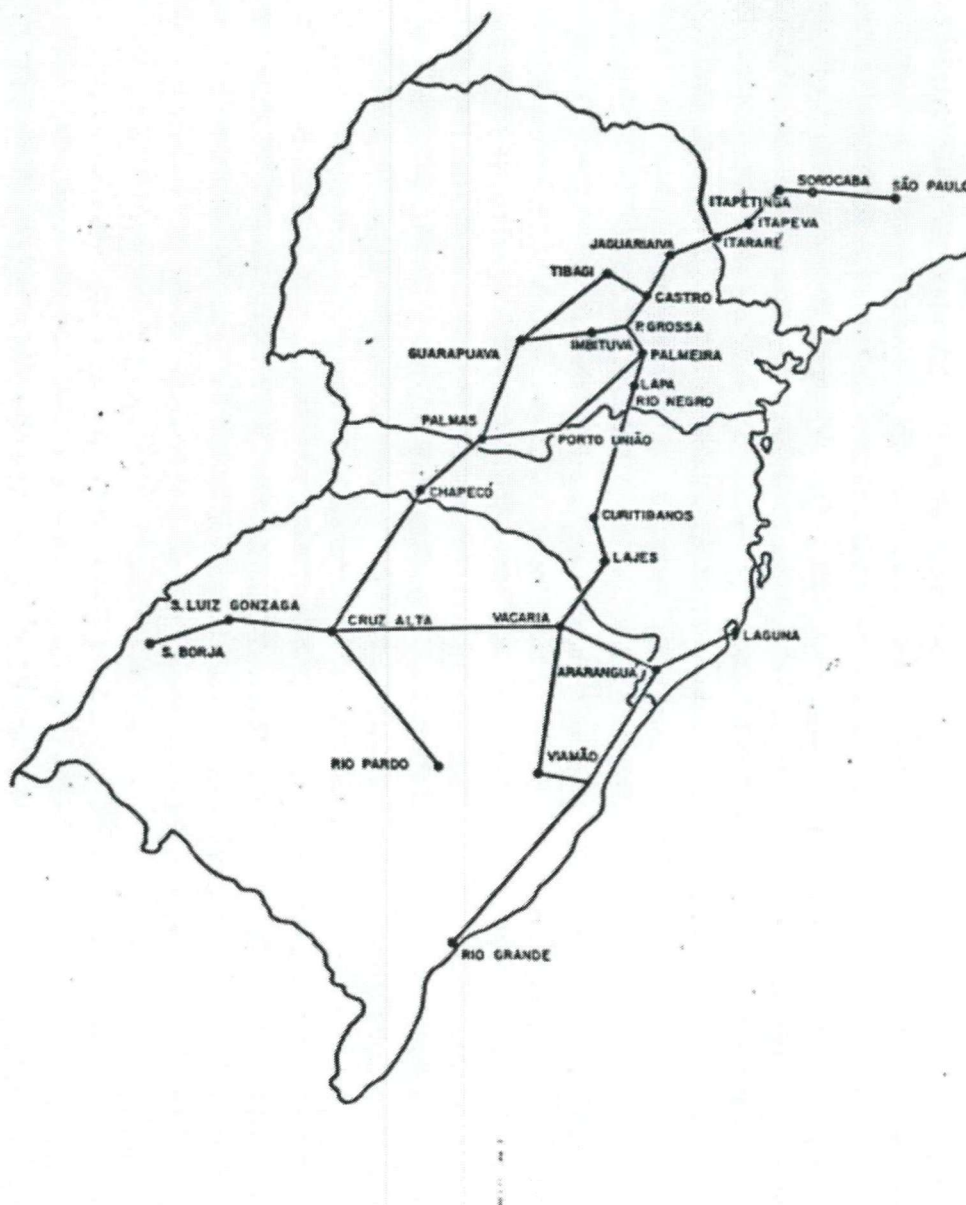
3.1.2.1 Ciclo do Tropeirismo e o Vale do Ribeira

Segundo BIGG-WITHER (1974), o comércio de produtos agrícolas da região era realizado tanto à leste do oceano Atlântico, quanto à oeste e nordeste das cidades da planície, procedentes de toda a região que circundava as cabeceiras do Ribeira. Entretanto, o transporte era realizado por canoa, pois os caminhos de mula eram horríveis (os animais ameaçavam cair a cada momento, juntamente com o cavaleiro) devido às zonas montanhosas de florestas da região, sendo preferível, mesmo diante dos riscos de suas corredeiras e demais obstáculos, realizar o transporte de cargas pela via fluvial, através dos rios Ribeirinha, Assungüi e Ribeira.

GIACOMITTI (1987), cita que a região do Alto Vale do Ribeira conseguiu alguns benefícios advindos com o tropeirismo, principalmente na segunda fase. Participou residualmente da oferta de produtos agropecuários de alimentação aos tropeiros, que passaram pelas terras do Paraná, nas proximidades de Curitiba e, em segundo lugar, com a venda de porcos gordos para a capital paulista, que se urbanizava e iniciava seu processo de industrialização. Isso aconteceu mesmo com a precariedade dos meios de comunicação até então existentes.

A região do Ribeira não foi incorporada à economia pastoril, pois a rota do tropeirismo fazia divisa com a região, sem chegar, no entanto, a atingí-la. Seu traçado cortava a região dos Campos Gerais, como Palmeira, Ponta Grossa e Jaguariaíva [como já citado anteriormente]. O traçado do tropeirismo é assim, expressão clara do contorno feito em relação à região do Ribeira, naquele momento inacessível ao povoamento em função dos limites físicos de acesso que apresentava. A rota vinha do sul, a partir de Curitiba e era interceptada pela profunda incisão dos rios da bacia do Ribeira, obrigando a deflexão para oeste, até Ponta Grossa, para daí então retomar o traçado original. Caso o Ribeira não fosse contornado, e fosse traçada uma linha reta entre Ponta Grossa e Sorocaba, esta linha passaria diretamente sobre a região objeto de estudo (IPARDES, 1980). Através do mapa 1, é fácil visualizar:

MAPA 1: CAMINHOS DE TROPAS SÉCULOS XVIII E XIX



FONTE: MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao Estudo da História Agrícola do Paraná (1963).

Para melhor entendimento da localização dos municípios do Vale do Ribeira Paranaense, pede-se que seja consultado os mapas 3 e 4 deste estudo (p. 41 e 44, respectivamente).

Além do mais, a construção da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, acabou desviando para Ponta Grossa todo o movimento de transportes procedentes de Jaguariaíva com destino à Curitiba, Antonina e Paranaguá, o qual era escoado pelo Vale do Ribeira; abortando qualquer possibilidade da região desenvolver-se através de uma “caminho de passagem” para a capital e litoral do Estado.

3.1.3 Ciclo da Erva-Mate

Conforme o IPARDES (1980), o ciclo da Erva-Mate foi a primeira atividade econômica autônoma da região das matas de araucária. O mate apresentava-se no sub-bosque, formando concentrações ao abrigo dos pinheiros. Mesmo com utilização muito antiga na região, consumida pelos indígenas que habitavam a área, somente a partir da segunda metade do século XIX é que a exploração da erva-mate torna-se atividade organizada em proporções empresariais, perdurando até as primeiras décadas do século XX e alterando significativamente a estrutura da região. A erva-mate, tinha como destino os mercados da Argentina, Uruguai e Chile.

Devido o longo período de instabilidade política e dos conflitos armados que caracterizaram a região platina por aproximadamente meio século, as exportações paraguaias de erva-mate foram afetados pelas constantes interrupções dos fluxos comerciais e conseqüente desorganização do abastecimento, o que ocasionou a elevação de preço. Logo, o produto brasileiro pode entrar no mercado, tendo como principal produtor o Paraná, que logrou a consolidação da atividade para posterior entrada num setor de exportação organizado (MAGALHÃES FILHO, 2006).

O mate foi de fundamental importância para o Paraná³, pois motivava três atividades distintas: a extração, a fabricação e a comercialização, tendo todos os seus desembaraços repercussão na vida paranaense (SANTOS, 2001).

A classe média obteve condições de formar-se, principalmente por descendentes de alemães, que apesar de participar apenas da extração do mate bruto, controlavam o comércio bruto e transporte até a capital (IPARDES, 1980).

Como elucida OLIVEIRA (2001), o mate e as atividades relacionadas à ele, tiveram um efeito decisivo nas relações capitalistas de produção, pois através do Ciclo do Mate, houve a generalização do trabalho assalariado, a adoção de novas técnicas produtivas com caráter industrial, condições para o início da urbanização e finalmente, a criação de uma burguesia industrial de origem paranaense. A construção da Estrada da Graciosa, iniciada em 1853 e terminada em 1873, intensificou as atividades industriais do mate, pois facilitou o acesso dos

³ A Universidade Federal do Paraná, é a mais antiga universidade do Brasil e símbolo de Curitiba. Envolve por uma história de muitas conquistas, desde 1912, é uma das conseqüências trazidas pelo Ciclo da Erva-Mate no Paraná, sendo hoje referência no ensino superior para o Estado e para o Brasil.

fornecedores de folhas da erva com os engenhos, os quais localizavam-se a meio caminho entre eles e o Porto de Paranaguá, e utilizavam-se de carroções escravos.

Posteriormente, houve a inauguração da estrada de ferro ligando Curitiba à Paranaguá, o que permitiu o beneficiamento do mate no planalto, pois a erva cacheada (mate bruto) chegava até o planalto em carroções e depois de beneficiada, partia para Paranaguá através da ferrovia (IPARDES, 1980).

Durante o período de 1842 a 1861, exportava-se, através do porto de Paranaguá, mais de 96% da produção de mate paranaense, o que representava mais de 85% do total do valor das exportações do Estado. Após 1840, o Paraná entra na conjuntura de emancipação política de São Paulo, o que aconteceu em 1853. A motivação pela liberdade política esteve diretamente ligada à necessidade de expansão comercial e seu progresso econômico (SANTOS, 2001).

Os exportadores de erva-mate, os quais localizavam-se em Curitiba e litoral, constituíram uma burguesia cada vez mais fortalecida, devido à incorporação de avanços das forças produtivas no beneficiamento do mate. Isso se deu através da introdução de moinhos a vapor e moagem sistemática, a qual permitia a separação da goma, do pó, talos, folha em diferentes tamanhos para que posteriormente a mistura destes componentes ocorresse na medida apropriada, conforme a destinação final do produto, atendendo aos paladares de argentinos, uruguaios e chilenos. Com as melhorias produtivas, conseqüentemente também foi aumentada a produtividade, a produção e exportação do mate industrializado pronto para consumo, sendo este inclusive, embalado com marcas próprias (MAGALHÃES FILHO, 2006).

“(...) Não obstante, apesar de ainda se constituir na atividade mais importante do Estado, a partir de 1914, o mate vai perdendo sua condição de atividade condutora da economia, dando lugar a uma participação cada vez maior do café” (PADIS, 2006, p.102).

O Ciclo do Mate, termina na década de 1930, não sendo jamais recuperado, devido à produção crescente do mate na Argentina, que adquiriu a auto-suficiência e forçou a queda dos preços do produto no mercado, desestimulando a atividade (IPARDES, 1980).

3.1.3.1 Ciclo da Erva-Mate e o Vale do Ribeira

“Embora na região do Ribeira houvesse erva-mate nativa, sua exploração se restringia ao consumo doméstico, não trazendo para essa região os mesmos efeitos que a economia ervateira provocou nas outras regiões do Paraná Tradicional”(IPARDES, 1980, p.116).

Entretanto, conforme cita GIACOMITTI (1987), o Ciclo da Erva-Mate também contribui para os agricultores da região do Ribeira, pois é nessa fase histórica que os colonos imigrantes e seus descendentes se deslocaram para esta área.

Trata-se, segundo SANTOS (1995), da escassez e carestia de alimentos ocorrida no Estado a partir da segunda metade do século XIX. A crise alimentar chegou a aumentar os preços dos gêneros alimentícios em até 200%.

Como o mate transformou-se em uma monocultura de tipo industrial promissora, causou uma considerável baixa na produção de gêneros alimentícios e, portanto, maior importação dos mesmos. O entusiasmo com a economia do mate e da pecuária, desestimulou o trabalho agrícola e provocou o abandono da produção agropecuária de subsistência em escala comercial (SANTOS, 1995).

Logo, com o objetivo da diversificação agrícola e amparo à economia de subsistência através de colônias agrícolas, a política imigratória começa a ser incentivada pelas autoridades, a partir da metade do século XIX (SANTOS, 2001).

Em 1853, a Princesa Isabel mandou que analisassem as terras onde hoje se localiza o Município de Cerro Azul. Sendo estas terras de primeiríssima qualidade [esta qualidade foi questionada com o passar dos anos, principalmente devido à declividade do terreno], prestando-se à cultura do café, cana-de-açúcar e cereais em geral, determinou o governo imperial que 59.681,4 hectares destas terras fossem divididas em 400 lotes, que foram entregues a colonos ingleses, franceses, alemães, suíços e italianos [além de brasileiros]. Esta nova colônia foi denominada Açunguí, e a sede administrativa esteve localizada nas proximidades do morro Cerro Azul, em 1860 (EL-KHATIB, ,1969, p.70).

Em 1875, essa colônia contava com cerca de 1.820 pessoas, sendo que desse total, 48% eram brasileiros e o restante de diversas nacionalidades. Anteriormente a este episódio, habitavam a região alguns portugueses e poucos remanescentes dos índios coroados. A expectativa do governo provincial era de que a Colônia Açungui se transformasse em uma grande produtora agrícola, entretanto a mesma não produziu sequer o mínimo esperado e muitos agricultores estrangeiros

abandonaram suas propriedades diante das dificuldades enfrentadas, principalmente a de colocar seus produtos no mercado (FONTE, 2006).

Sobre o insucesso da Colônia Assunguí, BIGG-WITHER (1974) relata que há duas teorias distintas e opostas: uma deixa a culpa à cargo do Governo Brasileiro, assegurando que os lugares das colônias foram mal escolhidos e que as promessas aos colonos não foram cumpridas. E a outra acredita no mau caráter dos imigrantes, pois estes retardavam o início do trabalho, pois ao terem contraído dívidas para vir ao Brasil, bem como adquirido terras, preferiam perder a identidade, pois assim não teriam mais que pagar suas despesas, podendo começar a trabalhar como autônomos mais tarde, totalmente dispensados do pagamento de qualquer ônus.

Os imigrantes que realmente trabalhavam, tinham uma grande dívida para pagar (viagem de vinda ao país, terras e gastos com a própria sobrevivência), e além disso, mesmo a terra sendo fértil, a topografia do terreno não permitia o uso do arado, pois os lotes estavam situados nas encostas íngremes de um vale estreito, montanhoso, semelhante àqueles vistos nos montes suíços. Logo, os colonizadores ficavam limitados necessariamente ao sistema de cultivo em roças, tendo que competir com todas as desvantagens advindas também da ignorância da região (BIGG-WITHER, 1974).

3.1.4 Ciclo da Madeira

Pela própria formação de suas matas, o Paraná contou com expressiva variedade de madeiras. Tanto na Mata Atlântica, quanto na Mata das Araucárias, encontravam-se praticamente todos os tipos de árvores conhecidas no Brasil, inclusive aquelas de alto valor-econômico. A Estrada da Graciosa e a Ferrovia Curitiba-Paranaguá trouxeram novas possibilidades de exploração da madeira, fazendo com que as serrarias se tomassem um estabelecimento muito comum à paisagem paranaense, resultado tanto do desenvolvimento da malha de transportes, quanto da demanda interna por madeira das cidades paranaenses, que encontravam-se em processo de crescimento (OLIVEIRA, 2001).

Segundo PADIS (1981), a exportação de madeira era o segundo item da balança comercial do Estado. Antes da construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, bem como da Estrada da Graciosa, o preço do pinho produzido no Paraná, era mais alto que muitas madeiras importadas, o que não garantia

competitividade à atividade. Após a construção das vias de escoamento, e devido a urbanização do Rio de Janeiro e São Paulo, houve euforia no setor de extração madeireira paranaense. Mais tarde, surgiram algumas dificuldades, já que os grandes compradores, localizados no Rio de Janeiro, Santos, Buenos Aires e Montevideú, ainda preferiam madeiras importadas do Canadá e Estados Unidos, devido o menor preço e maior qualidade apresentadas. Em 1881, um dispositivo constitucional protege o produto paranaense através de barreiras alfandegárias à madeira importada, fazendo com que as exportações voltassem a crescer. Tanto cresceram, que em 1910 faltava matéria-prima no Estado para a produção de fósforos, o que teve que ser corrigido com a criação de tarifa alfandegária sobre a exportação de madeira em toras.

Nas duas primeiras décadas do século XX, a expansão da atividade madeireira aumenta, e o capital local, começa a ser aplicado na extração, industrialização e exportação do produto. Com a perda do principal mercado consumidor de mate (o Prata), o setor madeireiro se fortalece ainda mais, expandindo-se até a década de 1940 (IPARDES, 1980).

Diante da rentabilidade que a atividade madeireira começa a apresentar, sua exploração no Paraná atrai capitais estrangeiros, ingleses e norte-americanos, principalmente. Esses grupos, inicialmente voltados para a implantação do setor ferroviário no Estado, passam a explorar as madeiras nas terras que ficavam à margem das linhas que deveriam ser construídas e que eram de sua [própria] concessão (IPARDES, 1980, p.117).

3.1.4.1 Ciclo da Madeira e o Vale do Ribeira

Nas fontes pesquisadas, não foram encontradas citações que revelem alguma relação entre a extração da madeira e conseqüências econômicas decorrentes para o Vale do Ribeira. Apenas em GIACOMITTI (1987), encontra-se uma passagem em diz que a madeira, em proporções menores que o mate, trouxe contribuições para os agricultores locais, através do aumento de consumo de alimentos ali produzidos.

Pelas características geográficas do Vale do Ribeira, pelas dificuldades de acesso e transporte, e por hoje a região ainda apresentar disposição de recursos naturais, supõe-se que a extração da madeira não ocorreu no local de forma comercial. Esta afirmação, pode ser concluída através do seguinte parágrafo: “O resultado foi a virtual destruição dessas matas, das quais hoje só podemos observar umas poucas áreas remanescentes, geralmente em regiões de difícil acesso como a

Serra do Mar, protegida por lei como reserva natural desde 1986” (OLIVEIRA, 2001, p.32).

3.1.5 Ciclo do Café

Este ciclo ocorre em uma etapa mais recente da ocupação paranaense, trata-se do Paraná Pioneiro, também conhecido como fenômeno “norte do Paraná”, devido à surpreendente e rápida ocupação do território. Em menos de quarenta anos, cerca de 36% do território paranaense, transforma-se de densa mata absolutamente despovoada, em região que, em 1960, contava com quase dois milhões de habitantes, distribuídos em 172 cidades (PADIS, 2006).

As causas desta verdadeira revolução são variadas, destacando-se a qualidade das terras (a conhecida e fértil terra-roxa), a situação econômica nacional no contexto internacional após a crise de 1929, a evolução da cafeicultura paulista neste mesmo período, e o surto de industrialização de São Paulo a partir da década de 30 (PADIS, 2006).

De 1929 a 1945, a cafeicultura desenvolvida no norte do Paraná sofreu uma evolução lenta, porém progressiva. Esta evolução se deu pela expansão da economia cafeeira paulista, sendo o esforço produtivo desempenhado pelo Paraná na época, quase nulos. O norte paranaense, chegou até mesmo a desejar desligar-se política e administrativamente do Paraná, já que sua relação econômica encontrava-se dependente e arraigada à São Paulo (PADIS, 2006).

As atividades de lavoura no norte paranaense, desenvolveram-se numa estrutura fundiária baseada em pequenas e médias propriedades, sendo que, devido ao volume da produção de determinados bens, foram geradoras de uma parcela de renda considerável no Estado. A transmissão da propriedade da terra foi realizada por três companhias colonizadoras inglesas, bem como pelo governo do Estado. As dimensões limitadas das propriedades exigiam um capital modesto para o início do investimento, sendo que a força de trabalho da família era suficiente para o atendimento das necessidades de consumo. Outros fatores, paralelamente, beneficiaram o rápido crescimento da região e sua capitalização, tais como a rede de transportes que ali foram estendidas e a localização próxima dos núcleos urbanos que se formavam, o que contribuiu para a comercialização dos produtos produzidos na região. Além do café, uma grande variedade de bens agrícolas são

produzidas no norte paranaense, tais como algodão, milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, rami e amendoim (PADIS, 2006).

Do final da década de 40 até metade de 1950, o Governo Federal mantém uma taxa de câmbio valorizada irreal, para favorecer a importação de bens de capital, já que o país iniciava a sua industrialização, principalmente através de São Paulo. Assim, as exportações, incluindo as de café, foram desestimuladas de tal forma em São Paulo, que o Paraná ganha a dianteira na produção nacional do produto. Pode-se dizer que, o ciclo do café no Paraná, contribui a partir de 1960, com parcelas consideráveis de renda, destinadas para o subsídio do parque industrial paulista, bem como para atenuar os déficits orçamentários da União, através do Fundo de Defesa do Café (PADIS, 2006).

3.1.5.1 Ciclo do Café e o Vale do Ribeira

Não há escritos que retratem relações diretas entre o desenvolvimento da economia cafeeira no Norte do Paraná e possíveis conseqüências para o Vale do Ribeira.

Indiretamente, o Ciclo do Café, bem como o início da industrialização paulista, podem ter contribuído para a construção da estrada de rodagem ligando Curitiba a São Paulo. Esta estrada, teve seu traçado distante da cidade de Cerro Azul, fato que motivou o isolamento do município através das duas importantes vias de acesso para os maiores centros de escoamento de sua produção, São Paulo e Curitiba (IPARDES, 1980).

Entretanto, em 1940, é construída uma estrada de rodagem, a qual liga Cerro Azul à rodovia São Paulo – Curitiba, para que o escoamento efetivo da produção agrícola e pastoril, pudesse eficientemente ser distribuído (IBGE, 2007). Tal estrada, foi aberta através do Interventor Federal Manoel Ribas, e permite que a estagnação econômica local diminua em parte, porém de maneira bastante tímida (IPARDES, 1980).

3.1.6 Ciclo do Agronegócio

O agronegócio é responsável por tratar do conjunto de negócios relacionados à agricultura em grande escala, e por isso é capaz de influenciar uma cadeia complexa: a agroindústria; sendo fundamental até os dias de hoje para a dinâmica

econômica de vários municípios paranaenses, resultando na vocação do Paraná à agricultura.

No Paraná, o agronegócio teve sua formação impulsionada pela ocupação de gaúchos no sudoeste do Estado (PADIS, 2006), estendendo-se para o norte paranaense, a partir de 1970 (OLIVEIRA, 2001). A colonização ítalo-germânica localizada no norte e nordeste do Rio Grande do Sul, começou a multiplicar-se em função do número de famílias e do advento de novos contingentes migratórios de alemães e italianos; o que caracterizou uma acentuada minimização do tamanho das propriedades (PADIS, 2006).

Na década dos anos quarenta, parte desta população migrou para as cidades, pois o setor industrial rio-grandense encontrava-se em expansão. Porém, a outra parte da população que não pode ser absorvida pelas cidades, teve que migrar na busca de outras terras, para o oeste catarinense e sudoeste paranaense. Em 1950, com a debilidade da economia urbana gaúcha, não só os colonos descendentes de italianos e gaúchos, mas famílias inteiras de todo o Estado deslocaram-se em busca de sobrevivência (PADIS, 2006).

As regiões do oeste catarinense e sudoeste paranaense apresentam aspectos ecológicos semelhantes aos encontrados no Rio Grande do Sul, o que determinou que a produção agrícola dos migrantes fosse semelhante à produção do Estado gaúcho. Nos anos 50, pode-se dizer que a maioria das propriedades agrícolas absorviam apenas a força de trabalho familiar, e portanto, no sudoeste paranaense, não havia a figura do latifúndio (PADIS, 2006).

Como o sudoeste paranaense é marcado por um grande distanciamento em relação aos centros urbanos mais importantes, isso na década de 50, e Curitiba fica a mais de 500 quilômetros da região, assim como havia um total desprovemento na época, no que diz respeito aos meios de comunicação; a população dedicava-se à produção do autoconsumo, já que pelo isolamento eram poucas as possibilidades de vender eventuais excedentes da produção. Mas a partir da década de 60, o isolamento social e econômico da região é eliminado pela implantação de um sistema viário, que permite que o excedente produtivo possa ser comercializado, inclusive para São Paulo, o grande centro industrial brasileiro (PADIS, 2006).

Houve um aumento na renda monetária da população, que passou a demandar bens manufaturados, aumentar o número de estabelecimentos comerciais e incrementar o dinamismo dos pequenos centros urbanos que começavam a

crescer. Em seguida, pessoas dotadas de recursos consideráveis adquiriram propriedades agrícolas de grandes dimensões, em áreas ainda não ocupadas; pois as perspectivas de obtenção de benefícios por meio da produção e da comercialização de produtos agrícolas eram muito elevadas, o que levou ao processo de descaracterização dos minifúndios presentes até então. As principais culturas produzidas, foram inicialmente o trigo, o feijão, a suinocultura (PADIS, 2006) e mais tarde, a soja (OLIVEIRA, 2001).

A partir de então, pode-se dizer que a região sudoeste está definitivamente integrada ao subsistema paranaense, pois tornou-se fornecedor de produtos primários, especialmente alimentos, e comprador de produtos industrializados. Os pequenos produtores vincularam-se à determinados comerciantes regionais atacadistas, e por não disporem de recursos abundantes, não possuíam condições de beneficiar-se das vantagens da oscilação dos preços nos períodos de entressafra. Já os grandes proprietários, dado o maior o volume de recursos, vêem-se favorecidos pela estrutura de comercialização; já que conseguem armazenar seu produto na época das safras para depois vendê-los a um preço maior na entressafra, dispondo ainda de veículos próprios para escoar a produção aos grandes centros urbanos, sendo este fator econômico decisivo para expulsão da população composta por pequenos produtores, que migraram para outras terras localizadas no Mato Grosso do Sul, Goiás e até Paraguai, repetindo o fenômeno ocorrido no Rio Grande do Sul na década de 1950 (PADIS, 2006).

Aos poucos, algumas unidades de produção no sudoeste paranaense passaram a transformar os produtos primários em produtos industrializados, através de frigoríficos e indústrias alimentícias, o que alavancou o setor terciário local, principalmente as atividades financeiras, e proporcionou o aparecimento de centros urbanos mais desenvolvidos, como Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Pato Branco, entre outras (PADIS, 2006).

Conforme OLIVEIRA (2001), com o declínio da lucratividade da cafeicultura, a alternativa mais atraente para a maioria de grandes proprietários de terras foi a adoção da cultura da soja. O primeiro governo da ditadura militar (1964-1985), utilizava-se de uma política de incremento das exportações, e dentre as iniciativas contempladas estava o financiamento público a preços acessíveis do plantio de soja. Nos anos 70, o crescimento da produção de soja no Paraná é um dos mais expressivos da história econômica do país, tanto que em 1970, a produção

paranaense em relação ao total da produção nacional, passa de 24% para 40% em apenas seis anos. Logo a área cultivada também aumentou, e desbancou as culturas tradicionalmente adotadas, sendo que em 1974, a cultura de soja já ocupava a terça parte da área plantada do Estado.

Os efeitos da cultura de soja sobre a urbanização e a industrialização paranaenses foram enormes, pois a intensiva mecanização do cultivo e colheita, além da dificuldade de escala produtiva e financiamentos de médios proprietários, dispensou um grande número de trabalhadores rurais. Estes dirigiram-se para novas fronteiras agrícolas, ou ingressaram nas favelas das cidades paranaenses ou de outros Estados, tanto que ao final dos anos 70, a população urbana ultrapassava a população rural no Paraná (OLIVEIRA, 2001), como será visto no capítulo 5.

A cultura da soja também influenciou a industrialização paranaense, pois dada a grande produção, o Estado reuniu vantagens comparativas muito favoráveis à instalação de um parque dedicado ao beneficiamento do produto, ao invés de apenas exportá-lo *in natura*. Assim, surgiram fábricas beneficiadoras, as quais produzem farelo e óleo de soja, dentre outros, e propiciam uma maior dinamização das economias locais (OLIVEIRA, 2001).

3.1.6.1 Ciclo do Agronegócio e o Vale do Ribeira

Não existem relações diretas entre o advento do agronegócio no Paraná e a economia do Ribeira.

O terreno montanhoso com declividade superior à 30% existente na região do Vale do Ribeira paranaense, não permite a mecanização, produção e conseqüente desenvolvimento agrícola em escala, restando à sua população a opção de produção para subsistência.

Como não existem excedentes da produção agrícola produzida pelos ribeirinhos, não houve condições para o fomento de indústrias alimentícias como no caso do sudoeste e norte paranaense, ou mesmo indústrias de outros segmentos, por conseqüência de uma força motriz. Nas ocasiões, em que porventura a produção era significativa, existiam dificuldades em comercializar este excedente, dada a falta de infra-estrutura das estradas locais para escoar a produção, como será visto no capítulo 6.

Como consequência, o setor terciário tampouco teve incentivos ao desenvolvimento, pois a economia estagnada pelo setor primário e secundário da economia, impossibilitaram a especialização do comércio local. Os serviços financeiros privados não encontraram razão para serem ofertados no Vale do Ribeira, criando um abismo ainda maior entre a dinâmica regional construída nas regiões agroindustriais do Estado e o Alto Ribeira; estando sua população totalmente dependente das ações e mobilizações governamentais, institucionais e da sociedade civil pública.

3.2 FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO VALE DO RIBEIRA

Segundo relatos de BIGG-WITHER (1974), a formação social e econômica do Paraná ocorreu de maneira atrasada e bastante rígida, dada a inacessibilidade da região do Ribeira, aqui já salientada. Latifúndios subordinavam a população local, formada por caboclos (serviam como mão-de-obra para trabalho pesado) e colonos (pequenos proprietários de terras, brasileiros ou estrangeiros).

Pela ausência de estradas adequadas na região, o transporte de mercadorias, obrigatoriamente, deveria utilizar tropas de mulas. Como a sustentação destas dependia de grandes áreas para pastagens, e como estas grandes áreas pertenciam aos fazendeiros, estes conseguiram com que os colonos se tornassem seus subordinados. Logo, os colonos dependiam dos fazendeiros para transportar sua produção, submetendo-se aos termos impostos unilateralmente. Os grandes proprietários de terra controlavam preços, chegando a comprar a colheita previamente, estipulando preços que lhe fossem mais convenientes. Já os caboclos, permaneciam nas grandes propriedades através de um sistema de endividamento que foi chamado de “escravidão branca” pelo autor (BIGG-WITHER, 1974).

Os principais produtos cultivados na região, contribuíam para o abastecimento alimentar de Castro, Ponta Grossa e Curitiba, e basicamente eram milho, feijão, café e açúcar, sendo os morros roçados e cultivados até o alto. Não havia possibilidade de utilizar o arado, em função dos aguaceiros que arrastavam a fertilidade da terra pelas encostas, deixando-a desprotegida de capoeiras por mais de um ano (BIGG-WITHER, 1974).

No que se refere às relações entre fazendeiros e caboclos, BIGG-WITHER (1974), presta esclarecimentos sobre a “escravidão branca”, praticada na região no final do século XIX. Os caboclos eram submetidos a um sistema de endividamento, o qual os forçava a permanecer nas fazendas por muitos anos, trabalhando gratuitamente para os grandes latifundiários. Tal prática, possivelmente, era uma maneira dos fazendeiros se contraporem à escassez de mão de obra, e conseqüente necessidade de pagar salários mais altos para conseguir trabalhadores no Ribeira. A passagem abaixo ilustra bem este fato:

Um caboclo precisa de certa soma de dinheiro... Ele vai ao ricaço da vila... e pede-lhe um empréstimo daquela quantia, prometendo-lhe pagar dentro de

certo tempo... Desde esse momento, o infeliz caboclo, em todas as intenções e propósitos, torna-se um escravo. Como poderá ele ganhar dinheiro para pagar a sua dívida, a não ser do próprio patrão...? Que pode ele fazer, supondo que o seu patrão sinta muito, mas não tenha necessidade de seus serviços, por algum tempo? Nesse meio-tempo vence-se o prazo do pagamento da dívida, e o infeliz não tem condições naturalmente para fazê-lo. – Não faz mal - diz o proprietário – você paga com trabalho. Eu não o obriguei a fazê-lo em dinheiro. Dá-lhe trabalho e ele vai para a roça, capinar, plantar ou colher, qual seja o caso, por certo número de dias e a mil réis por dia. Ele fica feliz, pensando que com esse salário possa pagar o seu débito, quando, de repente, é avisado de que tem de interromper o trabalho na temporada, ficando sem receber. Os juros, entretanto, vão se acumulando e quando a sua próxima temporada começa o seu débito original continua igual a antes. E ele então trabalha de novo para pagá-lo, mas não o consegue, porque esse não é o interesse de seu credor. Assim, ano após ano, ele trabalha por nada, sem deixar de continuar devendo, enquanto o patrão prospera e enriquece (BIGG-WITTHERR, 1974, p. 370).

“A estrutura agrária da região do Alto Ribeira, formada por fazendeiros, colonos e caboclos, no final do século XIX, tem seus desdobramentos na atualidade, através de formas modificadas de relações entre grandes e pequenos proprietários de terra e pequenos produtores da região, através das diferentes formas de arrendamento da terra” (IPARDES, 1980, p. 124).

Diante destes relatos, fica claro que o desenvolvimento da dinâmica econômica do Ribeira foi prejudicado, além de outros fatores, pelas relações de trabalho ali praticadas; um sistema de trabalho escravocrata impediu a demanda por bens de consumo dos caboclos que moravam na região, acarretando conseqüências de pobreza e estagnação econômica e atraso em relação às outras regiões do Estado. A grande concentração de terras nas mãos de poucos e o elevado número de pequenos proprietários que produzem apenas para subsistência, não foram suficientes para que a região alcançasse um excedente agrícola satisfatório.

GIACOMITTI (1987), afirma que no mesmo ano de conclusão de seu trabalho, o modo de falar da população da região, principalmente no interior dos municípios, era ainda um português arcaico. Expressões do português colonial, tais como: *vosmecê*, *por môr de*, *sim sinhô*, *sinhá* e *sinh'ana*; cujos significados são: você, por amor de, sim senhor, senhora e senhora Ana; ainda eram utilizados no local. No mesmo trabalho, GIACOMITTI, faz referência a pobreza, sendo esta generalizada, salvo em raras exceções de famílias relativamente mais abastadas. As dificuldades advindas com a pobreza, eram superadas e enfrentadas até o limite da possibilidade

pelos produtores rurais. Porém, quando este limite era superado, as famílias partiam para os centros urbanos, desfazendo-se de suas propriedades e engrossando as favelas principalmente em Curitiba; levando até a capital do Estado a marginalização social.

3.2.1 Cooperativa Agrícola Mista de Cerro Azul

Em 1943 é criada a Cooperativa Agrícola Mista de Cerro Azul, com o objetivo de unir agricultores e criadores da região, vendendo a produção e comprando artigos necessários às suas culturas. Os sócios da Cooperativa, recebiam ainda gêneros alimentícios, objetos de uso pessoal e doméstico e financiamentos para que pudessem desenvolver suas atividades produtivas. A Cooperativa iniciou suas operações com 22 associados, e no mesmo ano possuía 51 inscritos. Em 1953, os sócios já eram 253 e três anos mais tarde, 338 (IPARDES, 1980). Estes números evidenciam o crescimento da cooperativa, muito provavelmente, devido à necessidade de apoio deste gênero que a região carecia. Sabe-se que no ano de 1952, através de um decreto governamental, a Cooperativa foi isenta de todos os impostos tributados pelo Estado.

Em 1956, o presidente da Cooperativa procurava estimular a produção de frutas cítricas, bem como a instalação de uma indústria de doces de goiaba. Entre as principais atividades desenvolvidas estavam: promoção da venda de laranjas, fabricação de doce de laranja, obtenção de óleo e suco de laranja, financiamento da safra e aquisição do produto para colocação nos mercados consumidores, onde encontravam-se até mesmo compradores de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (IPARDES, 1980).

Além da citricultura, a região produzia milho, feijão, cana-de-açúcar e batata inglesa, tendo as culturas maior importância conforme a ordem em que foram citadas.

No entanto, a partir de 1960, a Cooperativa de Cerro Azul começa a enfrentar problemas de má administração, o que levou ao fechamento da entidade tempos após. A expansão e concorrência da citricultura paulista também podem ser apontadas como fatores que prejudicaram a continuidade dos trabalhos pela Cooperativa, pois a produção paulista contava com uma tecnologia superior, a qual não foi dominada pelos produtores paranaenses.

Em 1955, foi registrado através de documentos da Cooperativa, que mais de 500 famílias de agricultores haviam se retirado da região devido à vários fatores, dentro os quais a falta de estradas e a ausência de conservação ou melhoria nas estradas já existentes.

3.2.2 Extração Mineral em Adrianópolis

Inicialmente, Adrianópolis era conhecida como Epitácio Pessoa e pertencia ao Município de Bocaiúva do Sul. Só em 1960 passou a ser chamada pelo nome atual e foi desmembrada de Bocaiúva do Sul, tornando-se um município.

Adrianópolis tem em sua história, a exploração de suas reservas minerais junto ao Rio Ribeira, especialmente o chumbo. Em 1937, a empresa multinacional portuguesa Plumbum S.A., instalou-se no município para explorar seus minérios, cuja atividade era a principal fonte de arrecadação do local (IPARDES, 1980).

Algumas das minas exploradas, pela Plumbum S.A., além de estarem localizadas em Adrianópolis, encontravam-se em Cerro Azul. O Vale do Ribeira foi, nesta época, uma das maiores províncias metalogênicas e um dos maiores produtores de chumbo do país. Portanto, a extração e a industrialização do minério pela multinacional, eram as principais atividades econômicas de Adrianópolis, que contava com uma agricultura essencialmente de subsistência (IPARDES, 1980).

Em 1995, as atividades da Plumbum foram fechadas devido a exaustão das minas e o rebaixamento dos preços internacionais, já que o custo de retirada do minério ficou muito alto e pouco atraente para a empresa, que preferiu interromper suas atividades (FONTE, 2006).

O chumbo perdeu espaço através do avanço tecnológico, pois revestimentos de cabos telefônicos e de energia, bem como materiais da construção civil, não mais utilizam o chumbo, e sim o plástico, que possui muito mais eficiência. Assim também ocorreu no setor de embalagens, pois os alumínio e certos plásticos mostraram-se mais práticos e ecológicos.

Em relação à gasolina, o chumbo igualmente perdeu espaço, pois não foi mais adicionado como mistura antidetonante (SILVA, 2001).

O resultado de aproximadamente cinco décadas de exploração de minério em Adrianópolis, deixaram profundas marcas no meio-ambiente e na contaminação da população com o metal. Conforme estudos realizados pela USP, amostras de

sangue de crianças que estudam na região, indicam que a contaminação do ambiente por chumbo ainda é bastante elevada e acima da normalidade, mesmo após alguns anos da desativação da Plumbum S.A. (FONTE, 2006), fato que configura um grave problema de ordem pública e que necessita cuidados.

4 VÁRIOS “PARANÁS” DENTRO DE UM MESMO PARANÁ

A partir da formação histórico-econômica do Estado do Paraná, e também por intermédio da análise de dados sócio-econômicos atuais, é possível compreender o motivo da existência de Vários Paranás, e identifica-los dentro de um mesmo Paraná. Isto é o que demonstram os estudos do IPARDES em 2006, aonde os Vários Paranás são identificados através de características singulares em um mesmo território, as quais determinam a formação de espacialidades com características mais homogeneizadas. Assim, a compreensão da realidade dos Vários Paranás dentro de um mesmo Paraná, torna-se relevante para elucidar os principais aspectos da dinâmica sócio-econômica no Vale do Ribeira Paranaense em relação ao resto do Estado e propor alternativas de desenvolvimento para a região.

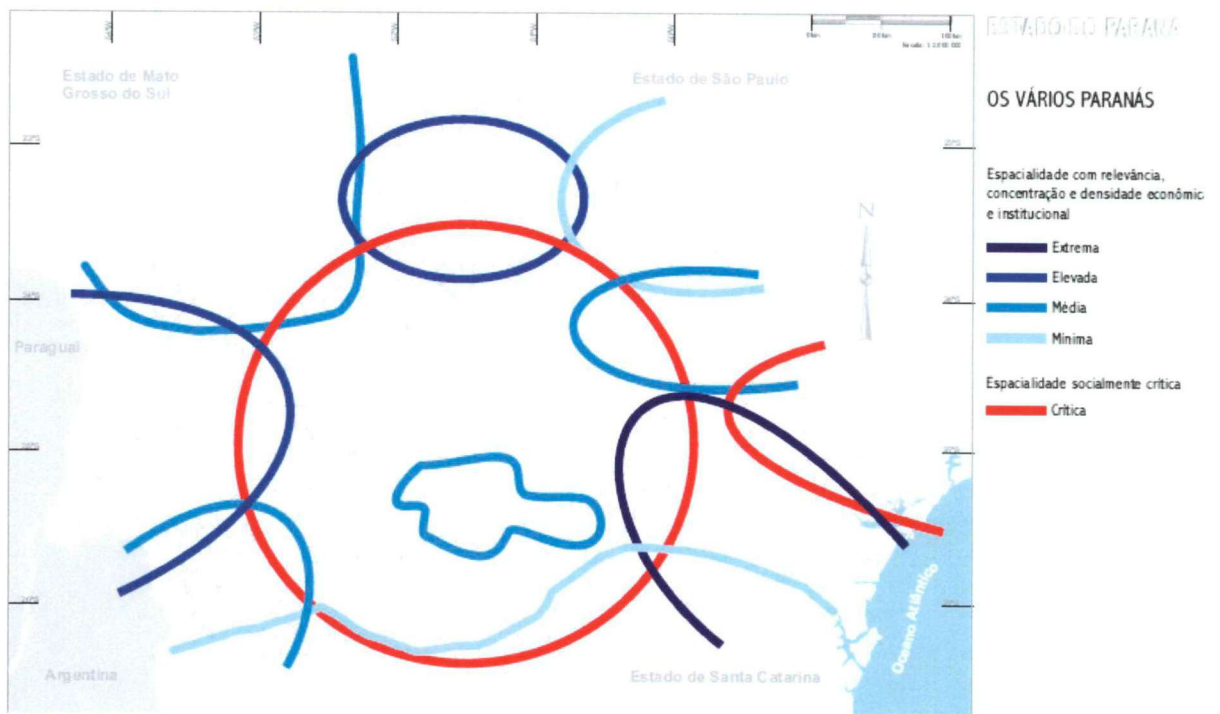
4.1 IDENTIFICAÇÃO DAS VÁRIAS ESPACIALIDADES PARANAENSES

Conforme a metodologia utilizada pelo IPARDES (2006), a Divisão Social do Trabalho é utilizada como fio condutor na identificação das diversas espacialidades paranaenses, pois possui a capacidade de mediar o desenvolvimento entre uma economia e sociedade específicas e a economia e sociedade estaduais como um todo. Sendo que, por intermédio da divisão social do trabalho, “... é possível conhecer os ramos da produção, os tipos e os níveis de articulação que eles estabelecem entre diferentes atividades e sua localização no território” (IPARDES, 2006). Portanto, cada espacialidade apresenta uma dinâmica sócio-econômica própria devido aos diversos níveis da expressão econômica e institucional; o que pode ser observado nos principais indicadores sócio-econômicos.

4.1.1 As Espacialidades e a Expressão no Território Paranaense

Como já citado, os Vários Paranás são determinados pelo grau de inserção ou exclusão da divisão social do trabalho, que acaba por configurar as espacialidades do Estado. Há cinco tipos de espacialidades espalhadas pelo território paranaense, conforme ilustra o mapa 2 abaixo, e onde logo após são detalhadas uma a uma:

MAPA 2: AS CINCO ESPACIALIDADES PARANAENSES



FONTE: IPARDES BASE CARTESIANA – 1997

i) Espacialidades de Máxima Relevância: As espacialidades de Máxima Relevância, as quais podem ser chamadas de 1º espaço relevante, abrangem a aglomeração de Curitiba e Região Metropolitana, Paranaguá e Ponta Grossa. Estas espacialidades apresentam a concentração dos principais constitutivos da sociedade paranaense, no que refere-se ao poder econômico, político e ideológico. A divisão social do trabalho proporciona o bom desempenho de um conjunto de atividades econômicas industriais e de serviços, podendo estas serem comparadas à padrões nacionais e internacionais.

ii) Espacialidades de Elevada Relevância: As espacialidades de elevada relevância, podem ser denominadas 2º espaço relevante e encontram-se nas aglomerações de Maringá e Londrina. Apesar de sustentar uma matriz econômica semelhante ao 1º espaço relevante, há um menor volume de geração de riquezas, de ativos institucionais, de diversidade de opções produtivas, de comércio e de serviços; sendo a produção agropecuária ainda relevante para o total da produção regional. Nos últimos anos, atividades ligadas à telecomunicações, à consolidação

do meio educacional e à pesquisa, caracterizam a bipolaridade da divisão social do trabalho no Norte Pioneiro e no Noroeste do Estado. Ainda dentro da Espacialidade de Elevada Relevância, porém considerado como 3º espaço relevante por diferenciar-se nitidamente do 1º e 2º espaços, estão os municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon. Um número menor de atividades proporciona uma divisão social do trabalho ligada à produção agroindustrial e de serviços. Foz do Iguaçu, por estar localizada na região de fronteira com os países do Mercosul, desempenha funções importantes no comércio e turismo, elevando seu peso na geração de riquezas;

iii) Espacialidades de Média Relevância: Podem ser consideradas dentro desta espacialidade, as seguintes porções do Estado: Centro-Oriental, Noroeste, Sudoeste e Guarapuava (Irati) e Campo Mourão. A porção Centro-Oriental, apresenta um espaço especializado com vínculos nacionais e internacionais devido a produção papeleira, porém esta atividade não garante o engendramento de sinergias regionais. A forte especialização e a natureza da atividade possuem baixa capacidade na geração de emprego, renda e consumo, e assim, como consequência, baixa indução de atividades de comércio e serviços, o que resulta em áreas socialmente críticas. A porção Noroeste abrange Umuarama, Paranavaí, Cianorte e municípios do entorno. Nessas centralidades, possivelmente se consolidam atividades irradiadas do 2º espaço, seja pelo vínculo histórico da ocupação, seja pela própria expansão das atividades do movimento do capital à partir do Norte Central, todavia em um estágio mais atrasado. Entretanto, a existência de saída populacional da região, significa que as atividades desenvolvidas não conseguem absorver a força de trabalho existente. Já a porção Sudoeste do Paraná, apresenta uma divisão social do trabalho baseada na entrada da força colonizadora do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mantendo a predominância da produção e transformação agropecuária. Tentativas de diversificar a economia local (principalmente vinhos e embutidos) ou otimizar excedentes mais expressivos, ainda encontram-se bastante tímidas devido a própria estrutura da espacialidade. Quanto a porção dos municípios de Guarapuava (Irati) e Campo Mourão, destacam-se por serem pontos economicamente relevantes, porém os seus entornos apresentam áreas muito pobres, o que significa que a estrutura econômico-social destas espacialidades é horizontalizada. Em Guarapuava, além da terra ser

estruturada em grandes propriedades, em algumas áreas do entorno do município, há um baixo potencial para uso agrícola. A presença de atividades com baixo potencial gerador de emprego (soja e extrativismo) também tornam a economia regional incapaz de desencadear outras atividades. Guarapuava se consolida como base de apoio e prestação de serviços, favorecida por localizar-se num dos mais importantes corredores viários do Estado. Campo Mourão, apresenta uma divisão social do trabalho e uma verticalização da economia devido o comando da Cooperativa de Campo Mourão, a COAMO. O comércio e serviços são estimulados e propiciam o estreitamento dos vínculos externos, porém sem grandes desdobramentos regionais;

iv) Espacialidades de Mínima Relevância: Pertencem a esta espacialidade, os municípios do Norte Pioneiro e também aqueles que fazem fronteira com Santa Catarina. Em ambas espacialidades há presença de relevância e criticidade, pois as atividades econômicas apresentadas, não são capazes de melhorar as condições sociais da população (fronteira com Santa Catarina). Já outros municípios, apresentam melhores condições sociais sem demonstrar expressões econômicas ou institucionais (Norte Pioneiro);

v) Espacialidades Socialmente Críticas: São municípios sem indicadores econômicos relevantes, de pequena concentração populacional e precariedade social. Entretanto, mesmo com indicadores sócio-econômicos insatisfatórios, estes municípios não são dissociados dos espaços economicamente relevantes. Estão apenas colocados em posição limite, participando de forma periférica da economia dos grandes centros. Estes municípios localizam-se na porção central do Paraná, Vale do Ribeira e Guaraqueçaba. Em princípio, estes municípios não foram capazes de alcançar uma relevância econômica para o Estado devido suas restrições do solo à produção agrícola e logo, a produção de excedente agrícola. Hoje, caso haja investimentos em tecnologia e infra-estrutura, além de apoio político estadual e local mais consistentes, as espacialidades socialmente críticas podem funcionar como reserva física dos espaços relevantes.

4.1.1.1 Espacialidades Socialmente Críticas e o Vale do Ribeira

A partir da identificação dos cinco tipos de espacialidades espalhadas pelo território paranaense, pode-se concluir que a heterogeneidade apresentada é fruto da dinâmica implementada pela divisão social do trabalho, a qual, por sua vez, depende da maneira que se deu a inserção no território paranaense. Sabe-se, que esta ocorreu como consequência de um movimento vindo de fora do Estado, o que acaba por fragilizar as ações do Governo Estadual no encaminhamento de suas decisões, devido a impossibilidade de dominar ou controlar uma expansão e os seus efeitos sobre o território (IPARDES, 2006). A proximidade do Paraná com São Paulo, Estado de relevante poder político-econômico, acaba por dificultar a inserção na divisão social do trabalho brasileira, e minimiza as ações do governo, tornando o Paraná objeto de decisões tomadas fora de seu território. Portanto, as distintas espacialidades respondem por diferentes papéis na divisão social do trabalho, tanto externa quanto internamente ao Estado, possibilitando a notoriedade dos espaços de mando e dos espaços de obediência, bem como das relações sinérgicas a partir dos principais centros urbanos e das porções fronteiriças (IPARDES, 2006).

Além disso, a divisão social do trabalho no território paranaense, é respaldada na exploração de recursos naturais, conseqüente agroindustrialização e, mais recentemente, na incorporação de segmentos modernos e internacionalizados da indústria. Esta divisão, configura espaços heterogêneos decorrentes da natureza do modo de produção vigente, sendo resultados da movimentação do capital no espaço em busca de mercados e conseqüente seleção e exclusão de localizações, essas capazes de originar tanto relações econômicas participantes da dinâmica nacional e internacional, quanto sérias restrições na oferta de ocupações e atenção às necessidades sociais da população, como as observadas nas espacialidades socialmente críticas, dentre elas o Vale do Ribeira Paranaense, tema central deste estudo (IPARDES, 2006).

5 INSERÇÃO DO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Este capítulo tem por objetivo, tratar de apresentar aspectos relevantes da RMC, os quais sejam capazes de compreender a inserção e o papel do Vale do Ribeira na dinâmica sócio-econômica metropolitana.

5.1 REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA: COMPOSIÇÃO E INTEGRAÇÃO

A região metropolitana de Curitiba era formada inicialmente por 14 municípios, sendo constituída pela Lei Complementar Federal número 14, em 1973. Posteriormente, devido aos desmembramentos de municípios metropolitanos, a legislação considerou a inclusão de outros municípios⁴, alcançando um total de 26 municípios (COMEC, 2007), fazendo com que a RMC compreendesse municípios com características diversas, "...os quais estão inseridos em um território heterogêneo e extenso". IPARDES (2004, p.2).

Considerando as legislações federal e estadual, os municípios que pertencem ao Vale do Ribeira Paranaense estão localizados na RMC (IPARDES, 2004). Porém, sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico-social, o Vale do Ribeira pertence a uma Espacialidade Socialmente Crítica, enquanto que a região da Grande Curitiba é considerada uma Espacialidade de Máxima Relevância (IPARDES, 2006).

Devido a heterogeneidade da RMC, é necessário definir a figura de anéis concêntricos, os quais possuem o objetivo de identificar distintas relações entre os municípios oficialmente inseridos no território político da RMC, já que os critérios de inserção não são sinônimo de aderência ao fenômeno metropolitano. Na RMC, esse fenômeno ocorre numa espacialidade central e diminuta, quando considerada a extensão da Região. Essa espacialidade, que reúne o pólo e as porções urbanizadas de seus limítrofes, circunscreve a dinâmica metropolitana e formata o aglomerado real (IPARDES, 2006b, p.2).

⁴ A formação da RMC, sancionada pela lei em 1974, ainda não contemplava todos os municípios que contempla hoje, fato que foi alterado através de legislação Estadual e pelas alterações econômicas que marcam o espaço. Fazenda Rio Grande, Tunas do Paraná e Itaperuçu entram na composição da RMC apenas em 1990. Pinhais tem sua entrada marcada no ano de 1992. Já Cerro Azul, Doutor Ulysses e Quitandinha são incluídos em 1994, enquanto Adrianópolis e Campo Magro ingressam em 1995. Agudos do Sul tem seu registro em 1998, e a Lapa, em 2002.

O mapa 3 abaixo, mostra a extensão da RMC a partir do mapa do Paraná. Dada a grande área, é natural que existam distintas funções para cada município na dinâmica regional metropolitana.

MAPA 3: EXTENSÃO DA RMC EM RELAÇÃO AO PARANÁ



FONTE: IPARDES, 2004

A partir do pólo de Curitiba, os 26 municípios da RMC são delimitados em relação aos níveis de integração na dinâmica metropolitana, em cinco classes, sendo que quanto maior for o nível de integração, maior é o desempenho de funções relevantes e elevado é movimento pendular⁵ da população (IPARDES, 2006b).

O quadro 1 explicita como os municípios da RMC são classificados, conforme seu nível de integração em relação ao pólo. Estes níveis podem ser: Muito Alto, Alto, Médio, Baixo e Muito Baixo.

⁵ O movimento pendular refere-se ao movimento realizado pela população residente de um município, que em busca de emprego ou estudo, transporta-se diariamente para o município vizinho, geralmente sendo este mais desenvolvido que o primeiro.

QUADRO 1: NÍVEL DE INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

| MUNICÍPIO | NÍVEL DE INTEGRAÇÃO | MUNICÍPIO | NÍVEL DE INTEGRAÇÃO |
|-----------------------|---------------------|-------------------|---------------------|
| Curitiba | Pólo | Quatro Barras | Médio |
| Almirante Tamandaré | Muito Alto | Balsa Nova | Baixo |
| Colombo | Muito Alto | Rio Branco do Sul | Baixo |
| Fazenda Rio Grande | Muito Alto | Adrianópolis | Muito Baixo |
| Pinhais | Muito Alto | Agudos do Sul | Muito Baixo |
| São José dos Pinhais | Muito Alto | Bocaiúva do Sul | Muito Baixo |
| Araucária | Alto | Cerro Azul | Muito Baixo |
| Piraquara | Alto | Contenda | Muito Baixo |
| Campina Grande do Sul | Médio | Doutor Ulysses | Muito Baixo |
| Campo Largo | Médio | Lapa | Muito Baixo |
| Campo Magro | Médio | Quitandinha | Muito Baixo |
| Itaperuçu | Médio | Tijucas do Sul | Muito Baixo |
| Mandirituba | Médio | Tunas do Paraná | Muito Baixo |

FONTE: IPARDES (2004).

Por uma metodologia semelhante, além da diferenciação dos níveis de integração, é possível separar a RMC em três anéis concêntricos distintos em relação ao pólo, conforme níveis de integração e localização geográfica. Curitiba, é ocupada por 57,3% da população habitante da RMC, sendo o pólo motriz da economia. O primeiro anel, é limítrofe ao pólo, e é formado por municípios em uma faixa de ocupação contínua, a qual concentra 35,1% da população metropolitana. Já o segundo anel, que por sua localização exerce apenas relações tênues com o pólo, participa com 3,6% dos habitantes da RMC. Por último, o terceiro anel corresponde a 3,8 % da população metropolitana, é localizado ao norte e ao sul do segundo anel, desempenha atividades rurais e mantém relações ainda mais tênues com o aglomerado metropolitano. O terceiro anel se integra aos limites regionais apenas

por força de legislações estaduais recentes (IPARDES, 2004), caso em que se enquadra o Vale do Ribeira.

O quadro 2 abaixo, relaciona os municípios da RMC em relação ao Anel Concêntrico ao qual são classificados:

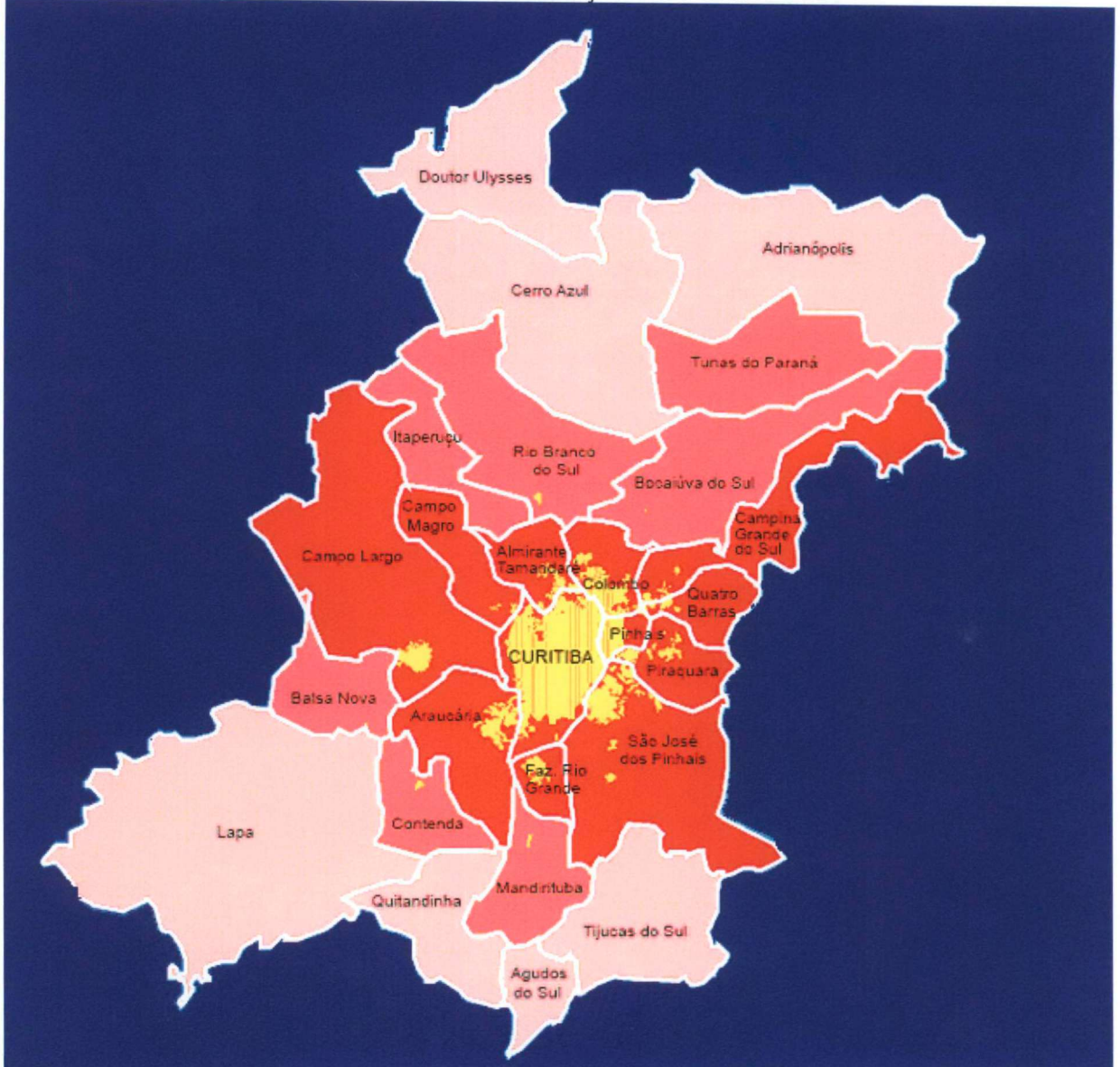
QUADRO 2: MUNICÍPIOS DA RMC E CLASSIFICAÇÃO DO ANEL CONCÊNTRICO EM RELAÇÃO AO PÓLO

| MUNICÍPIO | ANEL CONCÊNTRICO | MUNICÍPIO | ANEL CONCÊNTRICO |
|-----------------------|----------------------------|--------------------------|----------------------------|
| Curitiba | Pólo | Contenda | 2º Anel Concêntrico |
| Almirante Tamandaré | 1º Anel Concêntrico | Itaperuçu | 2º Anel Concêntrico |
| Araucária | 1º Anel Concêntrico | Mandirituba | 2º Anel Concêntrico |
| Campina Grande do Sul | 1º Anel Concêntrico | Rio Branco do Sul | 2º Anel Concêntrico |
| Campo Largo | 1º Anel Concêntrico | Tunas do Paraná | 2º Anel Concêntrico |
| Campo Magro | 1º Anel Concêntrico | Bocaiúva do Sul | 2º Anel Concêntrico |
| Colombo | 1º Anel Concêntrico | Adrianópolis | 3º Anel Concêntrico |
| Fazenda Rio Grande | 1º Anel Concêntrico | Agudos do Sul | 3º Anel Concêntrico |
| Pinhais | 1º Anel Concêntrico | Cerro Azul | 3º Anel Concêntrico |
| São José dos Pinhais | 1º Anel Concêntrico | Doutor Ulysses | 3º Anel Concêntrico |
| Piraquara | 1º Anel Concêntrico | Lapa | 3º Anel Concêntrico |
| Quatro Barras | 1º Anel Concêntrico | Quitandinha | 3º Anel Concêntrico |
| Balsa Nova | 2º Anel Concêntrico | Tijucas do Sul | 3º Anel Concêntrico |

FONTE: IPARDES (2004)

O mapa 4, possibilita uma melhor compreensão da disposição dos municípios da RMC e a qual anel concêntrico pertencem:

MAPA 4: RMC E ANÉIS CONCÊNTRICOS EM RELAÇÃO AO PÓLO



FONTE: IPARDES (2004)

LEGENDA



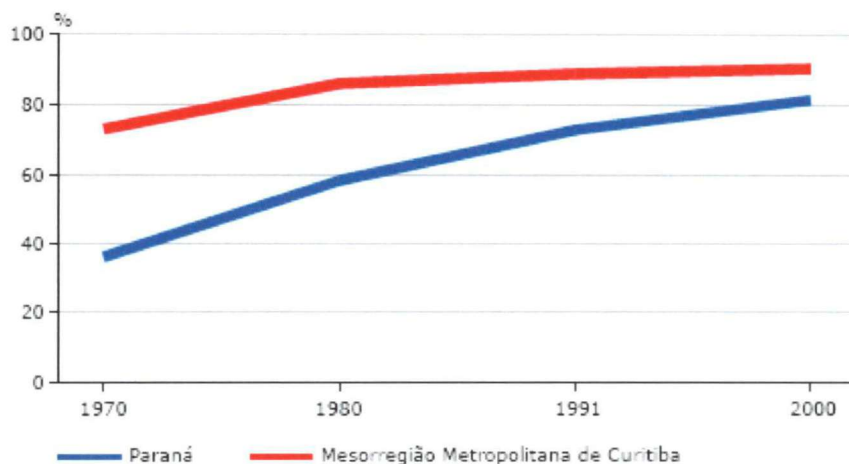
Como já apresentado no capítulo 3 do presente estudo, o Paraná possui 5 espacialidades específicas com características próprias, sendo os espaços de menor dinamismo sócio-econômico, denominados de espacialidades socialmente críticas. Uma destas espacialidades socialmente críticas são os municípios que

compõem o Vale do Ribeira paranaense, localizada na RMC; sendo que o baixo nível de integração entre estes municípios e Curitiba, contribuem para que a economia ribeirinha encontre-se estagnada.

5.1.2 Rede de Cidades e Urbanização

Segundo o IPARDES (2004), desde os anos 70, a RMC é a região mais urbanizada do Estado. Neste ano, já possuía um grau de urbanização de 72,9% (mais que o dobro do grau de 36,1%, correspondente ao Paraná), e chegando a 90% em 2000, conforme o 1 abaixo:

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DO GRAU DE URBANIZAÇÃO –
PARANÁ E RMC 1970 A 2000



FONTE: IBGE, DADOS TRABALHADOS PELO IPARDES, apud IPARDES (2004b)

No entanto, sabe-se que o conjunto de municípios que compõe a RMC apresenta comportamentos muito distintos, os quais oscilam desde a plena urbanização, como ocorre em Curitiba, onde 100% da população reside em áreas urbanas, até extremos nos quais pouco mais de 10% da população responde por essa situação de domicílio, a exemplo de Doutor Ulysses (11,7%). Tal explicação se dá pelo fato da forte industrialização ocorrida em Curitiba em 1970, com a introdução da Cidade Industrial de Curitiba, e posterior expansão da urbanização para os demais municípios, principalmente daqueles localizados no primeiro anel

metropolitano, com a chegada de empresas do setor metal-mecânico em meados da década de 90.

Tal como Dr. Ulysses, outros municípios situados no Vale do Ribeira, com exceção de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, têm parte de sua população que ainda reside em áreas rurais, o que aponta a heterogeneidade do espaço da RMC. Conforme metodologia adotada pelo IBGE (1991), citado em IPARDES (2004), os municípios da RMC com até 50% de grau de urbanização, correspondem a 43,2% (2000) dos municípios, número superior ao dos municípios com grau de urbanização superior a 90%, estimado em 24,3% (2000) dos municípios metropolitanos, onde certamente Curitiba possui o maior peso na análise. A tabela 1 a seguir, mostra o aumento no grau de urbanização dos municípios metropolitanos, entre 1970 e 2000, como reflexo da industrialização e urbanização ocorridas no Estado e na RMC.

TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O GRAU DE URBANIZAÇÃO – PARANÁ E RMC – 1970 /2000

| GRAU DE URBANIZAÇÃO (%) | MUNICÍPIOS (%) | | | |
|-------------------------|----------------|------|--------|------|
| | 1970 | | 2000 | |
| | Paraná | RMC | Paraná | RMC |
| Até 50 | 91,3 | 67,7 | 29,1 | 43,2 |
| De 50 a menos de 75 | 6,9 | 22,6 | 37,1 | 10,8 |
| De 75 a menos de 90 | 1,4 | 3,2 | 24,6 | 21,6 |
| De 90 a mais | 0,3 | 6,5 | 9,3 | 24,3 |

FONTE: IBGE, DADOS TRABALHADOS PELO IPARDES, apud IPARDES (2004).

Já a tabela 2, permite uma melhor visualização do grau de urbanização por municípios da Mesorregião Metropolitana, aonde estão inseridos a maioria dos municípios da RMC.

TABELA 2: GRAU DE URBANIZAÇÃO-MESORREGIÃO DE CURITIBA, MUNICÍPIOS – 2000

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO URBANA 2000 | GRAU DE URBANIZAÇÃO 2000 |
|--------------------------|-----------------------|--------------------------|
| Adrianópolis | 1.613 | 23,0 |
| Agudos do Sul | 1.466 | 20,3 |
| Almirante Tamandaré | 84.755 | 96,0 |
| Antonina | 15.837 | 82,6 |
| Araucária | 86.111 | 91,4 |
| Balsa Nova | 3.186 | 31,4 |
| Bocaiúva do Sul | 3.562 | 39,4 |
| Campina Grande do Sul | 25.972 | 75,1 |
| Campo do Tenente | 3.451 | 54,5 |
| Campo Largo | 77.223 | 83,2 |
| Campo Magro | 2.501 | 12,3 |
| Cerro Azul | 3.916 | 23,9 |
| Colombo | 174.962 | 95,4 |
| Contenda | 6.320 | 47,7 |
| Curitiba | 1.587.315 | 100,0 |
| Doutor Ulysses | 701 | 11,7 |
| Fazenda Rio Grande | 59.196 | 94,1 |
| Guaraqueçaba | 2.582 | 31,2 |
| Guaratuba | 23.156 | 85,0 |
| Itaperuçu | 16.234 | 83,9 |
| Lapa | 24.070 | 57,5 |
| Mandirituba | 6.268 | 35,7 |
| Matinhos | 24.000 | 99,2 |
| Morretes | 7.153 | 46,8 |
| Paranaguá | 122.347 | 96,1 |
| Piên | 2.883 | 29,4 |
| Pinhais | 100.726 | 97,8 |
| Piraquara | 33.829 | 46,4 |
| Pontal do Paraná | 14.149 | 98,8 |
| Porto Amazonas | 2.728 | 64,4 |
| Quatro Barras | 14.520 | 89,8 |
| Quitandinha | 3.046 | 19,9 |
| Rio Branco do Sul | 20.049 | 68,3 |
| Rio Negro | 22.460 | 78,2 |
| São José dos Pinhais | 183.366 | 89,7 |
| Tijucas do Sul | 1.846 | 15,1 |
| Tunas do Paraná | 1.421 | 39,4 |
| Mesorregião | | |
| Metropolitana | 2.764.921 | 90,6 |
| PARANÁ | 7.786.084 | 81,4 |

FONTE: IPARDES (2004b).

5.2 PRINCIPAIS ASPECTOS ECONÔMICOS DA RMC

A partir da década de 70, a RMC começa a participar de forma mais ativa na renda da economia estadual, justamente por causa da intensificação do processo de industrialização, superando-se década a década em relação ao resto da economia estadual. Este fato pode ser verificado através do aumento do Valor Agregado Fiscal (VAF) apresentado pela RMC, a partir da nova configuração advinda com o intenso processo de industrialização iniciado em 1970. A tabela 3 a seguir, é capaz de demonstrar esta evolução considerando os níveis de integração:

TABELA 3: PARTICIPAÇÃO DO CONJUNTO DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO, NO VALOR ADICIONADO FISCAL TOTAL DO ESTADO DO PARANÁ – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2003

| NÍVEL DE INTEGRAÇÃO | VALOR AGREGADO FISCAL TOTAL | | | | | | |
|---------------------|-----------------------------|------|------|------|------|------|------|
| | 1975 | 1980 | 1985 | 1989 | 1996 | 2000 | 2003 |
| Pólo (Curitiba) | 13,4 | 15,7 | 15,6 | 23,2 | 25,6 | 19,8 | 26,6 |
| Muito Alto | 0,9 | 1,47 | 1,4 | 3 | 4,6 | 8,7 | 9,1 |
| Alto | 0,4 | 13,3 | 13,3 | 7,2 | 6,8 | 11 | 13,4 |
| Médio | 0,7 | 1,3 | 1,3 | 1,8 | 1,4 | 1,6 | 2 |
| Baixo | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 1,1 | 0,9 | 1,2 | 1,4 |
| Muito Baixo | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,4 |
| TOTAL | 17 | 33,4 | 33,4 | 37 | 40 | 43 | 53,2 |

FONTE: SEFA, apud IPARDES (2006b, p. 31)

Em 2003, a RMC respondeu por 53,2% do VAF do Paraná, sendo metade desta renda gerada em Curitiba, pólo industrial e de serviços do Estado (IPARDES, 2006b). As distintas espacialidades da própria RMC, revelam que somente alguns municípios acompanharam a mudança do perfil industrial (IPARDES, 2006b).

Os municípios pertencentes ao Vale do Ribeira paranaense, devido seu baixo ou muito baixo nível de integração em relação ao pólo, não apresentaram evolução significativa no VAF, e ainda não puderam se beneficiar diretamente das mudanças ocorridas na RMC a partir dos anos 70, através da industrialização. O município de Rio Branco do Sul, pela sua especialização na extração e processamento do calcário, pode aquecer, ainda que timidamente, a participação do VAF paranaense produzido no Vale do Ribeira, como demonstra a tabela 4 abaixo:

TABELA 4 : PARTICIPAÇÃO DO CONJUNTO DE MUNICÍPIOS, SE-
GUNDO NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO, NO PIB TOTAL DO
ESTADO DO PARANÁ – RMC 2003

| MUNICÍPIO SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO | PIB | | |
|--|---------------|-------------|---------------------|
| | 2002 | | Variação Real Média |
| | Absoluto | % | 1999 - 2002 (%) |
| Curitiba | 14.002.817 | 48,89 | -4,2 |
| Almirante Tamandaré | 417.333 | 1,46 | 8,18 |
| Colombo | 814.449 | 2,84 | -0,82 |
| Fazenda Rio Grande | 229.946 | 0,8 | 5,53 |
| Pinhais | 954.679 | 3,33 | 4,03 |
| São José dos Pinhais | 4.588.296 | 16,02 | 9,16 |
| Total (Integração Muito Alta) | 7.004.703 | 24,46 | |
| Araucária | 4.607.689 | 16,09 | 10,34 |
| Piraquara | 250.255 | 0,87 | 1,93 |
| Total (Integração Alta) | 4.857.944 | 16,96 | |
| Campina Grande do Sul | 182.526 | 0,64 | -0,71 |
| Campo Largo | 732.585 | 2,56 | -2,67 |
| Campo Magro | 88.618 | 0,31 | -7,47 |
| Itaperuçu | 63.794 | 0,22 | -3,85 |
| Mandirituba | 173.117 | 0,6 | 4,42 |
| Quatro Barras | 234.661 | 0,82 | 7,3 |
| Total (Integração Média) | 1.475.301 | 5,15 | |
| Balsa Nova | 153.871 | 0,54 | 3,42 |
| Rio Branco do Sul | 328.931 | 1,15 | 6,27 |
| Total (Integração Baixa) | 482.802 | 1,69 | |
| Adrianópolis | 26.611 | 0,09 | 0,89 |
| Agudos do Sul | 36.591 | 0,13 | 14,56 |
| Bocaiúva do Sul | 39.346 | 0,14 | 1,1 |
| Cerro Azul | 75.801 | 0,26 | -11,04 |
| Contenda | 71.618 | 0,25 | 8,59 |
| Doutor Ulysses | 33.151 | 0,12 | -11,99 |
| Lapa | 348.221 | 1,22 | 4,33 |
| Quitandinha | 94.149 | 0,33 | 2,46 |
| Tijucas do Sul | 77.437 | 0,27 | 19,33 |
| Tunas do Paraná | 12.231 | 0,04 | 7,21 |
| Total (Integração Muito Baixa) | 815.156 | 2,85 | ---- |
| Soma dos Totais | 26.638.724 | 100 | 0,8 |

FONTE: IBGE (2003), apud IPARDES (2004)

Entretanto, sabe-se que os municípios de níveis baixo e muito baixo de integração, possuem o setor agropecuário como sua principal alavanca econômica.

No caso dos municípios localizados no Vale do Ribeira, há considerável produção de frutas, principalmente cítricas, e de extração de madeira, os quais são consumidos principalmente em Curitiba e nos demais municípios industrializados da RMC (IPARDES, 2006b), como será visto no capítulo 6.

5.2.1 Indústria

A RMC, a partir da década de 70, iniciou seu processo de consolidação como pólo na economia paranaense. A modernização da bases técnica de produção agrícola, atrelada à expansão de culturas, comercialização de *commodities* e agroindustrialização deram início à esta consolidação, respaldada na industrialização (IPARDES, 2006b).

A industrialização da RMC, foi iniciada nos anos 70, e concretizada através de estímulos à atividade produtiva por parte do Governo Estadual. O hoje extinto Banco do Desenvolvimento do Paraná, mais conhecido como BADEP, e o Fundo de Desenvolvimento Econômico foram fundamentais para a industrialização e fomento da economia paranaense, com destaque para os segmentos de metal-mecânica, que passaram a apresentar os maiores ganhos no valor adicionado da indústria de transformação. Porém, as atividades desenvolvidas baseavam-se em relações intersetoriais menos expressivas, com poucas empresas de grande porte instaladas no Estado, sem contar com um parque de fornecedores (IPARDES, 2006b).

A indústria paranaense, ao fim dos anos 80, logrou um patamar distinto de qualidade. Este, foi decisivo para o bom desempenho da economia paranaense na década de 90, garantindo a inserção nas economias brasileira e internacional, dinamizando as vendas e compras nos mercados externos e atribuindo importância aos produtos de segmentos mais modernos em detrimento dos tradicionais. Portanto, em meados da década de 90, observa-se a introdução dos ramos modernos na linha metal-mecânica, como parte do processo de desconcentração da atividade econômica a partir de São Paulo. (IPARDES, 2006b).

A nova dinâmica do Estado, devido ao advento da estruturação industrial dos anos 90, surge em meados da década, quando as condições macroeconômicas apresentavam-se favoráveis (estabilização monetária, investimento direto estrangeiro, entre outros fatores), combinada com importantes vantagens locais, como a proximidade com São Paulo e Rio de Janeiro, onde concentram-se os principais mercados, a proximidade do Porto de Paranaguá, a oferta de infra-

estrutura energética, as telecomunicações, o aeroporto internacional e as rodovias (IPARDES, 2004), além de isenções fiscais por determinado período.

Quanto à escolha da RMC para sediar parques industriais multinacionais, pode-se afirmar que, as outras regiões do Estado embora expressivas, dadas suas especializações no agronegócio e demais atividades resultantes dos desdobramentos da estrutura da atividade local, não apresentavam externalidades estruturais e aparato tecnológico suficientes que pudessem captar recursos para suas espacialidades, dada a seletividade do capital (IPARDES, 2004).

Esta nova fase da industrialização paranaense, trouxe conseqüências marcantes e definitivas para a RMC, pois empresas de grande porte ali se instalaram, introduzindo consigo, segmentos modernos. Instalaram-se na RMC, empresas multinacionais como Renault, Volkswagen/Audi e Chrysler; sendo que empresas já instaladas expandiram seus investimentos, tais como Volvo, New Holland, Krone e Bosch; e um grande número de fornecedores e empresas complementares acompanharam os investimentos de seus clientes, localizando-se muito próximos à eles (IPARDES, 2006b).

Devido a infra-estrutura e dinâmica da economia regional da RMC, as empresas investidoras optaram em se instalar em municípios da RMC que pertencem ao primeiro anel concêntrico, já apresentados no item anterior. Junto ao reforço da atividade industrial, o comércio e serviços entre os municípios do aglomerado metropolitano obtiveram um crescimento considerável, fazendo com que esta economia, cada vez mais, se articulasse com a economia externa, e passasse a definir o processo de criação de riquezas da economia brasileira.

A tabela 5 a seguir, mostra quais são as principais atividades do setor industrial que estão inseridas na RMC, segundo a composição do VAF; e logo após, está a tabela 6, que mostra as intenções de investimento em algumas das cidades da RMC. Nota-se o fato que, dos municípios do Vale do Ribeira, apenas Rio Branco do Sul dispõe de informações sobre intenções de investimento, o que demonstra o desinteresse por parte das grandes empresas pela região, por ser uma área carente em infra-estrutura e mão-de-obra qualificada, como será apresentado no capítulo 6.

TABELA 5: COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL DA INDÚSTRIA – SEGUNDO GÊNEROS INDUSTRIAIS – RMC 1990/2001

| GÊNERO | % VAF DO GÊNERO | | | | |
|---|-----------------|-------|-------|-------|-------|
| | 1990 | 1995 | 1998 | 2000 | 2001 |
| Extração de Minerais | 0,8 | 0,8 | 0,9 | 0,6 | 0,0 |
| Transformação de Minerais Não-Metálicos | 8,7 | 6,8 | 7,3 | 6,3 | 5,6 |
| Metalurgia | 3,8 | 2,9 | 3,3 | 2,7 | 2,4 |
| Mecânica | 9,4 | 10,0 | 8,6 | 4,9 | 5,7 |
| Material Elétrico e de Comunicações | 8,6 | 13,5 | 8,4 | 7,9 | 8,5 |
| Material de Transportes | 11,4 | 13,7 | 14,9 | 17,1 | 19,0 |
| Madeira | 2,0 | 3,7 | 3,4 | 3,2 | 2,7 |
| Mobiliário | 2,00 | 1,0 | 1,0 | 1,1 | 1,0 |
| Papel e Papelão | 2,9 | 2,5 | 1,6 | 1,5 | 1,2 |
| Borracha | 0,1 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,0 |
| Couro, Peles, Sapatos e Artefatos Couro | 0,4 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,1 |
| Química | 26,6 | 22,9 | 29,3 | 38,0 | 38,4 |
| Farmacêutico e Veterinário | 0,3 | 0,4 | 0,8 | 0,6 | 0,7 |
| Perfumaria, Sabões e Velas | 0,4 | 1,2 | 0,9 | 1,8 | 1,8 |
| Produtos de Matéria Plástica | 2,5 | 3,2 | 3,6 | 3,4 | 3,2 |
| Têxtil | 0,7 | 0,4 | 0,3 | 0,3 | 0,3 |
| Vestuário e Artefatos de Tecidos | 0,8 | 0,5 | 0,4 | 0,5 | 0,6 |
| Produtos Alimentares | 6,1 | 5,1 | 4,5 | 3,6 | 3,0 |
| Bebidas | 4,0 | 5,1 | 2,8 | 2,4 | 2,4 |
| Fumo | 4,9 | 2,3 | 3,9 | 0,0 | 0,3 |
| Editora e Gráfica | 0,9 | 2,2 | 2,1 | 1,1 | 1,1 |
| Diversas | 2,7 | 1,5 | 1,9 | 2,9 | 2,2 |
| TOTAL DA RMC | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: SEPA, apud IPARDES (2004b)

TABELA 6: PROGRAMAÇÃO DAS INTENÇÕES DE INVESTIMENTO SEGUNDO MUNICÍPIOS DA RMC – 1995-2000

| MUNICÍPIO | VOLUME DE INTENÇÃO DE INVESTIMENTOS (%) | VALOR DOS INVESTIMENTOS PROGRAMADOS (%) |
|----------------------|---|---|
| Agudos do Sul | 0,7 | 0 |
| Araucária | 13,1 | 9,8 |
| Balsa Nova | 0,7 | 0,6 |
| Campo Largo | 4,8 | 16,4 |
| Colombo | 1,4 | 0,2 |
| Curitiba | 33,1 | 20,8 |
| Fazenda Rio Grande | 2,1 | 0,7 |
| Lapa | 0,7 | 0,1 |
| Mandirituba | 4,1 | 1,2 |
| Pinhais | 4,1 | 0,4 |
| Piraquara | 2,1 | 0,8 |
| Quatro Barras | 6,2 | 1,2 |
| Rio Branco do Sul | 0,7 | 0,6 |
| São José dos Pinhais | 21,4 | 45,8 |
| TOTAL RMC | 100 | 100 |

FONTE: IPARDES (2004).

A indústria de minerais não-metálicos, reforçada pelo crescimento da indústria cimenteira, estando concentrada em Rio Branco do Sul, foi ampliada e modernizada ao longo de 1990, através da empresa Votorantim Cimentos, sendo que no ano 2000 foi responsável por quase 40% do VAF da produção de cimento do Estado. Também existiram algumas outras expansões marginais no mesmo segmento, em municípios como Fazenda Rio Grande, Araucária, Pinhais, Quatro Barras e Itaperuçu (IPARDES, 2004b).

5.2.2 Agropecuária

Paralelamente, parece crescer a produção agropecuária nos anéis concêntricos da RMC, como fruto das oportunidades do mercado metropolitano, dada a formação de um cinturão verde, necessário para alimentar a população local. Segundo o IPARDES (2004b), em 2000, a RMC concentrava 11,5% da população rural do Estado, sendo esta crescente desde 1980. Também houve pressões para ocupar áreas rurais que estavam situadas fora do perímetro urbano dos municípios, ocasionando transformações urbanas nos mesmos. A tabela 7 abaixo, demonstra esta tendência:

TABELA 7: POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – PARANÁ – 1970/2000

| MESOR REGIÃO | POPULAÇÃO RESIDENTE | | | | | | | |
|-----------------|---------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | URBANA | | | | RURAL | | | |
| | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 |
| RMC | 765.096 | 1.469.798 | 2.074.014 | 2.764.921 | 285.117 | 233.969 | 245.512 | 288.292 |
| PARANÁ | 2.507.378 | 4.472.561 | 6.197.953 | 7.786.064 | 4.425.490 | 3.158.831 | 2.250.760 | 1.777.374 |

FONTE: IBGE, apud IPARDES (2004b)

Entretanto, sabe-se que a RMC não possui vocação para produção agrícola em larga escala, segundo os moldes do agronegócio, dadas as condições geográficas da região, restando apenas a opção de produzir culturas com o intuito de vendê-las *in-natura*, diretamente ao consumidor final, como por exemplo, algumas verduras, hortaliças e frutas. Conforme o IPARDES (2004b), a produção de grãos, destaque principalmente na região oeste do Estado, na RMC "... é pouco significativa, correspondendo a apenas 3% do total estadual colhido em 2001."

A tabela 8 abaixo, apresenta o potencial do solo da RMC, para que seja possível compreender a limitação física que se impõem sobre as intenções de aumento de produtividade ou variação de culturas produzidas:

TABELA 8: SUB-REGIÕES NATURAIS E USO POTENCIAL DO SOLO DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ

| SUB-REGIÕES | MESORREGIÃO (%) | | |
|---------------------------------|------------------------------------|-------------|---------------|
| | PARTICIPAÇÃO DA SUB-REGIÃO NA ÁREA | SOLOS APTOS | SOLOS INAPTOS |
| Planície Litorânea | 15 | 0 | 15 |
| Serras | 15 | 0 | 15 |
| Montanhosa do Primeiro Planalto | 20 | 0 | 20 |
| Fortemente Ondulado do Cárstico | 10 | 0 | 10 |
| Primeiro Planalto | 20 | 12 | 8 |
| Segundo Planalto | 20 | 14 | 6 |
| TOTAL | 100 | 26 | 74 |

FONTE: IPARDES (1995) apud IPARDES (2004b).

Porém, mesmo perante às restrições do solo, há na RMC destaque para a produção de olerícolas (orgânicos) e frutas, as quais conquistaram o maior peso na pauta agrícola estadual, como exemplo a cebola (60%), a batata-inglesa (43%), a maçã (46%) e a tangerina (91%). Já no que refere-se à produção pecuária, observa-se que as aves e os coelhos destacam-se em relação à produção estadual, correspondendo, respectivamente, a 21,8% e 19,5% do rebanho estadual. As tabelas 9 e 10 abaixo, expressam os produtos mais significativos produzidos da RMC:

TABELA 9: PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS NA RMC E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO PARANAENSE - 2001

| PRODUTO | PRODUÇÃO | | |
|------------------------------|---------------|------------|----------|
| | METROPOLITANA | PARANÁ | PART.(%) |
| GRÃOS (toneladas) | | | |
| Milho | 591.764 | 12.646.564 | 4,7 |
| Soja | 55.006 | 8.615.187 | 0,6 |
| Feijão | 45.157 | 462.615 | 9,8 |
| Outros Grãos | 13.388 | 2.400.564 | 0,6 |
| TOTAL DE GRÃOS | 705.315 | 24.124.930 | 3,0 |
| OUTROS PRODUTOS (toneladas) | | | |
| Cebola | 39.785 | 65.858 | 60,4 |
| Batata-inglesa | 253.539 | 582.440 | 43,5 |
| Batata-Doce | 16.509 | 62.448 | 26,4 |
| Banana (mil cachos) | 63.464 | 157.579 | 40,3 |
| OUTROS PRODUTOS (mil frutos) | | | |
| Tangerina | 186.497 | 204.842 | 91,0 |
| Maçã | 13.934 | 29.931 | 46,6 |
| Pêssego | 8.803 | 23.102 | 38,1 |

FONTE: IBGE Produção Agrícola Municipal, apud IPARDES (2004b)

TABELA 10: EFETIVO DOS REBANHOS NA RMC E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO PARANAENSE - 2001

| REBANHO | NÚMERO DE CABEÇAS | | PARTICIPAÇÃO DA MESORREGIÃO NO TOTAL DO ESTADO (%) |
|-------------------|-------------------|-------------|--|
| | METROPOLITANA | PARANÁ | |
| Aves | 33.214.266 | 152.509.986 | 21,8 |
| Suíno | 247.998 | 4.385.914 | 5,7 |
| Bovino | 211.587 | 9.816.547 | 2,2 |
| Ovinos e Caprinos | 56.750 | 624.834 | 9,1 |
| Equino | 46.879 | 470.302 | 10 |
| Bubalino | 8.230 | 49.460 | 16,6 |
| Coelhos | 5.498 | 28.190 | 19,5 |
| Muar | 3.969 | 57.496 | 6,9 |
| Asinino | 425 | 3.319 | 12,8 |

FONTE: IBGE Produção Agrícola Municipal, apud IPARDES (2004b)

A produção agropecuária mais detalhada do Vale do Ribeira, será apresentado no próximo capítulo.

5.2.3 Comércio e Serviços

Como visto, na década de 1990, houve grande investimento na área industrial na RMC, logo a instalação de novos e mais modernos empreendimentos, ampliou a demanda por serviços e produtos de maior especialização, muitos dos quais viabilizados por capital internacional e voltados ao mercado global (IPARDES, 2004).

Muitos segmentos de Comércio e Serviços foram internacionalizados, como os supermercados, hotéis, agências de publicidade, telecomunicações e outros, contribuindo para o estreitamento das relações de Curitiba, principalmente, com outras cidades brasileiras e com o exterior (IPARDES, 2004b).

Embora a RMC tenha forte peso na atividade industrial, o Setor Terciário da economia é o que mais gera empregos, pois tem o triplo de ocupações em relação à indústria. No Terciário, entre comércio e serviços, a participação mais relevante é do Setor Serviços, pois apresenta maior capacidade de geração de postos de trabalho, quer pela forte representação do poder público, quer pelo setor privado, no atendimento às crescentes demandas do consumidor individual, e coletivo, seja este último familiar ou empresarial (IPARDES, 2004b).

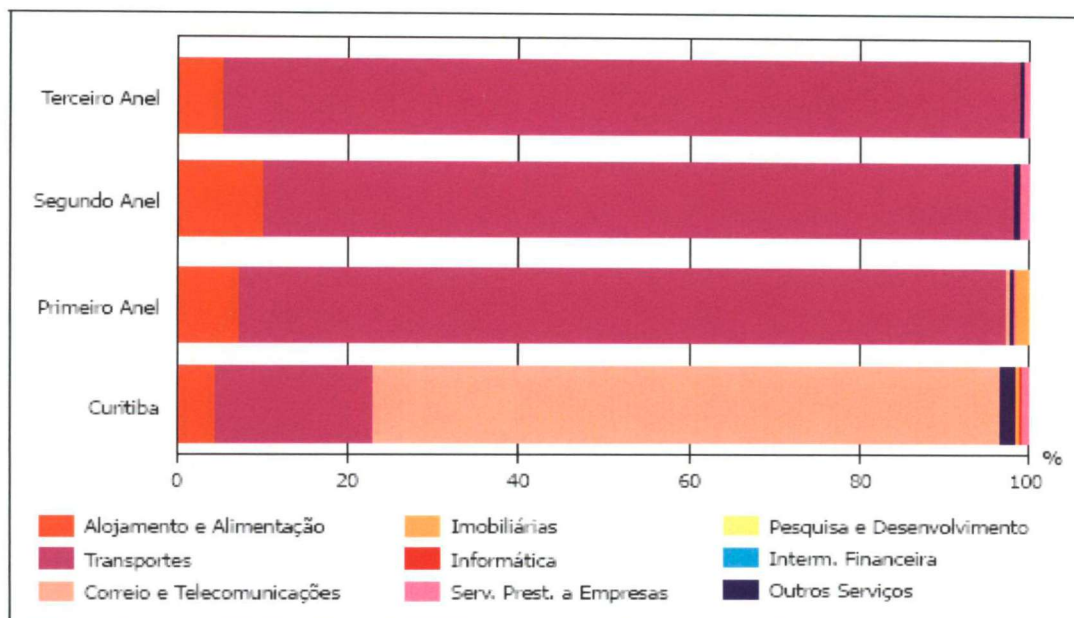
Segundo o IPARDES (2004b), na medida em que os municípios se afastam do pólo metropolitano, compondo o segundo ou o terceiro anel metropolitano, os municípios passam a registrar maior número de empregos nos setores Comércio e

Serviços; alcançando uma média de 46% de seus empregos no Setor Serviços. Entretanto, o VAF destes municípios é baixo na maior parte destes municípios, o que indica que os postos de trabalho de serviços ocorrem no poder público, principalmente nas prefeituras municipais. Já o primeiro anel concentra atividades de maior valor agregado, tanto que em Curitiba, mais de 70% do VAF arrecadado provém dos segmentos de alojamento, alimentação e serviços prestados à empresas.

O gráfico 2 abaixo mostra a participação do segmento Serviços, considerando o total de suas atividades realizadas na RMC em 2000. A partir dele, pode-se perceber a diferenciação dos serviços disponíveis entre os anéis metropolitanos, ou seja, os municípios do segundo e principalmente do terceiro anel, possuem menor opção de serviços disponíveis em sua economia. Os três anéis demonstram que a maior parte de seus serviços está voltada ao setor transporte, já que devido ao movimento pendular e a própria necessidade dos produtos da economia do pólo, a população precisam transportar-se.

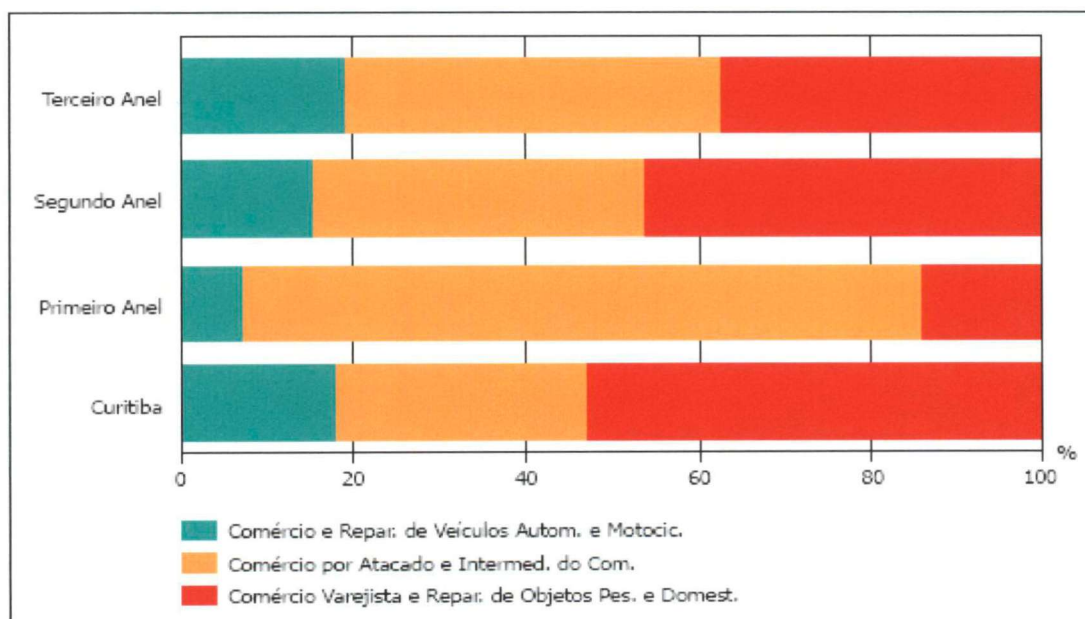
Já o gráfico 3, refere-se à participação de três segmentos no total de atividades do comércio, no ano de 2000. Observa-se que o setor atacadista encontra-se fortemente destacada em relação aos demais anéis, justamente por esta dar suporte ao setor varejista no pólo, grande centro de consumidores finais. O segundo e terceiro anéis estão representados de maneira mais equilibrada, em parte pelo comércio impulsionado por algumas indústrias ali concentradas, bem como pelo fomento comercial gerado pela agropecuária.

GRÁFICO 2 : PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO NO TOTAL DE ATIVIDADES DE SERVIÇOS
– RMC – 2000



FONTE: SEFA apud IPARDES (2004b).

GRÁFICO 3: PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO NO TOTAL DE ATIVIDADES DO COMÉRCIO
– RMC – 2000



FONTE: SEFA apud IPARDES (2004b)

5.2.4 Valor Adicionado Fiscal

O Valor Adicionado Fiscal é um indicativo usado como desempenho econômico de um município, pois é através dele que é possível saber a quantidade de impostos arrecadados pelo governo estadual em dado município. Quanto mais desenvolvido economicamente um município, mais elevados serão os repasses ao fisco estadual. O VAF revela em quais municípios da RMC, se concentram os setores mais produtivos, promotores de um produto com valor agregado superior, capazes de impulsionar a dinâmica econômica regional.

A tabela 11 abaixo, demonstra a evolução do VAF no período de 1975 a 2000, numa periodicidade de cinco anos, conforme a divisão dos anéis concêntricos ao redor do pólo:

TABELA 11: PARTICIPAÇÃO NO VAF TOTAL DO PARANÁ –RMC DE 1975-2000

| ÁREA | % DO VAF TOTAL | | | | | | |
|---------------|----------------|------|------|------|------|------|------|
| | 1975 | 1980 | 1983 | 1985 | 1989 | 1996 | 2000 |
| Aglomerado | | | | | | | |
| Metropolitano | 15,5 | 31,9 | 34,2 | 27,5 | 35,3 | 38,3 | 41,1 |
| Curitiba | 13,4 | 15,7 | 18,0 | 15,6 | 23,2 | 25,6 | 19,8 |
| Primeiro Anel | 2,0 | 16,1 | 16,1 | 11,9 | 12,0 | 12,6 | 21,2 |
| Segundo Anel | 1,1 | 1,1 | 1,1 | 1,0 | 1,3 | 1,3 | 1,5 |
| Terceiro Anel | 0,3 | 0,4 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 |
| TOTAL RMC | 17,0 | 33,4 | 35,7 | 29,1 | 37,0 | 40,0 | 43,0 |

FONTE: SEFA, apud IPARDES (2004, p. 09).

O primeiro anel concêntrico da RMC é aquele que liderou a expansão do VAF paranaense, pois em 25 anos, o percentual do VAF do primeiro anel saltou de 2% aproximadamente (1975), para 21% (2000), dada a forte industrialização ocorrida em seus municípios desde 1980 e intensificada em meados dos anos 90. Essa participação é representada especialmente por Araucária e São José dos Pinhais, porém não é desprezível o papel de Campo Largo (nível médio de integração) nesse processo de absorção. Em proporção bastante inferior, o setor industrial não apresentou crescimento significativo entre os municípios de nível baixo de integração, sendo que a maior representatividade industrial no Ribeira está no município de Rio Branco do Sul, através da indústria cimenteira (IPARDES, 2006b).

A tabela 12 abaixo, revela a contribuição de cada município da RMC, segundo níveis de integração no PIB total do Estado do Paraná, variável que se comporta de forma diretamente proporcional ao VAF do Estado.

TABELA 12: PARTICIPAÇÃO DO CONJUNTO DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO, NO PIB TOTAL DO ESTADO DO PARANÁ – RMC - 2003

| MUNICÍPIO SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO | PIB 2002 (preço de mercado) | | PIB <i>per capita</i> 2002 |
|---------------------------------------|-----------------------------|-------------|----------------------------|
| | ABSOLUTO | % | |
| Curitiba | 14.002.817 | 48,89 | 8.408 |
| Almirante Tamandaré | 417.333 | 1,46 | 4.254 |
| Colombo | 814.449 | 2,84 | 4.029 |
| Fazenda Rio Grande | 229.946 | 0,8 | 3.118 |
| Pinhais | 954.679 | 3,33 | 8.611 |
| São José dos Pinhais | 4.588.296 | 16,02 | 20.269 |
| Muito Alto | 7.004.703 | 24,46 | |
| Araucária | 4.607.689 | 16,96 | 44.477 |
| Piraquara | 250.255 | 0,87 | 2.951 |
| Alto | 4.857.944 | 16,96 | |
| Campina Grande do Sul | 182.526 | 0,64 | 4.688 |
| Campo Largo | 732.585 | 2,56 | 7.430 |
| Campo Magro | 88.618 | 0,31 | 3.889 |
| Itaperuçu | 63.794 | 0,22 | 2.925 |
| Mandirituba | 173.117 | 0,6 | 9.235 |
| Quatro Barras | 234.661 | 0,82 | 13.090 |
| Médio | 1.475.301 | 5,15 | |
| Balsa Nova | 153.871 | 0,54 | 14.736 |
| Rio Branco do Sul | 328.931 | 1,15 | 11.017 |
| Baixo | 482.802 | 1,69 | |
| Adrianópolis | 26.611 | 0,09 | 4.123 |
| Agudos do Sul | 36.591 | 0,13 | 4.847 |
| Bocaiúva do Sul | 39.346 | 0,14 | 4.180 |
| Cerro Azul | 75.801 | 0,26 | 4.613 |
| Contenda | 71.618 | 0,25 | 5.184 |
| Dr. Ulysses | 33.151 | 0,12 | 5.270 |
| Lapa | 348.221 | 1,22 | 8.024 |
| Quitandinha | 94.149 | 0,33 | 6.067 |
| Tijucas do Sul | 77.437 | 0,27 | 6.029 |
| Tunas do Paraná | 12.231 | 0,04 | 3.199 |
| Muito Baixo | 815.156 | 2,85 | |
| TOTAL | 28.638.724 | 100 | 9.676 |

FONTE: IPARDES (2004).

É visível a baixa renda gerada nos municípios do Vale do Ribeira paranaense, fato que pode ser explicado pela formação histórico-social e econômica, como já ilustrado no capítulo 3, e pela conseqüente falta de integração sócio-econômica com o restante da RMC.

A consolidação da RMC como pólo da economia paranaense, não teve relações diretas com os municípios do Vale do Ribeira. Entretanto, pode-se considerar que a melhora das estradas que dão acesso à região, bem como o aumento da demanda por produtos como a tangerina e a madeira oriundos dos municípios ribeirinhos, como serão vistos no capítulo 6, são reflexo do

desenvolvimento e especialização do pólo e demais municípios da RMC localizados no 1º e 2º anéis metropolitanos.

5.3 PRINCIPAIS ASPECTOS SOCIAIS DA RMC

5.3.1 Crescimento Populacional e Ocupação

Nos 26 municípios da RMC, 11 vêm apresentando crescimento da população superior à média estadual desde 1970, e 3 desde 1980 (IPARDES, 2004). Entre 1991 e 2000, os municípios com as mais elevadas taxas de crescimento populacional do Estado situavam-se nessa Região, com destaque para Almirante Tamandaré, Colombo e São José dos Pinhais, com taxas superiores a 5% a.a. nos três intervalos censitários, e Fazenda Rio Grande e Piraquara, com taxas próximas ou superiores a 10% a.a. no intervalo mais recente. Embora alguns municípios tenham apresentado taxas de crescimento negativas em determinados momentos do período, estas sempre se fizeram seguir por recuperação (IPARDES, 2006b). A tabela 13, revela a taxa de crescimento populacional da RMC em 3 décadas, a partir de 1970, além de apontar o total da população por município no ano de 2000.

TABELA 13: TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DA RMC – POR DÉCADAS À PARTIR DE 1970 À 2000

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO 2000 | TAXA DE CRESCIMENTO | | |
|---------------------------|-------------------|---------------------|---------------|---------------|
| | | POPULAÇÃO TOTAL | | |
| | | 1970- 1980 | 1981- 1990 | 1991- 2000 |
| Adrianópolis | 7.007 | -0,39 | -1,95 | -2,69 |
| Agudos do Sul | 7.221 | -0,44 | 1,43 | 1,96 |
| Almirante Tamandaré | 88.277 | 8,37 | 6,19 | 5,66 |
| Antonina | 19.174 | -0,09 | 0,42 | 1,31 |
| Araucária | 94.258 | 7,35 | 5,37 | 4,83 |
| Balsa Nova | 10.153 | 1,18 | 3,25 | 3,43 |
| Bocaiúva do Sul | 9.050 | 1,26 | -1,16 | 1,68 |
| Campina Grande do Sul | 34.566 | 2,19 | 6,38 | 6,73 |
| Campo do Tenente | 6.335 | -1,31 | 2,81 | 2,15 |
| Campo Largo | 92.782 | 4,77 | 2,57 | 2,8 |
| Campo Magro | 20.409 | ----- | ----- | 5,99 |
| Cerro Azul | 16.352 | 0,86 | 0,47 | 0,18 |
| Colombo | 183.329 | 12,56 | 5,87 | 5,09 |
| Contenda | 13.241 | 0,45 | 1,54 | 4,5 |
| Curitiba | 1.587.315 | 5,34 | 2,29 | 2,13 |
| Doutor Ulysses | 6.003 | ----- | ----- | 2,12 |
| Fazenda Rio Grande | 62.877 | ----- | ----- | 10,91 |
| Guaraqueçaba | 8.288 | 0 | 0,14 | 0,74 |
| Guaratuba | 27.257 | 2,27 | 3,61 | 4,76 |
| Itaperuçu | 19.344 | ----- | ----- | 6,83 |
| Lapa | 41.838 | 0,87 | 1,25 | 0,46 |
| Mandirituba | 17.540 | 3,42 | 8,61 | 3,1 |
| Matinhos | 24.184 | 2,77 | 6,49 | 8,88 |
| Morretes | 15.275 | 1,13 | -0,07 | 1,71 |
| Paranaguá | 127.339 | 2,78 | 2,51 | 2,51 |
| Piên | 9.798 | 1,13 | 2,36 | 2,67 |
| Pinhais | 102.985 | ----- | ----- | 3,55 |
| Piraquara | 72.886 | 12,76 | 3,84 | 9,89 |
| Pontal do Paraná | 14.323 | ----- | ----- | 11,18 |
| Porto Amazonas | 4.236 | -0,01 | 1,91 | 1,91 |
| Quatro Barras | 16.161 | 3,45 | 5,23 | 5,52 |
| Quitandinha | 15.272 | 1,33 | 1,39 | 0,65 |
| Rio Branco do Sul | 29.341 | 2,37 | 1,71 | 0,7 |
| Rio Negro | 28.710 | 1,63 | 1,78 | 0,98 |
| São José dos Pinhais | 204.316 | 7,55 | 5,51 | 5,43 |
| Tijucas do Sul | 12.260 | 0,18 | 2,26 | 2,06 |
| Tunas do Paraná | 3.611 | ----- | ----- | 2,67 |
| Mesorregião Metropolitana | 3.053.313 | 4,95 | 2,84 | 3,13 |
| PARANÁ | 9.563.458 | 0,97 | 0,93 | 1,4 |

FONTE: IPARDES (2004).

Paralelamente a essa dinâmica, cresceu a população rural na maioria dos municípios metropolitanos, numa demonstração de reconversão de suas atividades ditada pelas oportunidades do mercado, assim como da pressão por ocupações com características urbanas, em áreas ainda consideradas rurais por situarem-se fora do

perímetro urbano dos municípios. Em 2000, a RMC concentrava 11,5% da população rural do Estado sendo que a população também está crescendo desde os anos de 1980 (IPARDES, 2006b), o que é possível compreender também, por intermédio da tabela 7 deste trabalho.

Sendo a economia do Vale do Ribeira predominantemente rural, a tabela 14 abaixo, mostra o crescimento da população residente com dados dos anos de 1992, 2000 e 2005.

TABELA 14: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA – 1992- 2005

| MUNICÍPIO | ANO | | |
|-------------------|--------|--------|--------|
| | 1992 | 2000 | 2005 |
| Adrianópolis | 8.819 | 7.006 | 5.799 |
| Bocaiúva do Sul | 7.648 | 9.050 | 9.841 |
| Cerro Azul | 16.069 | 16.352 | 16.527 |
| Doutor Ulysses | 4.999 | 6.003 | 6.631 |
| Itaperuçu | 10.934 | 19.344 | 24.725 |
| Rio Branco do Sul | 28.014 | 29.341 | 30.469 |
| Tunas do Paraná | 2.817 | 3.611 | 4.076 |
| TOTAL | 79.300 | 90.708 | 98.068 |

FONTE: IBGE (2000) apud EMATER (2006).

A tabela 15 refere-se a proporção da população ribeirinha que divide-se entre rural e urbana, além de apresentar a densidade demográfica:

TABELA 15: POPULAÇÃO RESIDENTE NO VALE DO RIBEIRA - 2000

| MUNICÍPIO | URBANA | RURAL | RURAL (%) | TOTAL | DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB.KM ²) |
|-------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|--|
| Adrianópolis | 1.613 | 5.394 | 77 | 7.007 | 4,5 |
| Bocaiúva do Sul | 3.562 | 5.488 | 61 | 9.050 | 13,2 |
| Cerro Azul | 3.916 | 12.436 | 76 | 16.352 | 11 |
| Doutor Ulysses | 701 | 5.302 | 88 | 6.003 | 7,9 |
| Itaperuçu | 16.234 | 3.110 | 16 | 19.344 | 69,7 |
| Rio Branco do Sul | 20.049 | 9.292 | 31 | 29.341 | 27,2 |
| Tunas do Paraná | 1.421 | 2.190 | 61 | 3.611 | 6 |
| TOTAL DO VR | 47.496 | 43.212 | 48 | 90.708 | ----- |
| TOTAL DO PARANÁ | 7.786.084 | 1.777.374 | 19 | 9.563.458 | ----- |

FONTE: FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VR, apud EMATER (2006).

Os municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul, são os mais urbanizados e com maior densidade demográfica, justamente por causa da proximidade destes com o pólo, já que distam 37 e 28 Km respectivamente de Curitiba, segundo o DNIT (2001). Já Dr. Ulysses, Adrianópolis, Cerro Azul, Tunas do Paraná e Bocaiúva do Sul, apresentam a maior parte de sua população no campo, sendo que esta dedica-

se a produção de mercadorias com pouco valor agregado, já que a participação destes municípios no VAF, como já citado no sub-item anterior, é inferior a 0,2% do total produzido no Estado.

5.3.2 Movimento Pendular da População Metropolitana

O movimento pendular na RMC, tendo como Curitiba o destino, é um dos mais expressivos entre as regiões metropolitanas da Região Sul e até mesmo de São Paulo, o que pode ser explicado pela mobilidade que a população possui devido a qualidade do serviço de transportes, o qual é conhecido mundialmente (IPARDES, 2006b).

Segundo o IPARDES (2006b), na RMC em 2000, mais de 196.730 pessoas com idade igual e superior a 15 anos, trabalhavam ou estudavam fora do município de residência, o que corresponde a um movimento pendular de 14,6% da população.

Os municípios com nível muito alto de integração são os que mais contribuem nesse sentido, com cerca de 115.473 deslocamentos, o que correspondendo a 39,9% da população com mais de 15 anos de idade, trabalhando e/ou estudando fora do município de residência, dos quais 90,3% dirigem-se até Curitiba (IPARDES, 2006b).

A Tabela 16 abaixo demonstra como o movimento pendular se dá na RMC em direção ao pólo.

TABELA 16: POPULAÇÃO RESIDENTE 15 ANOS E MAIS DE IDADE QUE TRABALHA OU ESTUDA E PESSOAS QUE REALIZAM MOVIMENTO PENDULAR, SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO – RMC – 2000

| NÍVEL DE INTEGRAÇÃO | NÚMERO DE PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS DE IDADE QUE TRABALHAM E/OU ESTUDAM | | |
|---------------------|---|---------------------------------|------------------------------------|
| | TOTAL | FORA DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA | DIRIGINDO-SE AO PÓLO METROPOLITANO |
| Pólo (Curitiba) | 822.270 | 27.171 | 0 |
| Muito Alto | 289.428 | 115.473 | 104.324 |
| Alto | 72.550 | 25.103 | 19.377 |
| Médio | 87.900 | 22.245 | 17.331 |
| Baixo | 16.241 | 2.926 | 1.665 |
| Muito Baixo | 57.553 | 3.813 | 1.628 |
| TOTAL | 1.345.942 | 196.730 | 144.326 |

FONTE: IPARDES (2004b).

Os conjuntos que agregam municípios com níveis alto e médio de integração também são expressivos, conjugando fluxos de 47.348 deslocamentos, com 77,5%

destes, dirigidos ao pólo, podendo ser considerados municípios dormitórios ou simplesmente o extravasamento da ocupação do pólo, por estarem localizados nos limites administrativos com Curitiba. As novas fronteiras da periferização da metrópole estenderam-se à São José dos Pinhais, Araucária e Campo Largo (IPARDES, 2006).

Já o movimento observado pelos municípios com níveis de integração baixo e muito baixo é bem menor, na ordem de 6.738 pessoas, com uma convergência para Curitiba de 48,9%, sinalizando que a distância é inversamente proporcional à pendularidade (IPARDES, 2006b). Entretanto, Rio Branco do Sul e Itaperuçu, ainda apresentam uma movimentação da capital para residência entre 1000 e 3000 de pessoas por dia.

Pode-se dizer que o movimento pendular na RMC é motivado pelo alto número de empregos formais, 34,4% do total de empregados formais gerados no Paraná em 2000; e também pelo elevado VAF, calculado em 19,9% do VAF estadual no mesmo período. Porém, apenas recentemente, a atividade industrial e os serviços espalharam-se entre alguns municípios da RMC, como reflexo da onda de industrialização em meados dos anos 90. Principalmente os municípios com níveis de integração muito alto, alto e médio, começam a verificar algumas trocas entre os demais municípios da RMC (IPARDES, 2006b).

Quanto aos municípios ribeirinhos, o baixo movimento pendular, com exceção de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, é explicado pela precariedade das condições de circulação e transporte, enquanto o restante da RMC é relativamente bem servida. Apenas recentemente as principais rodovias que dão acesso às sedes municipais de Cerro Azul, Doutor Ulysses e Adrianópolis receberam pavimentação. Porém, ainda é nítida a carência de infra-estrutura viária nessa porção que abrange os municípios ribeirinhos, de dimensão territorial considerável e povoada (IPARDES, 2006b). Este assunto será melhor explorado no capítulo 6.

5.3.3 Renda das Famílias

As condições de vida da população metropolitana, apontam melhoras no que se refere a provisão de bens e serviços públicos. Entretanto, os indicadores de inserção ocupacional e disponibilidade de renda mostram situações críticas relacionadas ao aumento da informalidade e desemprego; diminuição dos

rendimentos das famílias e manutenção de elevada desigualdade na distribuição da renda (IPARDES, 2006b).

A RMC possuía, em 2000, cerca de 829 mil famílias, sendo que destas, 13,3% possuem rendimento até meio salário-mínimo, podendo considerá-las em situação de pobreza. As taxas mais elevadas de pobreza encontravam-se entre os municípios com grau muito baixo de integração ao pólo, principalmente no tipo socioespacial agrícola, como o Vale do Ribeira. Dentre estes, Doutor Ulysses possuía, em 2000, a maior taxa de pobreza (57,2%) da RMC. Já Curitiba e os municípios com nível de integração na dinâmica da aglomeração alto e muito alto concentravam 74,4% do total das famílias pobres.

Entre as famílias com nível superior de renda (3 ou mais salários mínimos *per capita*) a concentração delas se dá em Curitiba, que participa com 82,2% do total das famílias desta classe na região, como mostra a tabela 17. Os municípios com nível de integração entre médio, alto e muito alto, são registradas a presença de cerca de 39,2 mil famílias com este perfil de renda, fato possivelmente relacionado ao processo de diversificação sócio-econômico já apresentado.

TABELA 17: FAMÍLIAS POR CLASSE DE RENDIMENTO FAMILIAR MENSAL *PER CAPITA*, SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO – RMC - 2000

| NÍVEL DE INTEGRAÇÃO | FAMÍLIAS POR CLASSE DE RENDIMENTO (EM SAL. MIN) | | | | |
|---------------------|---|---------|-----------------|---------------|------------|
| | TOTAL | ATÉ 1/2 | MAIS DE 1/2 A 1 | MAIS DE 1 A 3 | ACIMA DE 3 |
| Pólo (Curitiba) | 495.243 | 42.620 | 70.991 | 181.593 | 200.039 |
| Muito Alto | 182.543 | 30.408 | 46.026 | 79.653 | 26.456 |
| Alto | 46.214 | 9.248 | 12.310 | 18.993 | 5.574 |
| Médio | 56.636 | 11.498 | 15.294 | 22.656 | 7.187 |
| Baixo | 11.189 | 3.261 | 3.597 | 3.305 | 1.026 |
| Muito Baixo | 36.987 | 13.532 | 10.685 | 9.620 | 3.150 |
| TOTAL | 828.722 | 110.568 | 158.902 | 315.820 | 243.431 |

FONTE: IBGE(2000) apud IPARDES (2004b).

5.3.4 Saúde

Para analisar a saúde na RMC, serão tratados alguns aspectos sobre a mortalidade e longevidade observadas no estudo do IPARDES (2006b).

Existe uma tendência, desde a década de 70, que haja um declínio da mortalidade no Brasil, particularmente no que se refere à mortalidade infantil. A longevidade também aumentou, conforme indica a tabela 18 abaixo:

TABELA 18: INDICADORES DE LONGEVIDADE E MORTALIDADE – CURITIBA, RMC, PARANÁ E BRASIL – 1991/2000

| REGIÃO | ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER | | MORTALIDADE ATÉ 1 ANO DE IDADE | | PROBABILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA ATÉ 60 ANOS | |
|--------------------------------|-----------------------------|------|--------------------------------|------|--|------|
| | 1991 | 2000 | 1991 | 2000 | 1991 | 2000 |
| Curitiba | 68,7 | 71,5 | 30,1 | 20,9 | 77,2 | 87,5 |
| Média da RMC | 65,5 | 69,1 | 38,6 | 21,1 | 72,5 | 79,1 |
| Média da RMC (exclui Curitiba) | 65,4 | 69 | 39 | 21,2 | 72,3 | 78,7 |
| Paraná | 65,7 | 69,8 | 38,6 | 20,3 | 72,6 | 80,7 |
| Brasil | 64,7 | 68,6 | 44,6 | 30,5 | 70,9 | 77,6 |

FONTE: PNUD, ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, apud IPARDES (2006b).

Na região sul do Brasil, há uma média de 20 óbitos de crianças menores de 1 ano de idade, para cada 1000 nascidos, número considerado baixo quando comparado à média nacional.

Segundo estimativas do PNUD (2003) citadas pelo IPARDES (2006b), nos municípios da RMC são observadas quedas significativas nos níveis de mortalidade infantil, sendo a maior delas ocorrida em Pinhais, que passou de 33,9 óbitos por mil, em 1991, para 10,8 em 2000, tornando-se o município com a menor taxa de mortalidade da Região. A menor queda ocorreu em Curitiba cuja taxa, em 1991, era de 30,2 óbitos por mil e em 2000 caiu para 20,9. Já as maiores taxas de mortalidade encontram-se em Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré, todos com taxas em torno de 28 por mil, bem como em Doutor Ulisses, onde foi registrado o valor extremo de 35,1.

É importante lembrar que, no caso da mortalidade infantil, o comportamento dos municípios não guarda relação direta com o nível de integração do município na dinâmica metropolitana. Tanto é que entre os municípios com nível de integração muito alto encontram-se municípios com as menores e as maiores taxas de mortalidade, como Pinhais e Almirante Tamandaré, respectivamente. Isso se dá, porque dados sobre mortalidade são calculados pela medida resumo no cálculo da esperança de vida ao nascer. Assim, como reflexo de uma baixa mortalidade infantil e maiores probabilidades de sobrevivência, tem-se os mesmos municípios citados anteriormente, como os melhores e os piores em termos do indicador; por exemplo, em Pinhais a esperança de vida ao nascer é de 74,3 anos e vive-se, em média, 10,7 anos a mais que em Doutor Ulysses, cuja esperança de vida é de apenas 63,6 anos.

5.3.5 Educação

A RMC apresenta analfabetismo expressivo da população acima de 15 anos de idade, embora significativamente inferior ao observado para o total do Paraná. Estima-se, que o número de analfabetos ultrapasse 100 mil pessoas na RMC, correspondendo a uma taxa de 5% da população, enquanto que a taxa do Estado é de 9%. No entanto, internamente à região, os valores são sensivelmente diferentes, sendo observadas taxas de analfabetismo de 3,3% no município de Curitiba, até taxas acima de 20% nos municípios ribeirinhos, dentre eles Adrianópolis, Doutor Ulysses, Cerro Azul e Tunas do Paraná, sendo que neste último atinge o pior nível, o qual ultrapassa 30%. Com relação aos recortes intrametropolitanos, verificam-se taxas de analfabetismo muito elevadas no conjunto de municípios com níveis de integração à dinâmica metropolitana baixo e muito baixo, 13,1% e 12,7%, respectivamente. Já os municípios com nível de integração muito alto, alto e médio, as taxas de analfabetismo situam-se em torno de 6% a 8%, tal como apresenta a tabela 19:

TABELA 19: PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS QUE NÃO SABEM LER, E SEM INSTRUÇÃO OU ATÉ 3 ANOS DE ESTUDO, TAXA DE ANALFABETISMO, E PESSOAS DE 18 ANOS E MAIS COM 11 E MAIS ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO – RMC - 2000

| NÍVEL DE INTEGRAÇÃO | PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS QUE NÃO SABEM LER | TAXA DE ANALFABETISMO (15 anos e mais) | PESSOAS 15 ANOS E MAIS | | | | PESSOAS 18 ANOS E MAIS | |
|---------------------|---|--|---|--------------------------|------------------------------|--------------------------|------------------------|--|
| | | | SEM INSTRUÇÃO OU COM ATÉ 3 ANOS DE ESTUDO | % SOBRE O TOTAL DA IDADE | COM 11 E MAIS ANOS DE ESTUDO | % SOBRE O TOTAL DA IDADE | | |
| Pólo (Curitiba) | 38.862 | 3,26 | 141.999 | 11,91 | 498.005 | 45,06 | | |
| Muito Alto | 28.246 | 6,44 | 92.524 | 21,09 | 79.286 | 19,78 | | |
| Alto | 7.275 | 6,42 | 24.852 | 21,94 | 16.814 | 16,29 | | |
| Médio | 10.960 | 7,93 | 35.575 | 25,74 | 21.686 | 17,18 | | |
| Baixo | 3.495 | 13,11 | 8.153 | 30,59 | 3.040 | 12,59 | | |
| Muito Baixo | 11.455 | 12,71 | 31.917 | 35,41 | 9.810 | 12,03 | | |
| TOTAL | 100.293 | 5,02 | 335.020 | 16,76 | 628.652 | 34,14 | | |

FONTE: PNUD (2000) apud IPARDES (2004b).

5.3.6 Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é calculado através das condições de Educação, Nível de Renda e Expectativa de Vida de uma população municipal. Os municípios classificados com alto desenvolvimento, possuem IDH-M

igual ou superior a 0,800, em sua maioria, e são enquadrados em condição social muito boa ou boa. Aqueles considerados como de nível de desenvolvimento médio inferior IDH-M entre 0,500 e 0,649, apresentam condição social muito ruim ou ruim.

Na RMC, a maior diferenciação entre os municípios metropolitanos para definição do IDH-M, está centrada no componente renda, o qual está ligado às possibilidades de acesso ao mercado de trabalho. Entretanto, além da renda, os níveis de saúde e educação da população residente Vale do Ribeira não são satisfatórios; o que torna compreensível que o IDH-M destes municípios seja bem abaixo do IDH-M de Curitiba, por exemplo.

A tabela 20 abaixo, mostra o IDH-M dos municípios da RMC e para constatação da diversificação dos índices dos municípios, basta atentar para o fato de que Curitiba está em 1º lugar no ranking estadual, enquanto que Dr. Ulysses apresenta a pior posição da RMC, ocupando o 398ª posição, sendo o Paraná composto por 399 municípios, ou seja, o município de Dr. Ulysses, considerado por lei integrante da RMC, apresenta o penúltimo IDH-M mais baixo do Paraná. Os demais municípios que integram o Vale do Ribeira, também revelam uma qualidade de vida muito abaixo do pólo ou de outros municípios com nível de integração muito alto ou alto em relação à capital.

TABELA 20: PANORAMA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO-MUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2000

| MUNICÍPIO | IDH-M | | COMPONENTES DO IDH-M | | | | RANKING ESTADUAL | TAXA DE POBREZA |
|---------------------------|-------------|-------------|------------------------------------|---|---------------------------------|------------------|------------------|-----------------|
| | 1991 | 2000 | ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (anos) | TAXA DE ALFABETIZAÇÃO 15anos e mais (%) | TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA (%) | RENDA PER CAPITA | | |
| | | | | | | | | |
| Adrianópolis | 0,61 | 0,68 | 69,9 | 74,1 | 72,2 | 115,6 | 373 | 43,4 |
| Agudos do Sul | 0,63 | 0,71 | 67,2 | 87,1 | 71,5 | 153,99 | 290 | 38,9 |
| Almirante Tamandaré | 0,66 | 0,72 | 66,1 | 89,9 | 73,5 | 197,65 | 245 | 22,2 |
| Antonina | 0,68 | 0,77 | 73,7 | 88,6 | 76,1 | 196,8 | 90 | 33,9 |
| Araucária | 0,71 | 0,80 | 73,8 | 94,2 | 81,8 | 242,06 | 21 | 17,7 |
| Balsa Nova | 0,70 | 0,78 | 73,8 | 92,7 | 75,2 | 206,89 | 62 | 21,6 |
| Bocaiúva do Sul | 0,63 | 0,71 | 67,5 | 86,6 | 67,8 | 155,81 | 270 | 29 |
| Campina Grande do Sul | 0,69 | 0,76 | 70,7 | 92,2 | 72,1 | 212,54 | 122 | 21,4 |
| Campo do Tenente | 0,59 | 0,68 | 63,6 | 86,1 | 70,5 | 148,86 | 367 | 38,1 |
| Campo Largo | 0,71 | 0,77 | 69,2 | 93,3 | 77,6 | 267,31 | 74 | 15,9 |
| Campo Magro | 0,68 | 0,74 | 67,5 | 90,3 | 70,6 | 223,68 | 196 | 21,5 |
| Cerro Azul | 0,56 | 0,68 | 70,2 | 75,5 | 65,3 | 123,6 | 372 | 48,7 |
| Colombo | 0,69 | 0,76 | 69,3 | 92,8 | 75,5 | 236,16 | 106 | 17,3 |
| Contenda | 0,68 | 0,76 | 71,1 | 92,5 | 70,5 | 207,6 | 123 | 26,3 |
| Curitiba | 0,79 | 0,85 | 71,6 | 96,6 | 90,4 | 619,8 | 1 | 8,6 |
| Doutor Ulysses | 0,54 | 0,62 | 63,6 | 75,8 | 64,8 | 86 | 398 | 57,3 |
| Fazenda Rio Grande | 0,71 | 0,76 | 70,7 | 92,8 | 77,1 | 194,31 | 111 | 20,1 |
| Guaraqueçaba | 0,58 | 0,65 | 64,8 | 80,2 | 67,6 | 107,13 | 393 | 49,1 |
| Guaratuba | 0,67 | 0,62 | 67,6 | 92,1 | 77,1 | 274,3 | 107 | 21,9 |
| Itaperuçu | 0,60 | 0,76 | 66 | 84,2 | 57,7 | 133,4 | 382 | 35,6 |
| Lapa | 0,67 | 0,65 | 68 | 91,4 | 76 | 234,01 | 142 | 31,5 |
| Mandirituba | 0,68 | 0,76 | 70,9 | 89,8 | 71,4 | 229,3 | 127 | 26,6 |
| Matinhos | 0,72 | 0,67 | 71 | 94,2 | 79,7 | 286,5 | 33 | 18,5 |
| Morretes | 0,66 | 0,75 | 67,6 | 91,2 | 80,9 | 223,1 | 141 | 23,8 |
| Paranaguá | 0,71 | 0,76 | 68,2 | 94,1 | 81 | 305,3 | 60 | 19,1 |
| Piên | 0,66 | 0,73 | 68,9 | 93,5 | 70,9 | 214,3 | 151 | 28 |
| Pinhais | 0,72 | 0,81 | 74,3 | 94,2 | 82,4 | 292,9 | 14 | 14,2 |
| Piraquara | 0,70 | 0,78 | 67,5 | 91,4 | 74,8 | 206,6 | 164 | 23,2 |
| Pontal do Paraná | 0,67 | 0,77 | 71,4 | 92,9 | 79,2 | 269,09 | 43 | 20,2 |
| Porto Amazonas | 0,67 | 0,77 | 70,8 | 92,1 | 80,5 | 225,5 | 76 | 19,2 |
| Quatro Barras | 0,70 | 0,71 | 67,9 | 92,9 | 80,4 | 294,6 | 77 | 17,5 |
| Quitandinha | 0,61 | 0,70 | 66,7 | 88,5 | 70,5 | 164,4 | 283 | 41,5 |
| Rio Branco do Sul | 0,62 | 0,80 | 66 | 83,3 | 65,9 | 178,9 | 331 | 31,9 |
| Rio Negro | 0,71 | 0,79 | 73,3 | 94,9 | 77,9 | 268,7 | 23 | 19,2 |
| São José dos Pinhais | 0,72 | 0,79 | 70,9 | 94,3 | 79,3 | 311,29 | 26 | 14 |
| Tijucas do Sul | 0,64 | 0,71 | 66,9 | 86,7 | 72,2 | 170,91 | 278 | 32,2 |
| Tunas do Paraná | 0,58 | 0,68 | 71,1 | 71,9 | 64,7 | 136,68 | 371 | 35,4 |
| Mesorregião Metropolitana | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 14,1 |
| PARANÁ | 0,76 | 0,78 | 69,8 | 69,6 | 82,9 | 321,4 | | 20,9 |

FONTE: PNUD, apud IPARDES (2004b).

6 VALE DO RIBEIRA PARANAENSE

6.1 ASPECTOS ECONÔMICOS

Segundo o IPARDES (2003), os municípios do Vale do Ribeira têm no setor primário e terciário, a distribuição do produto interno bruto da região, sendo ela portanto, preponderante na geração da riqueza regional. Os municípios de Doutor Ulysses e Cerro Azul contam com a produção de frutas cítricas, sendo esta a maior geradora do PIB municipal, responsáveis por 6,3% e 2,9% da produção paranaense, respectivamente. Também na extração madeireira, os dois municípios citados contribuem, sendo que a produção de Doutor Ulysses representa 2,3% e a de Cerro Azul corresponde a 1,8% do total produzido pelo Estado. Já Rio Branco do Sul, sustenta sua economia na indústria cimenteira, a qual representa a produção de 40% do cimento produzido no Paraná, como já citado anteriormente.

A tabela 21 abaixo, mostra a participação do PIB setorial dos municípios do Vale do Ribeira, além de revelar a participação no PIB estadual no ano de 1999.

TABELA 21: PRODUTO INTERNO BRUTO (A PREÇO DE MERCADO, DISTRIBUIÇÃO SETORIAL E PARTICIPAÇÃO NO ESTADO – MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ 1999

| MUNICÍPIO | AGROPECUÁRIA | INDÚSTRIA | SERVIÇOS | PIB (A PREÇO DE MERCADO) | PARTICIPAÇÃO NO PIB TOTAL | PIB PER CAPITA |
|-------------------|--------------|-----------|----------|--------------------------|---------------------------|----------------|
| Adrianópolis | 24,1 | 17,4 | 53,9 | 26.667.504 | 0,04 | 3.161,17 |
| Bocaiúva do Sul | 29,1 | 15,5 | 47,8 | 32.013.058 | 0,05 | 4.280,16 |
| Cerro Azul | 41,5 | 13,6 | 41 | 84.917.167 | 0,14 | 4.954,23 |
| Doutor Ulysses | 50,1 | 10,5 | 35,7 | 39.351.958 | 0,06 | 7.464,39 |
| Itaperuçu | 10,4 | 33,5 | 51,6 | 78.106.354 | 0,13 | 6.557,56 |
| Rio Branco do Sul | 2,5 | 69 | 24 | 559.037.569 | 0,9 | 17.561,67 |
| Tunas do Paraná | 31,3 | 17,1 | 47 | 15.895.959 | 0,03 | 5.606,10 |
| TOTAL DO PARANÁ | 13,2 | 38,3 | 44 | 62.290.113. 786 | 100 | 6.643,86 |

FONTE: IPARDES (2004b)

A maioria dos estabelecimentos rurais que compõem o Vale do Ribeira paranaense trabalham através da agricultura familiar, sendo que utilizam suas terras com matas nativas ou plantadas, ou com pastagens, também naturais ou plantadas.

6.1.1 Estrutura Fundiária e Agricultura Familiar

Como cita DENARDI et al (2003), o desenvolvimento de uma região agrícola, é beneficiado pela presença de atividades econômicas agrícolas e agroindustriais diversificadas e voltadas para o mercado. Tal diversificação agrícola pode ser explicada pela topografia local; tipo de solo e clima; estrutura fundiária; organização social da produção, tradição e articulação com mercados.

No Vale do Ribeira, há predominância da agricultura familiar, sendo que, segundo estudos do IBASE et EMATER (2006), a agricultura familiar historicamente desenvolvida no Vale do Ribeira, é intitulada pelas próprias lideranças de agricultores da região, como uma agricultura cabocla, ocupando 30% do território, empregando 70% da mão-de-obra e gerando 60% da arrecadação municipal ⁶.

A Tabela 22 abaixo, permite um entendimento quantitativo dos pequenos agricultores presentes no local, sendo que suas propriedades possuem até 50 hectares.

TABELA 22: PERFIL E QUANTIDADE DE PRODUTORES RURAIS NO VALE DO RIBEIRA-2002

| MUNICÍPIO | PRODUTOR DE SUBSISTÊNCIA | PRODUTOR DE SIMPLES MERCADORIA | EMPRESÁRIO RURAL | TRABALHADOR RURAL |
|-------------------|--------------------------|--------------------------------|------------------|-------------------|
| Adrianópolis | 300 | 400 | 90 | 500 |
| Bocaiúva do Sul | 600 | 570 | 130 | 980 |
| Cerro Azul | 1730 | 1150 | 50 | 0 |
| Doutor Ulysses | 600 | 560 | 40 | 150 |
| Itaperuçu | 662 | 137 | 34 | 320 |
| Rio Branco do Sul | 535 | 490 | 160 | 145 |
| Tunas do Paraná | 158 | 35 | 25 | 600 |

FONTE: EMATER apud SILVA (2004).

Segundo FAVRETTO; BRANCHER (2005), no final dos anos 90, apenas 36% das terras do Vale do Ribeira tinham sua situação dominial definida em nome de

⁶ Dados do Documento da Oficina Territorial do Vale do Ribeira.

particulares, 15% eram tituladas pela autoridade pública para assuntos fundiários, 9% eram terras devolutas, e 40% não eram discriminadas, encontrando-se em ação com andamento ou mesmo sem ação iniciada; o que configura um conflito em torno da propriedade fundiária, um grave problema no Vale, com conseqüências diretas sobre a possibilidade dos agricultores conseguirem crédito.

Muitos destes pequenos agricultores, não possui a terra legalizada, e tampouco documentos pessoais simples, como o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); o que dificulta o acesso ao crédito rural (principalmente o PRONAF) e demais programas do governo (IBASE et EMATER, 2006). Sabe-se ainda, que existe uma concentração de terras entre poucos proprietários no Vale do Ribeira, sendo que a maior parte deles possuem fazendas com mais de 250 hectares, sendo esta situação mais perceptível em Tunas do Paraná (KARAM,2001⁷, citado em SILVA, 2004).

6.1.2 Principais Culturas Produzidas no Vale do Ribeira

Atualmente, a agricultura “cabocla” evolui lentamente, tanto por causa das suas condições acusadas em seu decorrer histórico; já apresentadas neste trabalho, quanto pelo tempo que é necessário para que o tecido associativo da região consiga transformar a região.

...a presença das chamadas novas tecnologias é praticamente inexistente -, apesar das transformações que vêm sendo promovidas por meio do desenvolvimento do tecido associativo da região (e da existência de cooperativas do Sistema Cresol), da atuação do Emater, de melhorias na malha viária e de uma maior presença de políticas públicas estaduais (como o Programa Paraná 12 meses) e federais, principalmente pelo acesso ao Pronaf e, mais recentemente, ao PAA⁸ (IBASE; EMATER, 2006).

As produções mais expressivas economicamente, no sentido de ganho de escala para o Alto Ribeira, são a citricultura e a exploração florestal. Porém, as outras culturas também possuem seu grau de importância, já são responsáveis pelo abastecimento direto ou indireto das famílias dos agricultores; proporcionando um papel essencial nas estratégias de reprodução das famílias dos agricultores da

⁷ KARAM, K.F. Agricultura Orgânica: Estratégia para uma nova ruralidade. Curitiba, 2001. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná.

⁸ Programa de Aquisição de Alimentos.

região, além de servir como base de sustentação para o desenvolvimento de outras atividades que porventura possam ampliar as possibilidades de fontes de renda. Portanto, a produção agrícola familiar para o auto-consumo e venda no Vale do Ribeira, não é um atraso, e sim, condição indispensável para a construção de uma região mais autônoma e sustentável (IBASE; EMATER, 2006).

As principais culturas e atividades produzidas no Vale do Ribeira, capazes de alimentar a produção local, são segundo IBGE (2005), as seguintes:

TABELA 23: PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS PRODUZIDAS NO VALE DO RIBEIRA, EM TONELADAS

| MUNICÍPIO | MILHO | FEIJÃO | SOJA | ARROZ | CANA DE AÇÚCAR | BATATA-DOCE |
|-------------------|--------|--------|--------|-------|----------------|-------------|
| Adrianópolis | 10.944 | 2.030 | - | - | 4.030 | - |
| Bocaiúva do Sul | 33.670 | 1.547 | - | - | - | 143 |
| Cerro Azul | 42.500 | 575 | 58.650 | 4.050 | 31.800 | - |
| Doutor Ulysses | 33.320 | 1.406 | 432 | - | - | 228 |
| Itaperuçu | 17.750 | 1.054 | - | - | 1.176 | 92 |
| Rio Branco do Sul | 52.080 | 1.890 | - | - | 2.030 | 25 |
| Tunas do Paraná | 14.820 | 429 | - | - | - | 98 |

FONTE: SEAB, DERAL (2005).

TABELA 24: PRODUÇÃO DE GADO, LEITE E MEL NO VALE DO RIBEIRA

| VALE DO RIBEIRA | PECUÁRIA | | SIVICULTURA |
|-------------------|--------------------|---------------------|-------------|
| MUNICÍPIO | BOVINOS POR CABEÇA | LEITE EM MIL LITROS | MEL POR KG |
| Adrianópolis | 19.887 | 6.770 | 5.900 |
| Bocaiúva do Sul | 11.851 | 3.680 | 85.680 |
| Cerro Azul | 21.733 | 4.200 | 16.470 |
| Doutor Ulysses | 10.245 | 4.700 | 21.400 |
| Itaperuçu | 4.254 | 1.450 | 4.290 |
| Rio Branco do Sul | 16.357 | 2.850 | 9.640 |
| Tunas do Paraná | 1.666 | 300 | 37.480 |

FONTE: SEAB, DERAL (2005).

6.1.3 Citricultura

Conforme afirma AEN (2007), a maior produção de cítricos no Paraná, encontra-se no município de Cerro Azul, embora também esteja presente em Rio Branco do Sul e Itaperuçu, sendo a tangerina poncan a principal renda da agricultura

local. Porém, a maioria dos pequenos produtores não ampliou suas terras, mesmo durante décadas de trabalho, deixando-as restritas à pomares do tamanho de um ou dois campos de futebol. Isto porque a venda do produto é *in natura*, é de baixo valor agregado, sendo o lucro reduzido mesmo nas melhores fases do setor, entre maio e setembro.

A produção de ponkan, teve início em Cerro Azul, na década de 1980, por iniciativa da Emater. Até então, predominava no município, apenas a produção de uma agricultura familiar diversificada. A produção, entre os anos de 1998 e 2000, alcançou 8 milhões de caixas por ano, o que configurou uma situação de monocultura, porém sem o uso de agrotóxicos. A partir de 2000, o uso do agrotóxico foi disseminado erradamente, o que contribuiu para o aparecimento de pragas nos pomares que comprometeram o desempenho das safras, o que contribuiu ainda mais para o desestímulo de pequenos produtores, que acabaram deixando a produção por conta de produtores de porte mediano. Há um movimento entre as entidades locais, que discute e incentiva o retorno da diversificação produtiva da citricultura em Cerro Azul (IBASE; EMATER, 2006).

Conforme o EMATER (2007), um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento da citricultura são as mudas, pois constituem a base de formação dos pomares e terão reflexo em toda a vida útil da planta; daí a importância de utilizar mudas de qualidade, podendo estas serem de estufa ou de torrão. Entretanto, parte dos citricultores do Vale do Ribeira não utiliza muda fiscalizada, pois em geral as mudas são produzidas na propriedade ou adquirida de vizinhos, sem técnica suficiente e a partir de material proveniente de plantas sem boas características, resultando em plantas de baixa qualidade. Também afirma o Emater⁹, que o processo produtivo utilizado pelos fruticultores do Vale do Ribeira é pouco desenvolvido, apresentando várias limitações que impedem o aumento da produtividade, como: a topografia acidentada, que dificulta o controle de pragas e adubação adequada; a restrição de capital; a falta de infra-estrutura pós-colheita; o depauperamento do solo frente a não realização de práticas eficientes que visem manter as condições químicas e físicas do solo; problemas fitossanitários nos pomares, como a mosca das frutas e o ataque de fungos; entre outros.

⁹ Citado em Silva, Joselis Moreira, Monografia de Conclusão de Curso. **Vale do Ribeira no Estado do Paraná: A importância da Infra-Estrutura de Transportes para seu Desenvolvimento.** UFPR, Curitiba, 2004.

As tabelas 25, 26 e 27, abaixo mostram a quantidade de tangerina, segundo a variedade Montegrina, Murcote e Ponkan, por municípios ribeirnhos produtores, nos últimos anos, bem como o ano de 1995.

TABELA 25: QUANTIDADE DE TANGERINA MONTEGRINA EM TONELADAS PRODUZIDO NO VALE DO RIBEIRA

| MUNICIPIO | TANGERINA MONTEGRINA | | | | | |
|-------------------|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 1995 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2005 |
| Cerro Azul | 0 | 9.030 | 9.690 | 9.600 | 6.600 | 5.400 |
| Doutor Ulysses | 0 | 3.308 | 3.172 | 3.037 | 2.990 | 1.800 |
| Itaperuçu | 0 | 797 | 775 | 705 | 570 | 400 |
| Rio Branco do Sul | 0 | 1.300 | 1.250 | 1.200 | 920 | 540 |

FONTE:SEAB, DERAL (2005).

TABELA 26: QUANTIDADE DE TANGERINA MURCOTE EM TONELADAS PRODUZIDA NO VALE DO RIBEIRA

| MUNICIPIO | TANGERINA MURCOTE | | | | | |
|-------------------|-------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | 1995 | 2000 | 2001 | 2002 | 2004 | 2005 |
| Adrianópolis | 0 | 129 | 125 | 120 | 122 | 96 |
| Bocaiúva do Sul | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Cerro Azul | 0 | 21.840 | 22.270 | 22.100 | 15.763 | 12.000 |
| Doutor Ulysses | 0 | 6.750 | 6.507 | 6.664 | 5.950 | 4.000 |
| Itaperuçu | 0 | 1.684 | 1.612 | 1.527 | 1.271 | 380 |
| Rio Branco do Sul | 0 | 3.144 | 3.120 | 3.000 | 2.430 | 1.440 |

FONTE:SEAB, DERAL (2005).

TABELA 27: QUANTIDADE DE TANGERINA PONKAN EM TONELADAS PRODUZIDA NO VALE DO RIBEIRA FONTE:SEAB, DERAL, 2005

| MUNICIPIO | TANGERINA PONKAN | | | | | |
|-------------------|------------------|---------|---------|---------|---------|--------|
| | 1995 | 2000 | 2001 | 2002 | 2004 | 2005 |
| Adrianópolis | 120 | 780 | 774 | 726 | 729 | 648 |
| Bocaiúva do Sul | 0 | 46 | 46 | 42 | 44 | 36 |
| Cerro Azul | 90.000 | 153.965 | 154.176 | 152.810 | 136.675 | 91.800 |
| Doutor Ulysses | 18.600 | 59.670 | 57.375 | 52.900 | 47.048 | 35.000 |
| Itaperuçu | 3.720 | 14.044 | 13.564 | 12.960 | 11.600 | 7.650 |
| Rio Branco do Sul | 12.600 | 22.908 | 22.244 | 21.250 | 17.850 | 10.200 |

FONTE:SEAB, DERAL (2005).

Cerro Azul certamente é o maior produtor não só do Vale do Ribeira, e sim do Paraná, tendo destaque na produção das três variedades da tangerina, seguida por Dr. Ulysses, embora em proporção menor.

Entretanto, nos últimos anos, a produção de tangerina das três variedades, em todos os municípios vem declinando, embora a área utilizada tenha sido

praticamente a mesma, com média de 1000 plantas por ha (EMATER, 2002) dadas as dificuldades anteriormente citadas.

Ademais, existem aspectos práticos que precisam ser solucionados, como redução dos custos de produção e transporte, baixo uso de agrotóxicos, elevação da produtividade, melhoramentos técnicos capazes de influenciar a coloração e o gosto da fruta (EMATER, 2002), acesso facilitado e aumento do crédito agrícola, diminuição dos juros, entre outros.

A pavimentação da rodovia de Cerro Azul que dá acesso à Curitiba, que será melhor apresentada no item 6.1.5, animou muitos os produtores de cítricos, pois agora podem escoar a produção a um custo menor; porém, muitos produtores desejam ir além, e pretendem organizar uma cooperativa agroindustrial, capaz de produzir suco e doce de tangerina e laranja, o que contribuiria para o aumento do valor agregado daquela que é a especialidade de Cerro Azul: a tangerina (AEN, 2007).

6.1.4 Exploração Florestal

Atualmente, no Vale do Ribeira, há duas formas de extração da madeira, sendo que a primeira delas explora a bracatinga, e a segunda utiliza-se ou do pínus ou do eucalipto.

Existe na RMC, um sistema tradicional de reflorestamento com a bracatinga, o qual é realizado principalmente em propriedades agrícolas com até 50 hectares; isto porque a atividade principal destes pequenos produtores não é a produção florestal, e sim a produção agrícola, sendo a produção florestal aplicada apenas para a realização do pousio. Pela diversificação das atividades de produção animal e vegetal, a área média reservada à bracatinga pelo agricultor, é de 20 hectares; sendo que a soma de todas estas pequenas áreas totaliza 60.000 hectares (SILVA, 2004).

A maior aplicação da madeira de bracatinga, é no uso energético, isto é, transformação de lenha e carvão, sendo que a indústria de cal já chegou a consumir cerca de 54% da lenha comercializada por pequenos produtores de Bocaiúva do Sul. Além disso, a floração da bracatinga no inverno, aumenta as opções de

alimento das abelhas, garantindo uma produção de mel mais abundante (COMEC, 1990)¹⁰

Há mais de duas décadas, a região do Vale do Ribeira passou a ser favorecida por incentivos fiscais para a instalação de grandes áreas de reflorestamento econômico, destinada às indústrias que a utilizam a madeira como matéria-prima ou para queima. Isso se deve às condições de relevo e propriedades de grandes extensões de terra na região. Logo, pequenos e médios produtores estão subdividindo suas terras para venda à grandes indústrias de alto consumo energético, as quais transformam as terras em latifúndios e possuem condições técnicas e financeiras de realizar o manejo adequado da bracatinga, conforme exigência da lei.

A tabela 28 abaixo refere-se à quantidade de madeira destinada à produção de lenha no Vale do Ribeira nos últimos anos e no ano de 1995, sendo os maiores produtores os municípios de Bocaiúva do Sul e Tunas do Paraná respectivamente, com o volume de 332.000 m³ e 90.300 m³, embora tal extração tenha diminuído nos últimos anos, em praticamente todos os municípios.

TABELA 28: EXTRAÇÃO DE MADEIRA DESTINADA À LENHA NO VALE DO RIBEIRA

| MUNICIPIO | MADEIRAS DESTINADA À LENHA EM M ³ | | | | | |
|-------------------|--|---------|---------|---------|---------|---------|
| | 1995 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2005 |
| Adrianópolis | 48.000 | 0 | 0 | 9.800 | 9.000 | 11.000 |
| Bocaiúva do Sul | 559.000 | 400.000 | 350.000 | 335.000 | 320.000 | 332.500 |
| Cerro Azul | 52.000 | 23.000 | 21.000 | 15.000 | 12.000 | 15.800 |
| Doutor Ulysses | 31.000 | 30.000 | 28.000 | 30.000 | 25.000 | 31.500 |
| Itaperuçu | 72.000 | 95.000 | 98.000 | 85.000 | 65.000 | 71.300 |
| Rio Branco do Sul | 122.700 | 100.000 | 80.000 | 70.000 | 65.000 | 66.500 |
| Tunas do Paraná | 115.000 | 112.000 | 105.000 | 95.000 | 90.000 | 90.300 |

FONTE: SEAB, DERAL (2005).

A bracatinga, foi por décadas, utilizada apenas para a fabricação de lenha e carvão devido às suas excelentes características para tais produtos. Entretanto, estudos recentes apontam um uso mais nobre, de maior valor agregado: a fabricação de móveis. Para tanto, a madeira deve passar por um processo de escurecimento e torneamento; podendo o móvel (quando a madeira passa por um processo de secagem e usinagem) ganhar até mesmo o mercado externo. A

¹⁰ Citado em SILVA (2004).

madeira pode ser usada ainda para compensados, laminados e aglomerados (MOVELPAR, 2001).

Em 2006, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, a Emater e a Agência de Desenvolvimento da Mesorregião Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, ao incentivarem o desenvolvimento de móveis a partir da bracatinga no Alto Ribeira, lançaram em parceria, o 1º concurso de design para móveis em bracatinga (AD VALE DO RIBEIRA, 2006). Sendo que no início de 2007, com o apoio da UFPR e da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, além das outras entidades citadas neste parágrafo, foi instalada uma incubadora industrial de madeira, a primeira do gênero no Paraná, no município de Bocaiúva do Sul. O objetivo é que empresas incubadas produzam a partir da bracatinga, móveis, lâminas para pisos, gavetas, pés de móveis, estrados para camas, molduras, componentes para MDF e aglomerados; além de permitir que pequenos agricultores que ainda lidam com a madeira de forma artesanal, tenham acesso à informações e novas tecnologias (AD VALE DO RIBEIRA, 2007).

Quanto ao pínus ou o eucalipto, estes vêm sendo usados como monocultura para reflorestar a região, principalmente nos municípios de Bocaiúva do Sul, Dr. Ulysses, Adrianópolis, Tunas do Paraná e Itaperuçu.

As tabelas 29 e 30 abaixo, demonstram a quantidade extraída de pínus e eucalipto, respectivamente, nos municípios ribeirinhos. Percebe-se que a produção do pínus em tora, com destino à serrarias, aumentou em todos os municípios do Vale do Ribeira, com destaque para Rio Branco do Sul (189.000m³), Tunas do Paraná (399.000m³) e Doutor Ulysses (294.000m³), no ano de 2005. O fato de que no ano de 1995, nenhum município plantava pínus, chama atenção, o que demonstra que a cultura foi introduzida no Vale recentemente, por uma mudança na composição econômica social da região, com a presença de grandes empresas reflorestadoras no local.

TABELA 29: QUANTIDADE PRODUZIDA DE PÍNUS NO VALE DO RIBEIRA, PRODUÇÃO EM M³ (EM TORAS) E DESTINADAS À SERRARIAS-ÚLTIMOS ANOS

| MUNICIPIO | MADEIRAS - EM TORA PARA SERRARIA - PINUS | | | | | |
|-------------------|--|---------|---------|---------|---------|---------|
| | 1995 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2005 |
| Adrianópolis | 0 | 10.000 | 9.000 | 8.000 | 9.500 | 180.000 |
| Bocaiúva do Sul | 0 | 15.000 | 17.000 | 60.000 | 100.000 | 143.000 |
| Cerro Azul | 0 | 135.000 | 160.000 | 150.000 | 100.000 | 109.500 |
| Doutor Ulysses | 0 | 105.000 | 110.000 | 200.000 | 195.000 | 294.000 |
| Itaperuçu | 0 | 60.000 | 65.000 | 60.000 | 40.000 | 80.500 |
| Rio Branco do Sul | 0 | 105.000 | 110.000 | 112.000 | 110.000 | 189.000 |
| Tunas do Paraná | 0 | 145.000 | 250.000 | 360.000 | 300.000 | 399.000 |

FONTE: SEAB, DERAL (2005).

Já a quantidade produzida de eucalipto, é bem menos expressiva que a produção de pinus, sendo também o município de Tunas do Paraná o maior produtor, com 67.000m³ em 2005. Com exceção de Bocaiúva do Sul, existe uma redução da quantidade plantada nos últimos anos, provavelmente pelo motivo do pinus ser uma cultura mais rentável, o que leva os produtores a optar por abandonar a plantação de eucalipto.

TABELA 30: QUANTIDADE PRODUZIDA DE EUCALIPTO NO VALE DO RIBEIRA, PRODUÇÃO EM M³ (EM TORAS) E DESTINADAS À SERRARIAS-ÚLTIMOS ANOS

| MUNICIPIO | MADEIRAS - EM TORA PARA SERRARIA - EUCALIPTO | | | | | |
|-------------------|--|--------|--------|--------|--------|--------|
| | 1995 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2005 |
| Adrianópolis | 0 | 3.500 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Bocaiúva do Sul | 0 | 260 | 300 | 400 | 2.000 | 5.100 |
| Cerro Azul | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.000 | 1.900 |
| Doutor Ulysses | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.350 |
| Itaperuçu | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.900 |
| Rio Branco do Sul | 0 | 18.000 | 17.000 | 16.000 | 10.000 | 8.600 |
| Tunas do Paraná | 0 | 0 | 0 | 70.000 | 80.000 | 67.500 |

FONTE: SEAB, DERAL (2005).

O porquê da produção de pinus ser tão elevada e crescente nos últimos anos, é observado em muitos casos, por um processo de integração dos agricultores com a monocultura do pinus, pois as empresas reflorestadoras formam grupos e criam uma associação. Esta associação, é dirigida pela própria empresa reflorestadora, para que logo em seguida, possa alugar as terras dos associados. Assim, o projeto de reflorestamento do pinus é feito pela empresa que consegue financiá-lo e também dispõe de apoio técnico; porém a compra da produção do proprietário das terras não é garantida pela empresa. O que pode tornar-se um problema nos anos

futuros, já que a comercialização para uma pequena produção não é, no geral, muito rentável à apenas um pequeno proprietário. A pressão para que os agricultores entrem neste processo, é muito grande, haja vista a possibilidade de acumular R\$ 70 mil em renda num período de 15 anos, em uma área de meio alqueire de pínus plantado (IBASE; EMATER, 2006).

No município de Tunas do Paraná, observa-se que houve um aumento da população local (principalmente jovens), atraída pela produção do pínus; já que no início, a monocultura tem uma demanda inicial de mão-de-obra muito elevada. Entretanto, muitos moradores, acreditam que no longo prazo, o pínus promoverá a expulsão da mão-de-obra local pelo desaquecimento da cadeia agropecuária tradicional local. Este receio é embasado no fato que já se pode observar uma diminuição dos pequenos agricultores, sendo estes recentemente orientados por atores locais mais cautelosos, a fazer o reflorestamento em apenas uma parte do estabelecimento, não aceitando alugar, ou mesmo vender suas terras para a atividade de exploração florestal (IBASE; EMATER, 2006).

6.1.5 Infra-Estrutura do Vale do Ribeira

O tema falta de boas estradas entre o Vale do Ribeira e Curitiba, e conseqüente isolamento e estagnação econômica do Vale, já foi comentado no presente estudo, sendo para a sociedade o assunto Vale do Ribeira e vias de acesso precárias quase um sinônimo. Porém, atualmente, os trechos da BR-476 e da PR-092 encontram-se pavimentados, obras realizadas por intermédio do governo estadual; em 2005, no caso da BR-476 e em 2006 no caso da PR-092 (DER, 2007), sendo este asfaltamento, aguardado por 50 anos pelos moradores da região, e visto como principal forma de possibilitar o desenvolvimento do Ribeira paranaense.

O processo de pavimentação da BR-476 durou 7 anos e foi interrompido várias vezes, o que causou revolta na população ribeirinha (FEPASC, 2005), tendo custado 56 milhões de reais aos cofres públicos (AEN, 2007).

A BR-476 inicia no Vale do Ribeira, na divisa de São Paulo com o Paraná, estendendo-se por 366 Km até a divisa do Paraná com Santa Catarina. A estrada também é conhecida, entre os trechos Curitiba-Adrianópolis (122 Km), como estrada da Ribeira (DER, 2007), sendo uma das estradas mais antigas do Paraná,

construída em 1923 (AEN, 2007). Nesta época, o governo paranaense tinha necessidade de construir estradas para integrar o mercado agrícola em franca expansão. Para isso, a então Secretaria de Obras Públicas e Colonização iniciou as autorizações para a abertura de novos caminhos de integração, no ano de 1920. O processo de construção de rodovias era feito manualmente, com pá, picareta, broca e marrão; sendo que até mesmo comerciantes tomavam a iniciativa de construir a estrada, seja para garantir a quitação de dívidas com o Estado, seja para melhorar a expansão de seus negócios. Em 1923 o Exército brasileiro iniciou a construção da Estrada de São Pedro, que mais tarde seria chamada de Estrada da Ribeira, ligando São Paulo a Curitiba via Adrianópolis, com o objetivo de favorecer a integração comercial entre os dois Estados. Alguns anos depois, políticas governamentais priorizaram a construção de rodovias que assumiam papel de vias direcionais e não mais complementares. Isto porque, previa-se o aumento na frota de veículos em circulação, já que a frota de veículos aumentava rapidamente, chegando a 200 mil carros (AEN, 2007). A rodovia, não assumiu perspectivas de via direcional justamente por suas características geométricas irregulares, não sendo estas compatíveis com o que seria a ligação rodoviária ideal entre São Paulo e Curitiba (DER, 2007).

Até 1940 portanto, a estrada da Ribeira interligava o principal trajeto de conexão dos pólos urbanos de São Paulo e Curitiba. Porém, após a conclusão da BR-116, em 1960, também ligando Curitiba à São-Paulo, a BR- 476 perdeu sua importância, sendo relegada à segundo plano. Passou apenas a atender o tráfego local de madeira e de produtos de atividades de extração mineral, como mármore e calcário, principalmente com destino ao mercado consumidor em Curitiba. Trechos pouco percorridos, com o tempo, transformaram-se em pastagens e áreas de reflorestamento, principalmente em Adrianópolis (DER, 2007).

Durante muitos anos, a BR-476 foi acessada, em sua maioria, por caminhões e caminhonetes, já que a estrada era esburacada e despavimentada, impossibilitando a passagem de carros de passeio, que podiam trafegar somente a uma velocidade inferior a 30 Km por hora, o que certamente acirrava ainda mais a falta de dinamismo econômico (AEN, 2007); a viagem de Tunas do Paraná até Curitiba, por exemplo, durava cerca de 6 horas, enquanto que após o asfalto, necessita apenas de 3 horas em média para cumprir o mesmo percurso.

Existem algumas críticas à maneira como foi pavimentada a rodovia, pois segundo a FEPASC (2005), em alguns pontos da estrada, há ocorrências de desmoronamentos de rochas e terra, fato observado mesmo antes da inauguração da estrada, em 2005. Conforme geólogos da Universidade Federal do Paraná, há 101 pontos de risco de desmoronamentos de terra na Estrada da Ribeira, causando situações de acidentes eminentes a motoristas e pedestres. Tais riscos, decorrem desde o desmatamento e vibrações provocadas pelo peso dos caminhões e maior tráfego observados, até mesmo pela inclinação das estruturas rochosas, voltadas para a rodovia. Alguns consideram que a pavimentação realizada na estrada pode ser caracterizada como um erro. Isso porque, antes do asfaltamento, era preciso ter sido feito uma correção do corte original da estrada, ou ao menos a conclusão de obras de contenção adequadas, no que diz respeito à formação rochosa e monitoramento de processos geológicos (FEPASC, 2005). Eventos de desmoronamento de terras com invasão à pista, já aconteceram e provocaram a interdição e fechamento da estrada até que pudesse ser limpa e liberada.

Entretanto mesmo com uma pavimentação de qualidade duvidosa, os moradores ribeirinhos comemoram o ganhos sociais imediatos que tiveram com as melhorias, já que a estrada tem incentivado à chegada de turistas nos finais de semana; o escoamento da produção agrícola a um preço mais competitivo; um comércio com fornecedores mais diversificados; a diminuição do tempo para chegar até a capital do Estado, principalmente nos casos de busca por socorro médico; entre outros exemplos.

Já a PR-092, também conhecida como Rodovia do Minérios, liga Curitiba até Cerro Azul, passando por Rio Branco do Sul. Teve um custo de aproximadamente R\$ 32,5 milhões e permite que a viagem entre Curitiba e Cerro Azul, que antes era feita em 2 horas, em média, possa ser feita agora na metade do tempo. Os moradores de Cerro Azul acreditam em uma melhor rentabilidade do comércio de frutas cítricas, dado o melhor escoamento da produção na época de safra, além da valorização dos imóveis do município (FEPASC, 2005), e da diversificação do comércio, graças a chegada de novos fornecedores e aquecimento do comércio local (AEN, 2006).

Até mesmo os organizadores da tradicional Festa da Laranja e da Ponkan em Cerro Azul, em sua 41ª edição, aguardavam um público maior após o término do asfaltamento da PR-092, já que a facilidade de acesso à região, influencia na pré-

disposição do turista em participar das festas ribeirinhas (AEN,2006).

O mapa 5 abaixo, facilita a visualização das rodovias BR-476 e PR-092, principalmente no que se refere ao acesso à Curitiba.

MAPA 5: RODOVIAS DE ACESSO AO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE A PARTIR DE CURITIBA - BR-476 e PR-092 - 2001



FONTE: DNIT (2001).

6.2 ASPECTOS SOCIAIS

6.2.1 Saneamento Básico

Os níveis de abastecimento de água para os moradores do Vale do Ribeira estão bem abaixo da média paranaense (83,62%), conforme tabela 31 abaixo, enquanto que Dr.Ulysses e Cerro Azul possuem os piores índices de abastecimento de água aos domicílios da cidades, sendo eles 35,1% e 39,9%, respectivamente. O mesmo se sucede ao esgotamento sanitário por rede, onde novamente, Doutor Ulysses e Cerro Azul apresentam as piores condições, com 0,07% e 1,7% respectivamente, seguidos de Itaperuçu, também com percentual crítico de 3,74%. Entretanto Itaperuçu tem o maior índice de lixo coletado (81,4%) quase igual a média do Paraná (83,2%). Doutor Ulysses e Cerro Azul, novamente, apresentam índices baixos, 17,7% e 28,9% respectivamente. Estas constatações revelam a situação de carência em que encontra-se o saneamento no Vale do Ribeira, o que pode contribuir para o agravamento da saúde da população local.

TABELA 31: ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR REDE GERAL, ESGOTAMENTO SANITÁRIO POR REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL E LIXO COLETADO – MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ - 2000

| MUNICÍPIO | TOTAL DE DOMICÍLIOS | ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR REDE GERAL | | ESGOTAMENTO SANITÁRIO POR REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL | | LIXO COLETADO | |
|-------------------|---------------------|--------------------------------------|-------------------------------|---|-------------------------------|----------------------|-------------------------------|
| | | DOMICÍLIOS ATENDIDOS | ATENDIDOS TOTAL DOMICÍLIO (%) | DOMICÍLIOS ATENDIDOS | ATENDIDOS TOTAL DOMICÍLIO (%) | DOMICÍLIOS ATENDIDOS | ATENDIDOS TOTAL DOMICÍLIO (%) |
| Adrianópolis | 1863 | 898 | 46,2 | 253 | 13,58 | 511 | 43,53 |
| Bocaiúva do Sul | 2443 | 1.276 | 52,23 | 235 | 9,62 | 1.431 | 58,58 |
| Cerro Azul | 4.348 | 1.738 | 39,97 | 74 | 1,70 | 1.260 | 28,98 |
| Doutor Ulysses | 1.511 | 531 | 35,14 | 1 | 0,07 | 268 | 17,74 |
| Itaperuçu | 5.209 | 4.115 | 79 | 195 | 3,74 | 4.245 | 81,49 |
| Rio Branco do Sul | 7.877 | 5.650 | 71,73 | 1.374 | 17,44 | 5.464 | 69,37 |
| Tunas do Paraná | 907 | 451 | 49,72 | 19 | 2,09 | 442 | 48,73 |
| TOTAL DO PARANÁ | 2.664.276 | 2.227.821 | 83,62 | 1.006.340 | 37,66 | 2.217.117 | 83,22 |

FONTE: IBGE apud IPARDES (2004b).

6.2.2 Renda

A tabela 32, refere-se aos empregos formais disponíveis no Vale do Ribeira paranaense, sendo estes em empresas de pequeno, médio ou grande porte. Apenas Rio Branco do Sul conta com uma empresa de grande porte, sendo esta integrante do grupo Votorantim, produtora de cimento. O município também é o que mais oferece empregos formais, através de 217 empresas. Itaperuçu demonstra ser um município em que predominam as micro e pequenas empresas, já que 46% dos empregados formais, trabalham em empresas que contratam até 19 empregados. Pode-se dizer que em Dr. Ulysses, o empreendedorismo necessita de mais incentivos, já que apenas 4,4% dos empregos formais disponíveis são de micro e pequenas empresas.

TABELA 32: ESTABELECIMENTOS COM EMPREGO FORMAL, DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO E TOTAL DE EMPREGOS EM ESTABELECIMENTOS COM 500 OU MAIS EMPREGADOS – MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ 2000

| MUNICÍPIO | ESTABELECIMENTOS COM EMPREGO FORMAL | DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO (%) | | | TOTAL DE EMPREGOS EM ESTABEL. COM 500 EMPREGADOS OU MAIS |
|-------------------|-------------------------------------|--|--------------------|-------------------------|--|
| | | ATÉ 19 EMPREGADOS | 20 A 99 EMPREGADOS | MAIS QUE 100 EMPREGADOS | |
| Adrianópolis | 29 | 20,84 | 15,83 | 63,32 | --- |
| Bocaiúva do Sul | 85 | 33,33 | 36,94 | 29,73 | --- |
| Cerro Azul | 52 | 26,05 | 20,84 | 53,11 | --- |
| Doutor Ulysses | 17 | 4,44 | 22,67 | 72,89 | --- |
| Itaperuçu | 97 | 46,42 | 26,57 | 27,01 | --- |
| Rio Branco do Sul | 217 | 30,56 | 28,88 | 40,56 | 1.181 |
| Tunas do Paraná | 27 | 39,59 | 60,41 | --- | --- |
| TOTAL DO PARANÁ | 174.508 | 31,30 | 20,46 | 46,24 | 454.469 |

FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (RAIS), apud IPARDES (2004b).

Quanto à relação de anos estudados e o rendimento do responsável pelo domicílio, conforme tabela 33, percebe-se que quanto menor é o grau de instrução, menor é o nível de renda, sobretudo nos municípios de Dr. Ulysses, Cerro Azul, Adrianópolis e Tunas do Paraná, já que respectivamente: 58,5%; 57,4% ; 57,2% e 42,5% da população ganham abaixo de um salário mínimo ou não possuem rendimentos.

TABELA 33: TOTAL DE DOMICÍLIOS, INDICADORES DE MAIOR E MENOR ESCOLARIDADE, DE MAIOR E MENOR RENDIMENTO, DESIGUALDADE DE RENDA E ANALFABETISMO – MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ – 2000

| MUNICÍPIO | TOTAL DE DOMICÍLIOS | ANOS DE ESTUDO DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO | | RENDIMENTO DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO | | DESIGUALDADE DE RENDA | POPULAÇÃO RESIDENTE DE 10 ANOS DE IDADE OU MAIS | |
|-------------------|---------------------|--|---------------|--|-------------------|-----------------------|---|-------------------------|
| | | ATÉ 3 E SEM INSTRUÇÃO (%) | 11 E MAIS (%) | MENOS DE 1 SM SEM RENDIMENTO (%) | MAIS DE 15 SM (%) | | NÃO ALFABETIZADA | TAXA DE ANALFABETOS (%) |
| Adrianópolis | 1.863 | 59,04 | 9,93 | 57,22 | 0,97 | 0,52 | 1.252 | 22,80 |
| Bocaiúva do Sul | 2.443 | 44,94 | 7,86 | 39,13 | 1,64 | 0,58 | 641 | 11,96 |
| Cerro Azul | 4.348 | 58,52 | 5,54 | 57,41 | 0,99 | 0,48 | 2.701 | 21,50 |
| Doutor Ulysses | 1.511 | 62,34 | 2,98 | 58,50 | 0,20 | 0,65 | 930 | 20,83 |
| Itaperuçu | 6.209 | 43,50 | 6,30 | 35,17 | 0,46 | 0,75 | 2.030 | 13,96 |
| Rio Branco do Sul | 7.877 | 43,76 | 8,38 | 36,44 | 1,71 | 0,65 | 3.352 | 14,78 |
| Tunas do Paraná | 907 | 62,84 | 3,20 | 42,56 | 0,77 | 0,70 | 654 | 24,31 |
| TOTAL DO PARANÁ | 24.158 | 30,48 | 22,30 | 26,00 | 5,96 | 0,49 | 654.713 | 8,57 |

FONTE: IBGE apud IPARDES (2004b).

Rio Branco do Sul e Bocaiúva do Sul possuem o maior número de pessoas que ganham acima de 15 salários mínimos, 1,71% e 1,64% dos residentes, contudo a média paranaense para este índice é de 5,96%. A menor desigualdade de renda encontra-se em Cerro Azul (0,48%), chegando muito próximo a média paranaense (0,49%), enquanto Itaperuçu apresenta o índice mais elevado (0,75%), fato que possivelmente tem contribuído para o aumento da violência do município nos últimos anos, como já divulgou a mídia metropolitana em 2007, frente a onda de homicídios que ocorreu na cidade.

Tunas do Paraná, Adrianópolis e Cerro Azul têm a taxas mais altas de analfabetismo do Vale do Ribeira, 24,3%; 22,8% e 21,5% respectivamente, confirmando novamente, que quanto menor o grau de escolaridade, menor será o nível de renda. Entretanto, ao comparar à média paranaense (8,57%), a taxa de analfabetos é muito elevada em todos os municípios ribeirinhos.

6.2.3 IDH-M e Componentes

Como já apresentado na seção que diz respeito à RMC, o IDH-M do Vale do Ribeira é um dos piores do Paraná, sendo seus componentes melhor explorados na tabela 34 abaixo:

TABELA 34: IDH-M E COMPONENTES DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA

| MUNICÍPIO | ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER | TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTO | TAXA BRUTA DE FREQUENCIA ESCOLAR | RENDA MUNICIPAL PERCAPITA | ÍNDICE DE ESPERANÇA DE VIDA (IDHM-L) | ÍNDICE DE EDUCAÇÃO (IDHM-E) | ÍNDICE DE RENDA (IDHM-R) | ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M) |
|-------------------|-----------------------------|---------------------------------|----------------------------------|---------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|--------------------------|--|
| Adrianópolis | 69,9 | 74,0 | 72,2 | 115,5 | 0,74 | 0,73 | 0,56 | 0,68 |
| Bocaiúva do Sul | 67,5 | 86,5 | 67,8 | 185,8 | 0,70 | 0,80 | 0,64 | 0,71 |
| Cerro Azul | 70,2 | 75,5 | 65,2 | 123,8 | 0,75 | 0,72 | 0,57 | 0,68 |
| Doutor Ulysses | 63,6 | 75,8 | 64,8 | 86,0 | 0,64 | 0,72 | 0,51 | 0,62 |
| Itaperuçu | 66,0 | 84,1 | 57,6 | 133,4 | 0,68 | 0,75 | 0,59 | 0,67 |
| Rio Branco do Sul | 66,0 | 83,2 | 68,8 | 178,9 | 0,68 | 0,76 | 0,63 | 0,70 |
| Tunas do Paraná | 71,1 | 71,9 | 64,6 | 136,6 | 0,76 | 0,69 | 0,59 | 0,63 |

FONTE: IPARDES (2004b).

Merecem destaque, os índices de educação, renda e desenvolvimento humano dos municípios de Bocaiúva do Sul (0,80; 0,64; 0,71) e Rio Branco do Sul (0,78; 0,63; 0,70), tidos como os mais elevados do Vale, respectivamente. Entretanto, os dois municípios não recebem a posição superior no que diz respeito à esperança de vida ao nascer, sendo esta destinada à Tunas do Paraná (71,1 anos), município que não apresenta destaque no que refere-se aos índices de educação (0,69) e renda (0,59). Esta situação pode ser respondida até mesmo por questões genéticas ou de hábitos de vida dos que vivem na cidade.

6.3 INSTITUIÇÕES RELEVANTES DA REGIÃO

6.3.1 Cooperativa de Crédito

Em Cerro Azul, existe a presença da CRESOL, uma Cooperativa que objetiva fornecer crédito rural com integração solidária, destinada ao desenvolvimento da agricultura familiar e da habitação rural.

Segundo IBASE; EMATER (2006), a prática do crédito rural no Vale do Ribeira nasceu por volta de 1999 em Itaperuçu, com a experiência de microcrédito constituída pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, a partir de recursos fornecidos por uma cooperação técnica internacional. Os objetivos deste trabalho baseavam-se em organizar os agricultores e desvinculá-los dos bodegueiros, através da promoção de um sistema de poupança e da elaboração de uma estratégia de compra de alimentos. As comunidades então, conseguiram organizar cerca de 200 famílias, as quais poderiam usufruir de um aval solidário ou cruzado. Logo, em 2001 houve a iniciativa de organizar uma cooperativa, que iniciou seus trabalhos com 270 famílias; fato considerado um grande avanço, dada a inexistência de documentação dos agricultores. Através da cooperativa de Itaperuçu, foram acessados mais de 200 contratos de crédito do PRONAF para custeio, dado que, aliado às organizações dos agricultores, motivou a criação de outras cooperativas do Sistema Cresol na região. Assim, surgiram cooperativas em Cerro Azul, em 2002; e em Adrianópolis, em 2005; além de um posto de atendimento em Bocaiúva do Sul, mais recentemente (IBASE; EMATER, 2006).

Os técnicos da Emater e os gerentes do Banco do Brasil¹¹ que trabalham no Alto Ribeira, reconhecem a importância do trabalho realizado pelo Sistema Cresol, já que através da cooperativa foi possível expandir o crédito do PRONAF. Muitas vezes, o financiamento liberado exclusivamente pelo Banco do Brasil exige o uso mínimo de tecnologia, a qual não é utilizada pelos agricultores do Vale do Ribeira. Para estes casos, através da Cresol, o agricultor possui um cadastro aprovado pela própria cooperativa, a qual irá solicitar eletronicamente o financiamento ao Banco do Brasil. O agricultor paga o seu financiamento à Cresol, que irá, por sua vez, pagar ao Banco. O nível de inadimplência da cooperativa, segundo os presidentes da Cresol em Cerro Azul e Itaperuçu é quase inexpressivo; em virtude do trabalho de

¹¹ A única agência do Banco do Brasil da região, localiza-se no município de Rio Branco do Sul; sendo ela utilizada pelos agricultores familiares do Vale do Ribeira e pela Cresol, para que a operação do PRONAF possa ser intermediada e o crédito liberado.

base realizado com as famílias e da existência de crédito em grupo, com aval solidário ou cruzado (IBASE; EMATER, 2006).

A tabela 35 abaixo indica o aumento de créditos financeiros, via PRONAF, conseguidos nos últimos anos para o Vale do Ribeira, por iniciativa do trabalho realizado pela Cresol:

TABELA 35: EVOLUÇÃO DO DESEMBOLSO MÉDIO (EM REAIS) DO PRONAF NO VALE DO RIBEIRA-PR – POR MODALIDADE DE CRÉDITO (CUSTEIO E INVESTIMENTO 2000-2005)

| ANO | CUSTEIO | CUSTEIO | INVESTIMENTO | INVESTIMENTO | TOTAL (C+I)N° | TOTAL (C+I) |
|------|---------|---------|--------------|--------------|---------------|-------------|
| 2001 | 425 | 677 | --- | --- | 425 | 677 |
| 2002 | 694 | 1175 | 65 | 169 | 759 | 1.344 |
| 2003 | 1.099 | 2412 | 145 | 470 | 1.244 | 2.882 |
| 2004 | 1.142 | 2617 | 393 | 1.031 | 1.535 | 3.648 |
| 2005 | 896 | 2357 | 203 | 642 | 1.099 | 3.000 |

FONTE: BACEN apud IBASE; EMATER (2006).

O valor do crédito obtido entre 2001 e 2004, aumentou cerca de 438% e a média do valor do financiamento no mesmo período, é de R\$ 2.400,00 por contrato. Observa-se a predominância do crédito de custeio no crédito total, que segundo cálculos é de 80% do volume total do crédito concedido. O crédito para investimento, embora demandado em menor quantidade, também aumentou a partir de 2004 em cerca de 28% do total de investimentos. Sabe-se que os investimentos do PRONAF normalmente são destinados para à compra de bovinos, para a formação de pasto, para a construção de chiqueiros para porcos e alguma industrialização da ponkan (IBASE; EMATER, 2006).

Atualmente, apenas a Cresol de Cerro Azul, conta com 970 associados. Estes, bem como os associados de outros municípios do Vale, além do crédito financeiro, recebem acompanhamento de Agentes Comunitários de Desenvolvimento, para que logrem maximizar as oportunidades de seus empreendimentos. A cooperativa também é responsável por liderar esforços entre outras instituições, como o Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER); a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA), que conjuntamente buscam: diversificar a produção; diversificar as fontes de geração de renda das famílias; pensar estrategicamente para a produção para autoconsumo; desenvolver sistemas agroflorestais sustentáveis; fortalecer as cadeias produtivas segundo

condições ambientais, de solo, econômicas, sociais, e culturais da região; e organizar uma comercialização rentável da produção (IBASE; EMATER, 2006).

6.3.2 Cooperativa de Comercialização

A Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI), recentemente se instalou em Cerro Azul, e possui intuito de facilitar a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar. A COOPAFI- Cerro Azul, recebe alimentos produzidos por 26 associações locais, os quais terão 50 produtos oriundos da agricultura familiar comercializados pela COOPAFI através do Mercado do Agricultor, também localizado na cidade de Cerro Azul.

6.3.3 Sindicato de Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar

Outra Instituição relevante e presente no Vale é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira, localizada em Itaperuçu, o qual atualmente conta com 785 associados e promove parcerias com o Governo do Estado do Paraná no intuito de facilitar e divulgar o funcionamento de programas e linhas de financiamento aos agricultores, além de outras ações educativas e de apoio, principalmente político.

A Associação Sindical dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (ASSTRAF), localizada em Cerro Azul, também exerce papel de incentivo ao fomento da economia local e estimula as ações sócio-educacionais para os jovens interessados pelo tema que habitam no Vale (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2006).

6.3.4 Agência de Desenvolvimento Vale do Ribeira/ Guaraqueçaba

A Agência de Desenvolvimento da Mesorregião Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, é uma organização social civil de interesse público (OSCIP), criada em 2001, para articular e operacionalizar os projetos do programa de desenvolvimento integrado e sustentável de mesorregiões diferenciadas, sendo uma iniciativa do Governo Federal, coordenada pela Secretaria de Programas Regionais Integrados, do Ministério da Integração Nacional. Os três setores da

sociedade estão envolvidos na participação de sócios efetivos da Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, sendo eles identificados por entidades públicas e Prefeituras Municipais (1º Setor); organizações do trabalho, entidades empresarias ou de atividades produtivas associadas (2º Setor); organizações não-governamentais ou entidades sociais destinadas a finalidades coletivas da região (3º Setor) (ADR DO VALE DO RIBEIRA-GUARAQUEÇABA, 2005).

A ADR do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba abrange 16 municípios do Paraná e mais 23 em São Paulo, sendo que a agência ocupa um espaço articulador das ações, para convergir os empenhos que geralmente são feitos de forma desalinhada pelos diversos atores. Sem a articulação das ADR's, as instituições não se comunicam entre si e o esforço acaba colidido ou, dependendo do caso, causando conflitos (FIEP, 2007).

6.3.5 Ações Locais do Sistema "S"

Instituições do Sistema "S"¹², tais como Sebrae-PR, Senac-PR, Sesc-PR, Senai-PR, Sesi-PR, Senar-PR; além da Ong Aliança Empreendedora, juntamente com o apoio das prefeituras e Sindicatos locais, promovem o Programa Vale Vida. Este programa tem como objetivo promover uma série de atividades para levar conhecimento e informações empresariais à comunidade do Vale do Ribeira, sendo que a primeira cidade a receber o programa, foi Cerro Azul, no ano de 2007, com duração de três dias de atividades. O programa passará por todos os municípios do Vale do Ribeira.

A população recebe informações através de palestras e cursos, exposições de artesanato local, exames de saúde, atividades recreativas. Os cursos abordam vários temas, como ensinamentos sobre o próprio negócio, administração financeira básica para empresas, cuidados com a saúde, incremento da renda e atividade agrícola, turismo como fonte de renda, etc (ASN, 2007).

A FIEP, em 2007, em parceria com a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba propôs através do seu Observatório Regional/Base de Indicadores de Sustentabilidade (ORBIS), criar um núcleo de

¹² O Sistema "S" é formado por organizações criadas pelos setores produtivos (indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas) com a finalidade de qualificar e promover o bem-estar social de seus trabalhadores.

observação regional. A intenção é levantar informações locais de maneira padronizada, para que os mesmos sejam transformados em indicadores capazes de averiguar sua própria evolução, bem como a inserção e recuperação de políticas públicas de desenvolvimento sócio-econômico, principalmente para respaldar as iniciativas ligadas ao terceiro setor. O levantamento de dados via ORBIS, está vinculado ao projeto das Nações Unidas, que lidera o Programa “Os Objetivos do Milênio, 7 Formas de Mudar o Mundo”, e que, pretende também com o apoio da ADR Vale do Ribeira-Guaraqueçaba, melhorar as condições de vida da população ribeirinha (FIEP, 2007).

6.3.6 UFPR no Vale do Ribeira

Mesmo com 94 anos de existência, as ações mais concretas da UFPR no Vale do Ribeira foram iniciadas apenas em 2003, através do Programa Vale do Ribeira da UFPR. Antes disso, apenas ações isoladas, frutos de algumas iniciativas pessoais de alguns professores, foram estabelecidas no local. O Programa da UFPR, foi estabelecido pela Pró-Reitoria de Graduação e de Ensino Profissionalizante e pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPR; priorizando as áreas de educação, saúde e desenvolvimento rural (FONTE, 2006).

Segundo FONTE (2006), a UFPR entende que os programas desenvolvidos por ela devam estar além das diferentes esferas de administração do poder público, pois depois de integrados com a população local, devem se tornar irreversíveis, independentemente das administrações futuras da universidade.

Os projetos na área de educação envolvem a qualificação e formação continuada de professores do Vale do Ribeira, o quais dedicam-se ao ensino fundamental de crianças, jovens e adultos. O Vale possui os índices de analfabetismo mais elevados do Estado, frutos principalmente da dificuldade de acesso à escola e a necessidade dos filhos em idade escolar terem que trabalhar para complementar a renda familiar. Outra dificuldade das escolas refere-se a formação adequada dos professores de algumas disciplinas. Em Adrianópolis, foi constatado que alguns professores não possuem a formação exigida pela Secretaria Estadual de Educação (SEED), sendo que as escolas apenas utilizam os nomes de professores qualificados de outro estabelecimento para cumprir uma exigência legal; porém na prática é o profissional disponível que irá para a sala de aula. Este projeto

teve início em agosto de 2003 e terminou em outubro de 2004. A Rede de Integração da Educação Pública (RIEP), também foi implantada no Vale através da UFPR, onde o objetivo é integrar as escolas públicas, para que haja intercâmbio de boas práticas, formação e capacitação de professores. Assim foram selecionadas 13 escolas de Curitiba e duas escolas do Alto Ribeira, uma em Cerro Azul, e a outra em Tunas do Paraná, como o claro objetivo de preparar estas escola públicas para uma melhor formação dos alunos que ingressarão na UFPR por meio do sistema de cotas. Também foi promovida a 1ª Semana de integração entre Ensino, Extensão e Pesquisa, com o intuito de aproximar da realidade do Vale, estudantes, docentes e funcionários administrativos da UFPR, onde cerca de 500 pessoas foram levadas à cinco municípios da região, em novembro de 2004. No ano de 2004, na Feira de Cursos e Profissões da UFPR, alunos de escolas públicas, pela primeira vez, foram levados para participar da Feira de Cursos e Profissões. Os alunos tiveram a oportunidade de conhecer os perfis dos cursos, áreas de atuação dos profissionais e informações sobre o mercado de trabalho. A UFPR, através do Programa Nacional de Educação do Campo, que em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, promove que estudantes do último ano de agronomia e recém-formados, recebam bolsas para percorrer áreas rurais precárias no Paraná, dentre elas o Vale do Ribeira, e além disso, também o Programa Conexão dos Saberes, objetiva integrar o diálogo e a troca de experiências entre jovens universitários e comunidades populares, como o Ribeira (FONTE, 2006).

No que tange à saúde, a UFPR oferece à população carente, serviços oftalmológicos e odontológicos através de ambulatórios móveis. Alguns óculos foram fornecidos gratuitamente à pessoas carentes através do programa, já que a falta deles causava deficiência no aprendizado escolar por parte de alguns alunos. A prevenção da saúde bucal, é o principal foco do programa odontológico, que busca educar as comunidades carentes com noções de higiene bucal. No que se refere à falta de especialistas em algumas áreas da odontologia, há desde 2005, em Dr. Ulysses, um programa-parceria de telediagnóstico de lesões bucais. Os dentistas locais fotografam a boca do paciente e enviam as fotos por e-mail para Curitiba, onde professores auxiliam nas avaliações e diagnósticos finais. Desta forma, até mesmo alguns casos especiais podem ser resolvidos no próprio Vale (FONTE, 2006).

Os projetos de Desenvolvimento Rural são voltados ao desenvolvimento do turismo sustentável e da melhoria da produção e qualidade do leite produzido no Vale. O turismo no Vale do Ribeira, é incentivado pela UFPR através de uma mobilização envolvendo a COMEC, a EMATER-PR e as prefeituras municipais, com o intuito de incluir a região no anel turístico da RMC. Este anel de turismo é formado por projetos pontuais localizados nas áreas rurais dos municípios do entorno de Curitiba, estando ligadas a ela por rodovias federais, estaduais e municipais. Neste projeto, Bocaiúva do Sul pode por fazer parte da região do Karst, integrando o Circuito Italiano de Turismo Rural, e Rio Branco do Sul contribui com o Roteiro das Grutas. O projeto do leite, conhecido como PROLAC, é realizado em parceria com o Governo Estadual e procura informar a população urbana e rural sobre os cuidados necessários na produção leiteira e de seus derivados. Através de educação à crianças e adolescentes, que são as disseminadoras das informações, são ensinados: a importância do leite como alimento, os cuidados da ordenha, riscos de contaminação, cuidados com transporte e manuseio, medicação dos animais em lactação, doenças transmissíveis ao homem através do leite dos animais, etc (FONTE, 2006).

6.3.7 Instituto Agrônômico do Paraná e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

O IAPAR e o EMATER-PR, são autarquia estaduais ligada à Secretaria Estadual de Abastecimento, que possuem a missão conjunta de promover o desenvolvimento da agropecuária paranaense, através da geração de conhecimento científicos e tecnológicos adequados à realidade social e econômica dos produtores (IAPAR, 2007), a educação para o desenvolvimento agrícola e rural sustentável, que garanta a promoção da cidadania e qualidade de vida da população do campo (EMATER-PR, 2007).

Em Cerro Azul, existe uma Estação Experimental para atender a demanda regional, sendo suas principais atividades pautadas na coleção de especiarias, frutas (principalmente cítrus, com um viveiro que auxilia nos estudos), mandioca e milho. Ainda, há um trabalho que envolve a experimentação com palmáceas e o desenvolvimento de tecnologia para uso e manejo dos recursos florestais em áreas marginais e em sistemas de exploração agrosilvopastoril (IAPAR, 2007). Também o

escritório da EMATER-PR se encontra no Vale do Ribeira paranaense, pois a entidade costuma realizar parcerias com as prefeituras para o cumprimento de tarefas ou programas voltados principalmente para a educação do agricultor através da orientação de técnicos agrícolas.

Em março de 2007, segundo a AEN (2007), o IAPAR, juntamente com a Prefeitura Municipal de Cerro Azul, introduziu 1.800 mudas de seringueiras na região de Cerro Azul, com o objetivo de realizar pesquisas sobre a adaptação da cultura e dos agricultores envolvidos no projeto. Espera-se que a planta possa trazer uma série de benefícios sociais e ambientais, pois além geração de renda fixa após o início da produção, a atividade é excelente para a agricultura familiar porque a extração da borracha pode ser feita pelo agricultor, e sua família, mantendo as pessoas no campo. Além do que, a seringueira evita a erosão em locais acidentados e protege o solo.

6.4 ASPECTOS NATURAIS E AMBIENTAIS

A mesorregião do Vale do Ribeira paranaense, está inserida na região norte do primeiro planalto do Estado, sendo uma região montanhosa, de relevo acidentado e formação rochosa recente, podendo ser chamado de região serrana do Açungui, já que o foi o rio Açungui o principal rio a entalhar o local. A topografia caracteriza-se por vales alongados, como espigões e vertentes abruptas e descontínuas, com declividades que impossibilitam a mecanização agrícola.

A classificação climática é clima subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e sempre úmidos, tendência à concentração de chuvas no verão, geadas pouco frequentes sem estação de seca definida. A média de temperatura nos meses mais quentes excede 22°C e nos meses mais frios é de aproximadamente 18°C (MAACK, 1981)¹³.

A região apresenta grandes extensões de vegetação nativa, conhecida como Mata Atlântica, em estado de preservação razoável, contanto com recursos potáveis em alguns pontos, os quais ainda não sofreram ação de atividade poluidora.

6.4.1 Degradação Ambiental

Mesmo com atividades econômicas restritas, a degradação ambiental atingiu o Vale do Ribeira em alguns aspectos, pois o sistema de drenagem regional encontra-se afetado por uma carga poluidora de origem urbana, industrial e até mesmo rural. Em Rio Branco do Sul, a qualidade de suas águas está comprometida, pois os terrenos construídos por rochas calcárias fraturadas, são utilizados como depósito de lixo sem uso de critérios técnicos (IPARDES, 2003).

Os pomares de tangerina, por estarem localizados em terrenos montanhosos com declividade superior a 35%, localizam-se em encostas de declives altos. Estes, sem o acompanhamento de técnicas de conservação do solo, provocam a erosão em sulco, com perda do solo superficial enriquecido em adubos e defensivos agrícolas, os quais são carregados pelas drenagens locais e que, por fim, acabam causando assoreamento e poluição nos rios (IPARDES, 2003).

Ainda, a exploração de chumbo por quase um século no Paraná, contaminou o Rio Ribeira do Iguape; e mesmo que a extração tenha cessado há dez anos, as

¹³ Extraído de SILVA, J.M. Vale do Ribeira no Estado do Paraná: A importância da Infra-Estrutura de Transportes pra o seu Desenvolvimento, UPFR, 2004.

operações deixaram resíduos e rejeitos em áreas descobertas que continuam poluindo o rio com vários minerais, dentre eles níquel, cádmio, chumbo; o que caracteriza um sério problema para a saúde da população e um grande problema de saúde pública, merecedor de estudos (IPARDES, 2003).

Apesar das preocupações em relação às referências sócio-ambientais do Vale do Ribeira, a região e a RMC ainda contam com um grau de preservação alto, quando comparado ao resto do Estado. Segundo o IPARDES (2006b), da cobertura florestal original do Estado restaram duas grandes manchas que permanecem preservadas em função de situações particulares, sendo a primeira no oeste paranaense, através do Parque Nacional do Iguaçu, e a segunda na RMC, com a Serra do Mar. Esta situação, entretanto, não é decorrente de um planejamento ou norma de uso e controle do solo, qual se tem hoje. O Parque Iguaçu só permaneceu preservado, porque sua criação em 1939 foi anterior ao processo de ocupação e valorização fundiária; já a Serra do Mar permanece preservada devido as limitações físicas impostas pela topografia acidentada.

A RMC, principalmente devido a região de Guaraqueçaba e Vale do Ribeira, dispõem da maior área conservada da vegetação paranaense, com 38,12% do total da área considerada (IPARDES, 2006b). Mesmo em uma posição ambiental privilegiada em relação ao resto do Estado, a RMC, Guaraqueçaba e o Alto Ribeira, devem preocupar-se, além das questões econômicas, com as questões sócio-ambientais; principalmente após as ações de melhoria nas rodovias de acesso ao Vale, as quais permitem que as ações do homem, nem sempre ambientalmente corretas, se tornem mais intensas no local.

6.4.2 Parques Estaduais e Potencial Turístico

A região em estudo, está localizada num espaço físico marcado pelo verde intenso em um rico e ameaçado bioma do mundo, a Mata Atlântica. Nos municípios de Adrianópolis, Tunas do Paraná e Bocaiúva do Sul, localiza-se o Parque de Conservação Estadual, chamado de Lauráceas, ocupando 27.524,33 ha; e abrangendo Cerro Azul e Tunas do Paraná, há o Parque Estadual de Campinhos, que cobre 208,12 ha.

O Parque Estadual das Lauráceas, foi criado em julho de 1979 com o objetivo de proteger um ambiente ainda pouco alterado pela presença humana, no qual

encontram-se áreas com florestas primárias, as quais nunca foram cortadas e algumas vezes superam 35 metros de altura, dada a natureza da espécie; sendo a vegetação predominante, uma transição entre a Floresta Atlântica e a Floresta de Araucária. Apresenta uma grande variedade de espécies da fauna e flora, como bromélias, orquídeas e canelas, papagaios do peito roxo, jacutinga, antas, felinos, lebres e veados, além de uma grande quantidade de mamíferos. É o maior Parque Estadual do Paraná, localizado a 120 Km de Curitiba (SEMA, 2007).

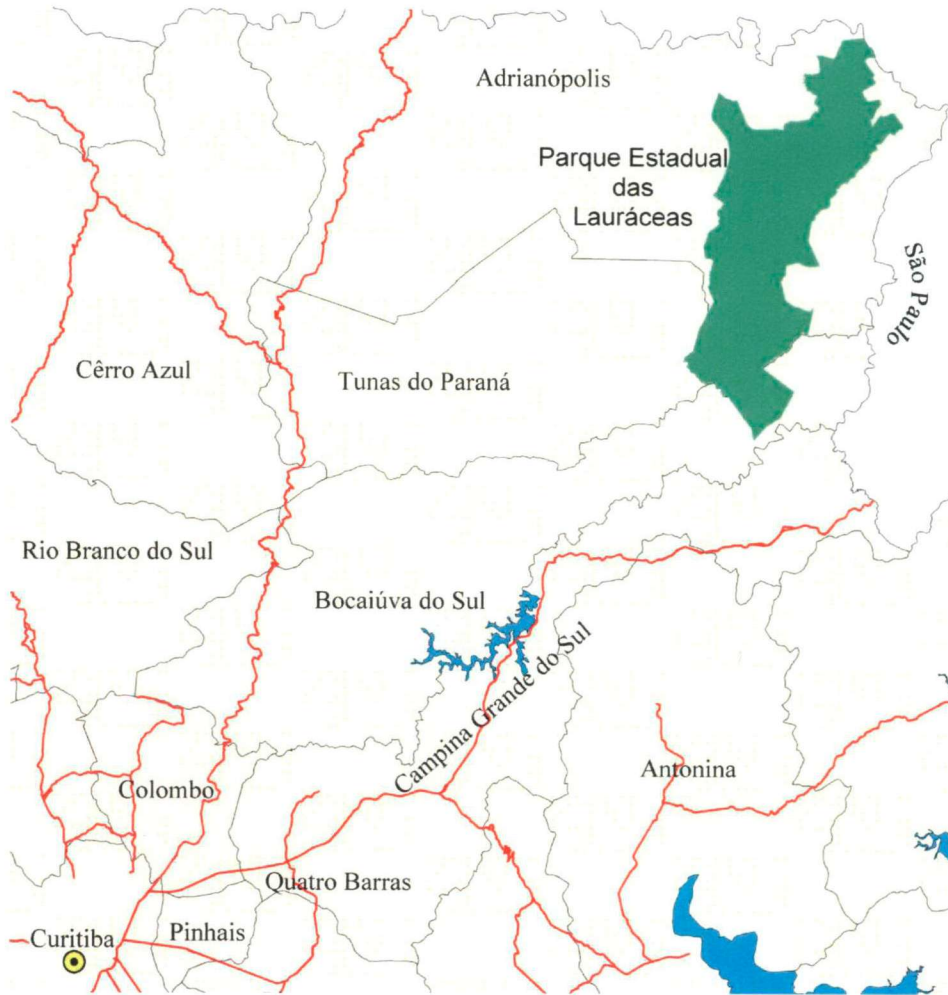
Quanto ao Parque Estadual de Campinhos, segundo o IAP (2007), é um parque que foi criado para proteger o patrimônio espeleológico, em 1919. Lá encontram-se grutas de beleza cênica, conhecidas pelo nome de Conjunto dos Jesuítas, sendo formado por quatro cavernas: Gruta das Fadas, Portal Encantado, Abismo das Fadas e Gruta dos Jesuítas, que é a maior delas. Possui desdobramentos em seus caminhos subterrâneos, os quais são um grande atrativos para os admiradores de cavernas. As cavernas são de formação calcária, possuem salões e galerias ricamente ornamentados.

Na conservação da fauna, o Parque de Campinhos se destaca no abrigo de urus, saracuras, pacas e diversos felinos. O parque ainda, resguarda em seu interior parte da vegetação original da floresta com Araucárias e reflorestamentos de Araucárias e Pínus. Na floresta original destacam-se a imbuía, o pinheiro do Paraná, a erva-mate, o cedro, o carvalho brasileiro, entre outras. Distante aproximadamente 65 Km de Curitiba, o Parque possui além dos atrativos naturais, área de lazer, churrasqueiras, quiosques, lagos, e uma trilha com 800m de extensão.

Estes dois Parques entretanto, considerados santuários da beleza natural do Estado, são ainda pouco conhecidos pela grande maioria da população que vive na RMC, possivelmente pela falta de um trabalho amplo de divulgação. Também a fama de dificuldade de acesso à região, pela falta de boas estradas, por décadas; pode ter contribuído para que o Alto Ribeira não aproveite este valoroso potencial turístico e científico.

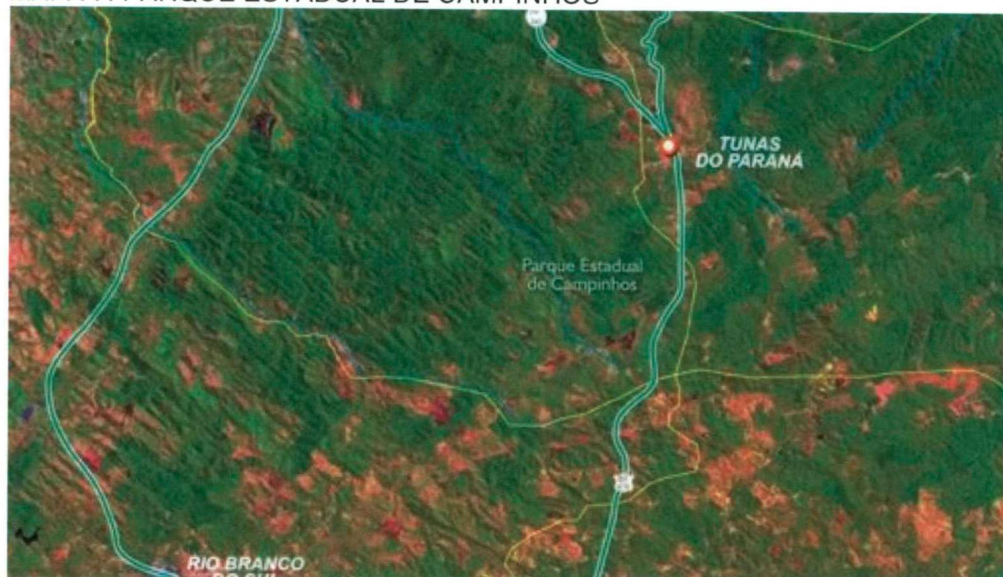
Os mapas 6 e 7 abaixo, ilustram a localização do Parque Estadual das uráceas e de Campinhos, respectivamente:

MAPA 6: LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DAS LAURÁCEAS



FONTE: INSTITUO AMBIENTAL DO PARANÁ (2007).

MAPA 7: PARQUE ESTADUAL DE CAMPINHOS



FONTE: IAP (2007)

6.4.3 Turismo Rural, Cultural e de Aventura

A proposta de turismo para a região do Vale do Ribeira está sendo planejada levando-se em consideração seus aspectos naturais, como florestas, grutas, relevo, cachoeiras, rios; e aspectos culturais, como as sedes de fazendas com casarões antigos e outras instalações, o modo de vida da população e suas raízes. O conjunto dessas características possibilitam várias formas de turismo, como rural, cultural e de aventura (FONTE, 2006).

O turismo rural, ou ecoturismo, atende pessoas residentes em centros urbanos que sentem-se em situação de desconforto, seja pela falta de lazer ao ar livre, falta de espaço, poluição ou excesso de trabalho. O estresse resultante impulsiona esses cidadãos a procurarem locais mais tranquilos para passar o final de semana ou férias. O Vale do Ribeira, por localizar-se próximo a um grande centro, e pelas características rurais de sua população, é capaz de explorar o turismo rural de forma eficiente (FONTE, 2006).

O turismo cultural, dada a formação da Colônia Açungui no período Colonial, pode ser também explorado, já que no atual município de Cerro Azul, há resquícios da cultura francesa, inglesa, italiana, alemã, espanhola e sueca; com uma gastronomia diversificada, festas típicas, artesanato e histórias locais (FONTE, 2006).

O turismo de aventura, por sua vez, procura atender os praticantes de esportes radicais, como montanhismo, *paragliding*, vôo livre, rapel, *rafting*, *camping*,

trekking, *mountain bike*, espeleoturismo, caminhadas por trilhas, canoagem e outras atividades que estão em contato com a natureza e podem ser amplamente exploradas. O relevo montanhoso e ondulado do Vale do Ribeira, com grandes desníveis, facilita a prática principalmente de *rapei* e *rafting*, entre outras formas de esporte (FONTE, 2006). Algumas atividades envolvendo o turismo de aventura, já estão sendo explorados por empresários, embora estes não tenham ligação direta com a população da região, uma vez que o conhecimento de tais atividades é específico e alheio à cultura ribeirinha. Entretanto, o fomento e especialização do turismo de aventura no Vale, é capaz de alavancar outros segmentos da economia local, como hospedagem, alimentação, transporte, etc.

O turismo rural, além de gerar empregos e renda extra no campo, é responsável por uma série de benefícios indiretos tão importantes quanto seus rendimentos, como substituir atividades impactantes ao meio-ambiente por outras que promovam sua preservação, melhoria nas condições de educação da população, geração de novas oportunidades comerciais para o campo e a cidade, e o resgate da história e das culturas locais. A comunidade local também é beneficiada pela melhor estruturação local, já que normalmente as administrações públicas passam a investir mais e melhor nas vias de acesso, no saneamento básico, coleta de lixo, telefonia, energia elétrica e outros serviços públicos (FONTE, 2006).

6.4.4 Potencial Hidroelétrico

O Vale do Ribeira possui uma rede hidrográfica bastante densa que corre em direção ao Oceano Atlântico pelo Rio Ribeira do Iguape. Esta rede hidrográfica forma rios encaixados e movimentados, reproduzindo o cenário típico da região. Próximo aos núcleos urbanos da região metropolitana de Curitiba, encontram-se as nascentes dos principais rios formadores do Rio Ribeira, como o Capivari e o Rio Açungui. Estas nascentes estão localizadas nos municípios de Colombo, Campo Magro, Almirante Tamandaré, Campo Largo e Rio Branco do Sul (UFPR, 2004).

O Rio Ribeira de Iguape é o único grande rio do Estado de São Paulo que não tem barragens, o que permite que seu curso de água corra livre desde sua nascente no Paraná, até sua foz, no Oceano Atlântico, localizada no litoral sul de São Paulo.

Na primeira metade da década de 90, o Governo Federal aprovou a construção de quatro hidrelétricas para a geração de energia na região, intituladas Alto Tijuco, Funil, Itaóca e Batatal localizados no Alto e Médio Ribeira (CIRANDA, 2007). Porém a legislação Estadual de Recursos Hídricos considera que a Hidrografia do Alto Iguaçu e Alto Ribeira, devam ser planejadas e uma ação integrada deva ser buscada (UFPR, 2004). Logo, há um impasse entre as normatizações das esferas do poder público estadual e federal, o que já ocasionou manifestações favoráveis e contrárias à exploração hidrelétrica dos rios da região.

Dado o potencial hidrelétrico do Rio Ribeira e as intenções de investimento, há intenção de construção de uma usina hidrelétrica pela Companhia Brasileira de Alumínio, empresa que integra o grupo Votorantim. Caso as quatro barragens sejam construídas, serão inundadas permanentemente 11 mil hectares de terras dos Estados de São Paulo e Paraná, incluindo unidades de conservação, cidades, regiões que abrigam cavernas, abismos e sumidouros, terras de quilombolas e de famílias de pequenos agricultores; influenciando o ecossistema da região (ISA, 2007).

Embora a região tenha sido declarada Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, em 1999, ainda existem pressões por parte da CBA para que o Rio Ribeira abrigue barragens. A barragem que encontra-se em processo mais avançado, é a de Tijuco Alto, localizada no Alto do Ribeira entre os municípios de Ribeira (SP) e Adrianópolis. Pelo projeto, esta barragem pretende gerar 150 MW de energia, a qual será utilizada exclusivamente pela CBA, em seu complexo metalúrgico localizado no município de Alumínio (SP), antigo município de Mairinque, segundo o ISA (2007).

Mesmo sem a aprovação pelos órgãos competentes, o projeto de implantação da Usina de Tijuco Alto, já produziu efeitos negativos na região desde 1987, porque centenas de pequenos agricultores que viviam no local onde seria implantada a barragem, venderam suas terras à CBA, ao acreditar que o território seria inundado (ISA, 2007). Entre os moradores da região, há a informação de que as terras foram compradas por um valor irrisório, abaixo do preço de mercado. Há alojamentos no local, prontos para abrigar os trabalhadores que deverão ser empregados na construção da obra, caso ela seja liberada pelas autoridades; e sabe-se que o trabalho de sondagem do solo está em estágio avançado (ISA, 2007).

Frente a possível conclusão do projeto da Usina de Tijuco Alto, existe a mobilização de grupos de pessoas e organizações, sediadas tanto em São Paulo como no Paraná, que buscam proteger o patrimônio socioambiental do Vale do Ribeira. Entre as organizações estão: a Associação Sindical dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (ASSTRAF) de Cerro Azul; Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental do Paraná; a Central Única dos Trabalhadores do Vale do Ribeira; a Colônia de Pescadores de Iguape; a Equipe de Assessoria e Articulação das Comunidades Negras do Vale do Ribeira; o Instituto Ambiental Vidágua; o Instituto Socioambiental (ISA); o Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira; o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e a Sociedade Brasileira de Espeleologia (ISA, 2007).

7 ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA

Até o presente capítulo, este trabalho preocupou-se em caracterizar, descrever e analisar a dinâmica sócio-econômica do Vale do Ribeira paranaense, bem como apresentar a heterogeneidade da RMC, espaço no qual o Vale se encontra inserido.

A partir de então, fica claro a necessidade da introdução do desenvolvimento no Vale do Ribeira paranaense, área de reduzido dinamismo, baixa renda e índice de desenvolvimento humano muito abaixo daquele capaz de propiciar qualidade de vida à sua população.

Para propor alternativas de desenvolvimento ao Vale do Ribeira paranaense, foram tomados como suporte, estudos do IPARDES (2003), e os Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico para o Estado do Paraná (PRDE, 2006). Estes planos propõem uma Intervenção Macrorregional para todo o Estado, na qual o Vale do Ribeira localiza-se na macrorregião leste, bem como a RMC. A proposta da macrorregião leste refere-se à instalação de processos de desconcentração sócio-econômica, e concentra-se em seis pontos, a seguir:

7.1 PROCESSOS DE DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DA RMC

Como a própria metodologia do PRDE (2006) propõe, as estratégias desenvolvimentistas para o Vale do Ribeira, devem estar integradas com as propostas de desenvolvimento da RMC.

Os processos de desconcentração sócio-econômica da RMC irão fomentar a economia regional, expandindo benefícios inclusive para o Vale do Ribeira paranaense. Tais processos, podem ser explicados como:

- i) A especialização nas atividades produtivas, através de inovação, tecnologia e capacitação de recursos humanos;
- ii) A inclusão sócio urbanística da população, principalmente nas franjas pobres dos grandes centros;

- iii) A sustentabilidade hídrica, como garantia ao abastecimento público;
- iv) A melhoria da acessibilidade metropolitana;
- v) A diversificação e otimização sustentável das potencialidades produtivas sub-regionais, pelo incentivo de ações estratégicas ao desenvolvimento das pluriatividades rurais conectadas com o eixo econômico macrorregional;
- vi) A implantação de estratégias, políticas e programas de desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira, integradas e compartilhadas com as ações do Estado de São Paulo.

As ações propostas que levarão aos processos de desconcentração sócio-econômica da RMC, e por seguinte do Vale do Ribeira paranaense, serão melhor exploradas na subseção seguinte.

7.1.1 Especialização das Atividades Produtivas no Vale do Ribeira e Conseqüências

Como visto no capítulo 6, os municípios ribeirinhos, mesmo tendo uma economia estagnada, possuem a predominância de determinados produtos. A cadeia produtivas destes, se for cada vez mais especializada, será capaz de alavancar e transformar a economia do Vale. Mesmo porque, o pólo do espaço em questão, é um grande mercado consumidor localizado a alguns quilômetros, e as rodovias que acessam a região sofreram melhorias consideráveis nos últimos anos.

Portanto, é relevante destacar a necessidade do fortalecimento da cadeia produtiva do leite e seus derivados, em Adrianópolis; cadeia de tangerina e sua industrialização, em Cerro Azul; mel e móveis feitos com madeira da bracatinga, em Bocaiúva do Sul; pínus com destinado à produção de celulose e móveis, em Doutor Ulysses e Tunas do Paraná; e a cadeia da mineração do calcário, em Rio Branco do Sul (PRDE, 2006).

Para tanto, a inovação tecnológica e a capacitação de recursos humanos no Vale do Ribeira, tornam-se fundamentais, haja visto que a especialização produtiva, também chamada de produção em escala, só será bem sucedida, caso a população

local tenha acesso a uma educação que desencadeie processos tecnológicos constantes, os quais diminuam custos, ganhem competitividade no mercado e por conseqüência, aumentem a renda e fomentem a economia local, aumentando empregos.

Conforme estudos do IPARDES (2003), o baixo nível de escolaridade apresentado pela população adulta regional, requer uma atuação orientada e efetiva no sentido de oferecer programas compatíveis e sustentáveis, os quais superem o atual quadro deficitário. Estes programas devem buscar a capacitação de jovens e adultos para o trabalho, simultaneamente à criação de novos empregos.

Além da atuação dos poderes públicos federal, estadual e municipal, as instituições locais também têm um papel importantíssimo no intuito de melhorar a renda e por conseqüência, as condições de vida dos ribeirinhos. O IAPAR e a EMATER-PR, como empresas públicas estaduais, precisam ter seus esforços intensificados, uma vez que são os grandes responsáveis por levar a tecnologia e a educação agrícola para o Vale do Ribeira.

A Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira/ Guaraqueçaba, pode liderar convênios/parcerias entre todas as esferas do poder público e os programas de instituições que não são domiciliadas no Vale, como a UFPR e o Sistema "S", indicando as necessidades locais mais urgentes. Logo, melhor organizadas, estas ações poderão ser complementares, articuladas e eficazes. Os movimentos sociais e de classe, como as Cooperativas e os Sindicatos, também precisam fortalecer-se cada vez mais para atuarem como agentes transformadores e reivindicadores. Estas instituições expressam e conhecem bem a realidade local, além de possuírem uma capilaridade essencial no que diz respeito à disseminação de projetos, programas, diretrizes, etc.

Segundo o PRDE (2006), é preciso implantar projetos de apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba, sendo que estes devem ter embasamento na biodiversidade, através da utilização da biotecnologia adequada, com uso intensivo de mão-de-obra e alta qualificação dos produtores para criar um significativo diferencial de agregação de valor, facilitando a comercialização até mesmo para o exterior.

7.1.2 Inclusão Social da População e Permanência Local

As ações tomadas para elevar a renda se transformam em mecanismos elementares para garantir a ascensão social da população, o que levará à facilitação da permanência da mesma na região, evitando sua evasão (IPARDES, 2003).

Ações para aumentar a renda da população ribeirinha, influenciam diretamente as relações econômicas e sociais de toda a dinâmica da RMC, inclusive do pólo, já que as oportunidades locais diminuem o interesse da população em migrar para os grandes centros, em busca de melhores condições de vida. Desta forma, até o perfil das políticas existentes no pólo, tomam outro rumo. Recursos aplicados em políticas habitacionais e de infra-estrutura em novos bairros, atendimento médio-hospitalar, creches e escolas, etc, podem ser redirecionados e utilizados para melhorar outros aspectos da vida dos moradores da metrópole.

Os hospitais e postos de saúde, por exemplo, ao receberem mais investimentos, podem aprimorar o atendimento, especializando-se cada vez mais, tornando-se referência e suporte aos hospitais e postos de saúde dos municípios distantes do pólo, daqueles que dispõem de um serviço mais generalista. Para isso, vários programas federais e estaduais na área de saúde, considerados até mesmo básicos, devem ser levados ao Vale; como por exemplo a Farmácia Popular (PRDE, 2006).

A valorização do patrimônio simbólico da Estrada da Ribeira para o Estado, bem como a valorização do patrimônio de origem paranaense e o fomento à pesquisa da contribuição dos grupos de imigrantes para o Paraná, são algumas das sugestões do PRDE (2006) para criar um sentimento de pertença e orgulho dos moradores à região.

7.1.3 Sustentabilidade dos Recursos Naturais

Frente a necessidade de aumento da renda e emprego no Vale do Ribeira, e diante dos aspectos naturais e ambientais apresentados na seção 6.4, é visível que os impasses sócio-econômicos não devem implicar no descuido da preservação das áreas naturais, do patrimônio ambiental, cultural e histórico (IPARDES, 2003).

Existe, sem dúvida, a necessidade de um fortalecimento da presença do Estado na região; aonde que, da mesma forma que as cadeias produtivas e os

serviços públicos de caráter social devam ser dinamizados, deve existir uma orientação e fiscalização no uso dos recursos naturais (IPARDES, 2003).

Como a cadeia produtiva da extração de calcário até as formas finais prontas para o consumo (queima destinada à produção de cal voltada em grande parte para a construção civil, para a produção de corretivos do solo, ou destinada às grandes indústrias de cimento), produzem um impacto deletério sobre o meio ambiente (IPARDES, 2003), inclusive sobre a qualidade da água da região (segundo relatos de moradores, a água em Rio Branco do Sul deixa de ser insosa e apresenta um gosto característico, permanecendo igual mesmo após a fervura). Mecanismos de apoio especializado precisam assegurar a continuidade da produção com a minimização dos danos ambientais, e cabe ao governo a função de exigir e fiscalizar, fazer cumprir as leis de proteção à natureza.

O uso turístico e sustentável do Rio Ribeira do Iguape, também deve ser promovido, conforme propõe o PRDE(2006). Os Parques Estaduais de Campinhos e das Lauráceas, são oportunidades de promoção do turismo, (chamado de turismo científico) necessitando maior divulgação e melhorias infra-estruturais por parte do governo.

7.1.4 Melhoria da Infra-Estrutura

A melhora do sistema viário impõe-se como condição necessária para viabilizar não só o fortalecimento da economia ribeirinha, mas também a economia regional. Além dos impactos dinamizadores que acarretam uma sólida infra-estrutura viária ligando os diversos municípios da região à capital do Estado, constitui um sistema viário eficiente a pré-condição para melhoria da renda da população e agiliza seu acesso aos bens e serviços ofertados pelo pólo (IPARDES, 2003).

Para o desempenho do setor de turismo, também o sistema viário, estruturado, que ligue a capital ao Vale, é elemento contribuinte para incentivar que a região seja visitada pelos moradores de Curitiba. Conforme o PRDE (2006), a infra-estrutura deve ser implementada e garantida para a efetivação do turismo em áreas naturais do Vale do Ribeira.

Como os investimentos em infra-estrutura são altos, a presença do Estado, mais uma vez, faz-se necessária mediante à parcerias com governos municipais, no sentido de maximizar a alocação de recursos públicos na região, enfrentando

também os graves problemas de insuficiente atendimento nas áreas de educação e saúde (IPARDES, 2003).

Como já apresentado no item 6.2.1, a média das residências que têm acesso ao saneamento básico no Vale do Ribeira, é muito inferior à média do Estado; tendo o município de Dr. Ulysses o pior desempenho. A rede hospitalar também é bastante precária e carece de investimentos, bem como o trabalho do SIATE deve ser ampliado até o Ribeira (PRDE, 2006). A educação básica e, é claro, nos tempos da globalização, a inclusão digital devem ser também priorizadas, como também a educação à distância (PRDE, 2006).

7.1.5 Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Turismo Rural

Além da especialização da produção, a diversificação e otimização sustentável das potencialidades produtivas do Vale, através da produção da agricultura familiar, tornam-se ações estratégicas ao desenvolvimento das pluriatividades rurais; as quais são conectadas ao eixo econômico macrorregional. A produção que assegura a segurança alimentar, ou seja, a garantia de que haverá produção *in natura* destinada ao consumo humano, e não apenas à produção de ração e produtos industrializados, é um dos argumentos que defende o apoio que a agricultura familiar necessita para continuar a se desenvolver. Este apoio, mas uma vez, no Ribeira, deve ser garantido pelo trabalho do IAPAR, da EMATER-PR, das cooperativas de crédito, de comercialização, do sindicato dos trabalhadores da agricultura familiar, e também de políticas agrícolas que contemplem as necessidades ribeirinhas.

O incentivo ao ensino na área agrícola de pequenas comunidades rurais e à criação de escolas agrícolas, com lavouras orgânicas e educação tecnológica, são também medidas de apoio aos agricultores familiares (PRDE, 2006).

O turismo agrícola, o qual é desenvolvido pela própria família do pequeno produtor agrícola, também é mais uma opção de renda familiar; tornando-se mais um motivo para incentivar a permanência dos agricultores no campo.

7.1.6 Integração com o Vale do Ribeira Paulista

Com localização geográfica fronteiriça, o Vale do Ribeira (dadas as condições geomorfológicas semelhantes) é dividido entre Vale do Ribeira Paranaense e Paulista, como apresenta o mapa 8 em seguida. Não foi objetivo deste trabalho estudar a dinâmica sócio-econômica e regional do Vale do Ribeira em seu espaço homogêneo, e sim somente a parcela paranaense, considerando o espaço polarizado, tendo Curitiba como centro. Entretanto, sabe-se da existência de interação dos 32 municípios e de influências advindas do Ribeira paranaense sob o Ribeira paulista, e vice-versa. Exemplo disso são as decisões da própria Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ribeira/ Guaraqueçaba, responsável também pelas ações e decisões no Ribeira paulista.

Políticas e decisões do Governo do Estado de São Paulo, também influenciam na realidade paranaense, sendo que a informação sobre as medidas e caminhos do Estado vizinho são importantes para sanar o problema da exclusão regional no Paraná.

MAPA 8: VALE DO RIBEIRA PARANAENSE E PAULISTA



FONTE: FAVRETTO; BRANCHER (2005),

8 CONCLUSÃO

Ao pensar no desenvolvimento do Vale do Ribeira paranaense, uma das regiões mais carentes do Estado, não é possível desconsiderar a dinâmica sócio-econômica regional na qual o Vale localiza-se.

O poder público, em seus três níveis de governo (federal, estadual e municipal) precisa intensificar esforços no Vale do Ribeira, bem como fiscalizar suas ações. Pela formação sócio-econômica ribeirinha, bem como pela lógica de produção capitalista, as políticas sociais compensatórias tornam-se o ponto de partida na dinamização da economia local.

A economia da RMC, principalmente de Curitiba, deve ser considerada na busca de alternativas para fomentar o desenvolvimento do Vale do Ribeira, assim como também nas instituições locais e regionais, até mesmo as internacionais (face à riqueza natural). Principalmente as instituições locais e regionais relevantes, já citadas neste estudo, devem atuar integralmente com os mesmos objetivos em benefício da região. Logo, ao poder público e a sociedade civil, cabe desempenhar um importante papel na tentativa de transformar a realidade de pobreza e estagnação, em riqueza, agregação de valor e dinamização econômica.

As ações do Estado de São Paulo, devido à semelhança e proximidade do Vale do Ribeira paranaense com o Vale do Ribeira Paulista, devem ser observadas, já que as mesmas influem na dinâmica sócio-econômica do Ribeira paranaense.

Investimentos em educação, infra-estrutura e saúde, não são menos importantes que investimentos em programas de geração e aumento de renda, como confirmam os discursos e as ações de alguns grupos políticos no Brasil. Na realidade, o êxito dos programas de aumento de renda estão atrelados ao nível educacional e tecnológico da população local, ao seu bem-estar físico e às condições físicas presentes na região. Estes elementos bem estruturados são capazes de suportar os novos níveis produtivos, que para serem sustentáveis, exigem educação e preparo da população.

O turismo rural e de aventura no Vale do Ribeira, e o conseqüente desenvolvimento de uma rede de serviços turísticos, como alimentação, transporte e hospedagem, mostram-se como excelente oportunidade para a preservação ambiental e desenvolvimento econômico com melhoria das condições de vida da população.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEN. Agência Estadual de Notícias. Disponível em:

<<http://www.aenoticias.pr.gov.br/arquivo.php>> Acessado em 18/11/07.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR. Disponível em: <

http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=com_content&task=category§ionid=2&id=3&Itemid=69> Disponível em 05/10/07.

ASN. Agência do Sebrae Notícias. Disponível em :

<http://asn.interjornal.com.br/noticia.kmf?canal=217> Acesso em:01/11/07.

BRANDÃO, C.A. Teorias, Estratégias e Políticas Regionais Urbanas Recentes: Anotações pra uma agenda do desenvolvimento territorializado. Trabalho elaborado no Curso sobre Experiências e Políticas de Desenvolvimento Regional, Curitiba, 2004.

BIGG-WITHER, T.P. Novo Caminho no Brasil Meridional: a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos – 1872/1975 por Thomas P. Bigg-Wither. Trad. Temístocles Linhares. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974, 420p.

CIRANDA. Ciranda Internacional de Informação Independente. Disponível em: <<http://www.ciranda.net/spip/article1233.html>> Acesso em 01/09/07.

COMEC. Composição. Disponível em : <http://www.pr.gov.br/comec/>. Acesso em: 11 Ago.2007.

CORAGGIO, J.L. La Relevancia dei Desarrollo Regional en un Mundo Globalizado. Trabalho apresentado no Seminário Taller Internacional Cultura y Desarrollo, la Perspectiva Regional/Local, Quito, 2000.

DENARDI, R.A. et al. Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Estado do Paraná. 11f. EMATER-PR, Curitiba, 2003.

DER. Departamento de Estradas e Rodagens – Seção Paraná. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/derpr/>> Acessado em 10/10/07.

EL-KHATIB, F. Municípios do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969.

EMATER-PR. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Disponível em

< <http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8>>

Acesso em 09/11/07.

FAVRETTO,A.S.; BRANCHER,P. O Desenvolvimento Territorial no Vale do Ribeira e os Projetos do Pronaf-infraestrutura – análise e recomendações. Relatório de Pesquisa. IICA-SDT/MDA. Brasília, 2005.

FEPASC. **Federação das Empresas de Transporte de Passageiros dos Estados do Paraná e Santa Catarina.** Disponível em: <<http://www.fepasc.org.br/?action=read&eid=441&id=747&system=news>> Acesso em 27/09/07.

FIEP. **Federação das Indústrias do Estado do Paraná.** Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/adr/>> Acesso em 17/10/07.

FONTE, J.R. **Limitações e Possibilidades para o Desenvolvimento do Vale do Ribeira.** Curitiba, 2006. 153 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Paraná.

GIACOMITTI, J. **Realidade sócio-econômica do Alto Vale do Ribeira paranaense e Vale do Capivari (19820-1980): um caso de marginalização.** Curitiba, 1987. 330 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

IAP. **Instituto Ambiental do Paraná. Unidades de Conservação.** Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/index.php>> Acesso em 10/08/07.

IAPAR. **Instituto Agrônomo do Paraná.** Disponível em: <<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=195>> Acesso em 11/11/07.

IBASE; EMATER-PR. **Relatório Pronaf: Resultados da Etapa Paraná.** Rio de Janeiro: MDA, 2003.

IBGE. **Biblioteca Digital.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/cerroazul.pdf>. Acesso em: 06 Set.2007.

IPARDES. **Como Andam as Metrôpoles Região Metropolitana de Curitiba.** Curitiba: IPARDES, 2006b.

IPARDES. **Dinâmica Recente da Economia e Transformações na Configuração Espacial da Região Metropolitana de Curitiba.** Curitiba: IPARDES, 2004.

IPARDES. **Leituras Regionais: Mesorregiões Geográficas Paranaenses.** CD Room. Curitiba: IPARDES, 2004b.

IPARDES. **Os Vários Paranás: Identificação de Espacialidades Socioeconômico-Institucionais como Subsídio a Políticas de Desenvolvimento Regional.** Curitiba: IPARDES, 2006.

IPARDES. **Programa de Apoio à População carente do Alto do Ribeira – Pro-Ribeira: Diagnóstico e Propostas de Ação.** Curitiba: Secretaria de Estado de Planejamento, 1980.

IPARDES. **Vale do Ribeira: Referências da Dinâmica Regional.** Curitiba: IPARDES, 2003.

ISA. Instituto Sócio-Ambiental. Disponível em:

< <http://www.socioambiental.org/inst/camp/Ribeira/>> Acesso em 25/08/07.

LIMA, J.F. A **Concepção do Espaço Econômico Polarizado**. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Quebec, v. 4, n. 7, p. 7-13, set. 2003.

MAGALHÃES FILHO, F.B.B. **Da construção ao desmanche: Análise do Projeto de desenvolvimento paranaense**. Curitiba: IPARDES, 2006.

MOVELPAR. Feira de Móveis do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.movelpar.com.br/areas.aspx?p=Eventos%20Paralelos&i=48>> Acesso em: 15/09/07.

NADALIN, S.O. **Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, D. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 2006.

PRDE. **Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico para o Estado do Paraná**. Curitiba: SEDU, 2006.

SANTOS, A.M.S.P. **Reestruturação Espacial e Dinâmica Econômica**. Rio de Janeiro: IPEA – NEMESIS, 1998, 27 p. Relatório técnico.

SANTOS, C.R.A. **História da Alimentação no Paraná**. Curitiba: Farol do Saber, 2 ed. 1996.

SANTOS, C.R.A. **Vida Material e Econômica**. Curitiba: SEED, 2001.

SEAB-DERAL. **Dados sobre Produção Agrícola e Produção Madeireira nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, de 1995 até 2005**. Secretaria de Abastecimento. Curitiba, 2005. Documento recebido pelo email milenelouise@hotmail.com

SEMA. Secretaria do Meio Ambiente, vínculo IAP. Disponível em: < <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=64>> Acesso em 10/10/07.

SILVA, B.C.E. **Chumbo**. Salvador: Balanço Mineral Brasileiro, 2001.

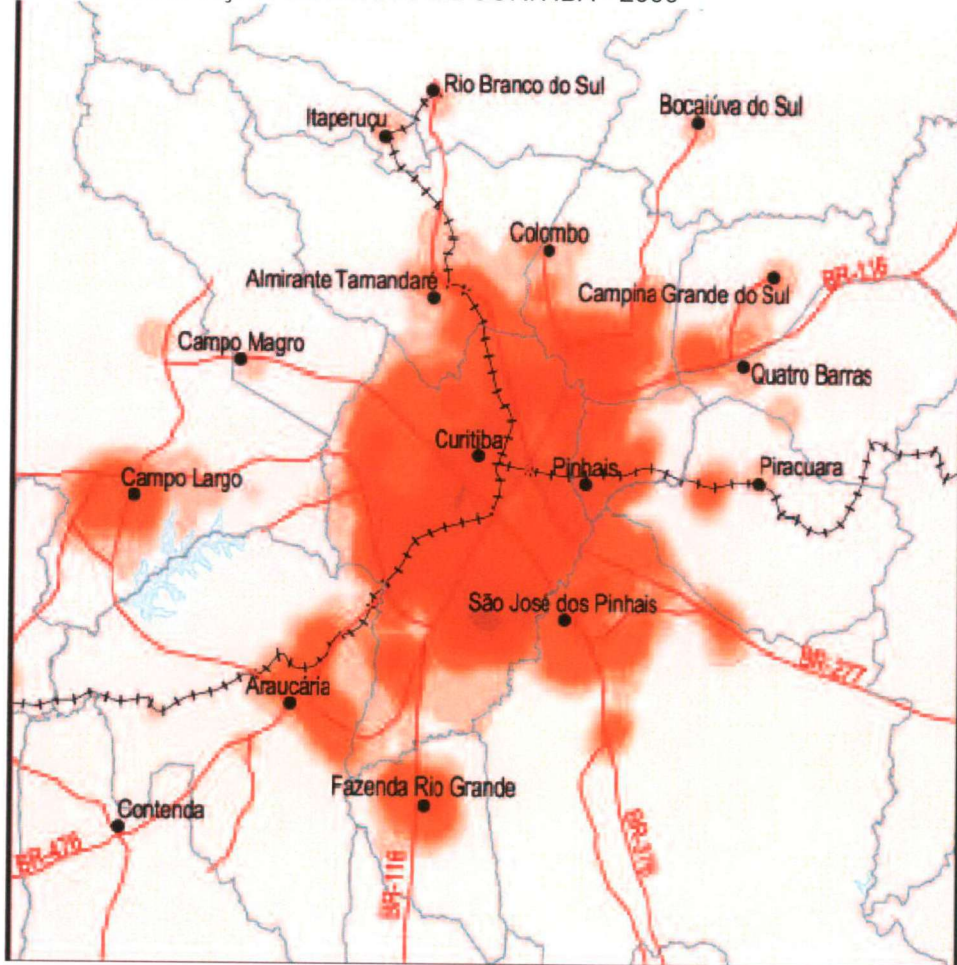
SILVA, J.M. **Vale do Ribeira no Estado do Paraná: A importância da Infra-Estrutura de Transportes para seu Desenvolvimento**. Curitiba, 2004. Dissertação 87 fls. Universidade Federal do Paraná.

SORMANI, H. **Formación Social Y Formación Espacial:** hacia una dialéctica de los asentamientos humanos. **Estudios Sociales Latinoamericanos.** San José: CSUCA,1977.

UFPR. Programa Vale do Ribeira, criado em 2004. Disponível em: <http://www.valedoribeira.ufpr.br/programa.htm>. Acesso em 06/08/07.

ANEXOS

MAPA 9: OCUPAÇÃO ENTORNO DE CURITIBA - 2000



FONTE: IBGE, EXTRAÍDO DE MOURA (2007).

MAPA 10: LOCALIZAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS PROJETADAS NO LEITO DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE



SÓCIOAMBIENTAL. **Regiões Afetadas pelas Barragens**. 2005. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/camp/Ribeira/map1.html>>. Acesso em 21/08/07.

FOTO 1



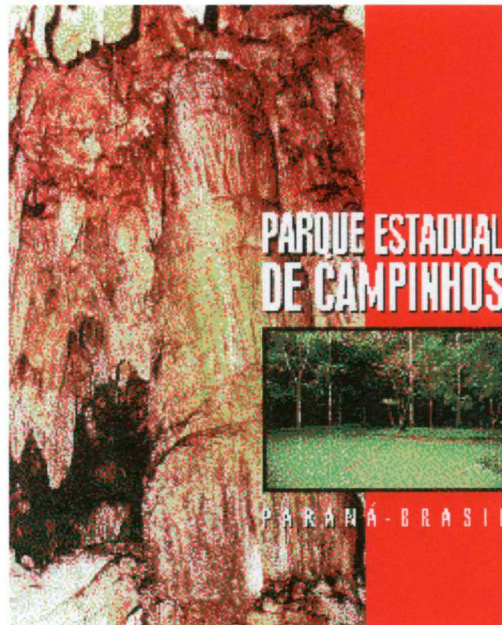
SÓCIOAMBIENTAL. **Campanha Contra Barragens no Ribeira**. 2005. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/inst/camp/Ribeira/participe>. Acesso em 20/08/07.

FOTO 2



IAP. **Parque Estadual de Campinhos**. 2007. 2 fotografias, color. Disponível em <http://www.iap.pr.gov.br/iap/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=79>. Acesso em 13/08/07.

FOTO 3



NETO ET SCHLENKER. **Parque Estadual de Campinhos**. 2007. 2 fotografias, color. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/iap/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=79>. Acesso em 13/08/07.

FOTO 4



UFPR. **Paisagens do Vale do Ribeira**. 2004. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://www.valedoribeira.ufpr.br/fotosfilmes.htm>. Acesso em: 12/08/07.

FOTO 5



UFPR. **Paisagens do Vale do Ribeira**. 2004. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://www.valedoribeira.ufpr.br/fotosfilmes.htm>. Acesso em: 12/08/07.

FOTO 6



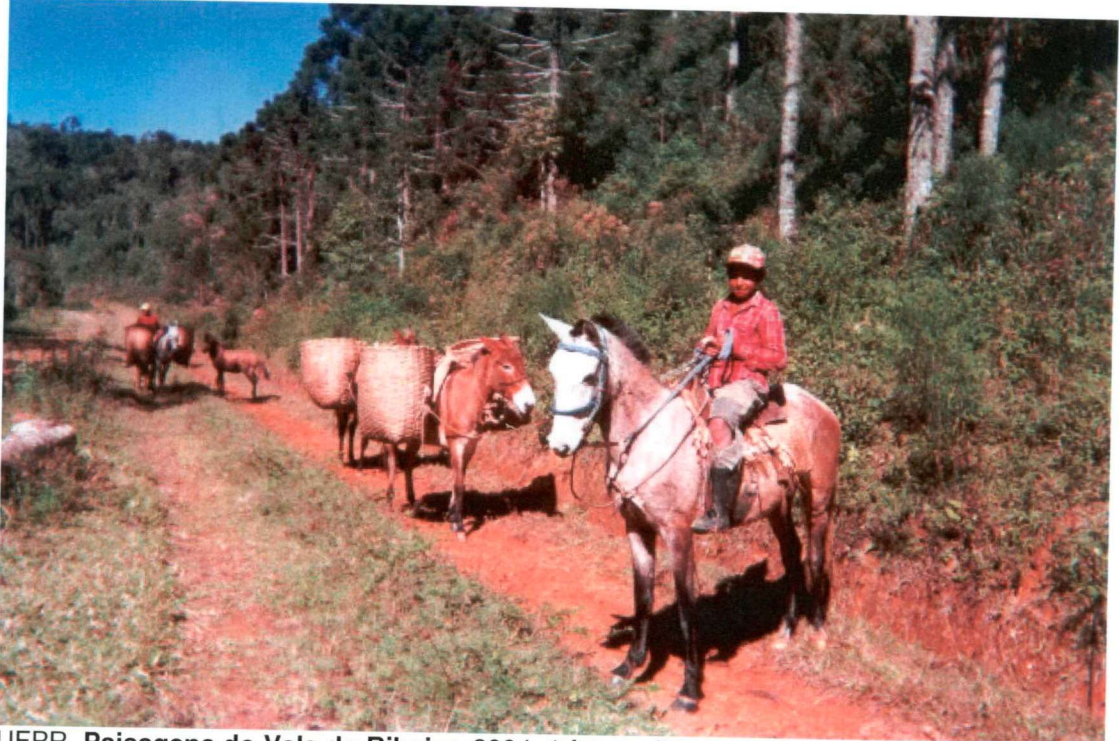
UFPR. **Paisagens do Vale do Ribeira**. 2004. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://www.valedoribeira.ufpr.br/fotosfilmes.htm>. Acesso em: 12/08/07.

FOTO 7



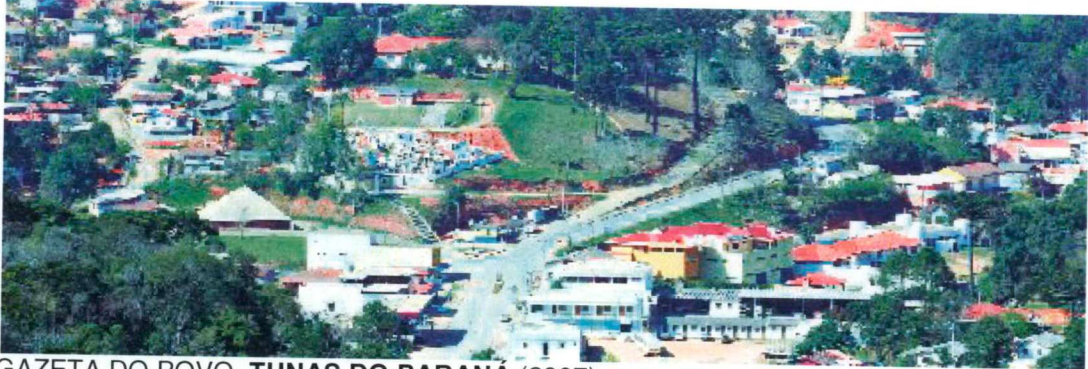
UFPR. **Paisagens do Vale do Ribeira**. 2004. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://www.valedoribeira.ufpr.br/fotosfilmes.htm>. Acesso em: 12/08/07.

FOTO 8



UFPR. **Paisagens do Vale do Ribeira**. 2004. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://www.valedoribeira.ufpr.br/fotosfilmes.htm>. Acesso em: 12/08/07.

FOTO 9



GAZETA DO POVO, **TUNAS DO PARANÁ** (2007).